

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

GIRLEI SCHMITZ

**A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE
INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A
EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA) NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SANTA CATARINA: O caso do Curso Técnico de
Enfermagem – limites e possibilidades.**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Comissão de Pós-Graduação da Faculdade
de Educação da Universidade Estadual de
Campinas, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em Educação,
na área de concentração de Políticas,
Administração e Sistemas Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. NEWTON ANTONIO PACIULLI BRYAN

**Campinas
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

Schmitz, Girlei, 1952-
Sch56i A implantação do Programa Nacional de Integração da
Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade
de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Instituto
Federal de Educação, ciência e Tecnologia de Santa Catarina:
o caso do curso técnico de enfermagem – limites e
possibilidades / Girlei Schmitz. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Newton Antonio Paciulli Bryan.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Instituto Federal de Santa Catarina. 2. Inclusão. 3.
Educação de adultos. 4. Ensino profissional. 5. Enfermagem
I. Bryan, Newton Antonio Pacciuli, 1947-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

12-099/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês The implementation of the National Programme for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Form of Youth and Adults (PROEJA) at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina: the case of Technical nursing course, limits and possibilities

Palavras-chave em inglês:

Federal Institute of Santa Catarina

Inclusion

Adult education

Vocational education

Nursing

Área de concentração: Políticas, Administração e Sistemas Educacionais

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Newton Antonio Paciulli Bryan (Orientador)

Luis Enrique Aguilar

José Geraldo de Souza

Adriana Missae Momma

Elenita Eliete de Lima Ramos

Data da defesa: 28/06/2012

Programa de pós-graduação: Educação e-mail: girlei@ifsc.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**"A implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional
com a Educação Básica na modalidade de educação de jovens e adultos
(PROEJA) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa
Catarina: o caso do curso Técnico de Enfermagem – limites e possibilidades"**

Autor: **GIRLEI SCHMITZ**

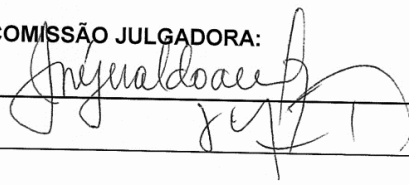
Orientador: **Prof. Dr. NEWTON ANTONIO PACIULLI BRYAN**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de
Mestrado em defendida por **GIRLEI SCHMITZ** e aprovada pela
Comissão Julgadora.

Data: 28/06/2012



ORIENTADOR

COMISSÃO JULGADORA:


2012

Dedico este trabalho a todos que compartilharam a minha caminhada, minhas irmãs, meus filhos e esposa, em ESPECIAL aos meus pais, exemplos de vida e compromisso, me oportunizaram VIVER e APRENDER, obrigado mãe, Omenar Schmitz, porque não tivestes dúvida da minha luta.

Estar no mundo sem fazer história,
Sem por ela ser feito,
sem fazer cultura,
sem “tratar” sua própria presença no mundo,
sem sonhar,
sem cantar,
sem musicar,
sem pintar,
sem cuidar da terra, das águas,
sem usar as mãos,
sem esculpir,
sem filosofar,
sem pontos de vista sobre o mundo,
sem fazer ciência, ou teologia,
sem assombro em face do mistério,
sem aprender,
sem ensinar,
sem idéias de formação,
sem politizar, não é possível.

Paulo Freire (1998, p. 64)

RESUMO

SCHMITZ, Girlei. *A implantação do programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: o caso do Curso Técnico de Enfermagem – limites e possibilidades*. 2012. Mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2012.

Esta pesquisa tem por propósito analisar a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Com esse objetivo, realizamos um estudo de caso, apresentando resultados das entrevistas com alunos e professores quanto aos suas expectativas, focando o Curso Técnico de Enfermagem no qual o PROEJA já foi implantado. Apresentamos um breve histórico do Instituto Federal (IFSC), sua vocação profissionalizante, suas adequações às mudanças da educação profissional no contexto nacional, bem como os impactos institucionais das políticas inclusivas do governo federal. O PROEJA, nesse contexto, representa um programa que integra as políticas de inclusão e expansão da rede federal de educação profissional e, por essa razão, analisaremos o processo de implantação, utilizando, como suporte, a revisão da recente produção bibliográfica existente, além de documentos institucionais que descrevem, organizam e estruturam esse processo. A investigação em torno da implantação do Curso Técnico de Enfermagem nos propicia o conhecimento dos acertos e das contradições desse processo, contribuindo, dessa maneira, para refletir sobre possíveis correções de rumo nas decisões institucionais.

Palavras chave: PROEJA; inclusão; educação de adultos; ensino profissionalizante; Técnico de Enfermagem; Instituto Federal Santa Catarina.

ABSTRACT

This research aims to analyze the implementation of the National Integration of Professional Education with Basic Education in the form of Youth and Adults Education (PROEJA) at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina. With this objective we conducted a case study, presenting results of interviews with students and teachers and their expectations, focusing on the undergraduate nursing where PROEJA has been implemented. We present a brief history of the institutional development of the Federal Institute (IFSC), his professional vocation, their adjustments to changes in professional education in the national context, as well as the impact of institutional policies inclusive of the federal government. The PROEJA in this context represents a program that integrates the policies of inclusion and expansion of the federal network of professional education and for this reason we turn to analyze the implementing process using as support the production of the recent literature review as well as institutional documents about this process. The research into the implementation of the Technical Course in Nursing provides an understanding of the successes and the contradictions of this process, thus contributing to reflect on possible course corrections in institutional decisions.

Keywords: PROEJA; inclusion, adult education, vocational education, Practical Nursing; Federal Institute Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura1: Linha tempo.....15

Figura 2: Paralelos da Educação Geral x Educação Profissional x Proeja.53

LEGENDAS

CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEB	– Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica
CNE	– Conselho Nacional de Educação
EDUDATA	– Sistemas de Estatísticas Educacionais
EJA	– Ensino de Jovens e Adultos
GAP	-- Global Gender Gap Index do Fórum Econômico Mundial. O índice mensura a desigualdade de gênero em quatro dimensões: participação e oportunidades na economia, educação, saúde e empoderamento político. O relatório de 2010, indica queda do Brasil no ranking. O país foi da 81ª posição, em 2009, para a 85ª posição em 2010, recuperando posição em 2011, para 82ª.
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	– Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
MTE	– Ministério do Trabalho e Emprego
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PROEJA	– Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
UF	– Unidade Florianópolis
RAIS	– Registro Anual de Informações Sociais
SIS	– Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária
SETEC	– Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
PNBE	– Programa Nacional de Biblioteca da Escola

SUMÁRIO

RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	XI
INTRODUÇÃO	1
1 HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – IFSC	5
1.1 PONTUAÇÕES DE QUALIDADE DO IFSC.....	11
1.1.1 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	11
1.1.2 Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio.....	12
1.1.3 Cursos Técnicos Pós-Ensino Médio.....	12
1.1.4 Bacharelado	12
1.1.5 Licenciaturas	13
1.1.6 Tecnólogos	13
1.1.7 Pós-Graduação Lato Sensu.....	13
1.1.8 Pós-Graduação Stricto Sensu.....	13
2 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – IBGE/PNAD	17
3 A EDUCAÇÃO GERAL E PROFISSIONAL NO BRASIL.....	21
3.1 O CONTEXTO NACIONAL DA EDUCAÇÃO	21
3.2 FRACASSO ESCOLAR	22
3.3 INCLUSÃO	28
3.4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	32
3.5 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	33
3.6 O LETRAMENTO E A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA.....	42
4 PROEJA.....	45
4.1 HISTÓRICO DO PROEJA	45
4.2 PROEJA 2007	62
5 IMPLANTAÇÃO DO PROEJA-IFSC-ENFERMAGEM-2009	65
5.1 ANTECEDENTES	65
5.2 PROEJA-TÉCNICO DE ENFERMAGEM - UF- IFSC.....	66

5.2.1 A Justificativa	66
5.2.2 Apresentação dos aspectos gráficos e tabelas conforme previstos no programa do curso.....	63
5.2.3 Organização Curricular, conforme programa www.ifsc.edu.br/enfermagem-proeja-2008.....	73
6 PESQUISA DE CAMPO	75
6.1 Objetivos	75
6.2 Resgatando as Entrevistas.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
A N E X O S	113
ANEXO - PESQUISA DE CAMPO	115

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, focando a efetivação desse programa no Curso Técnico de Enfermagem PROEJA-IFSC na Unidade Florianópolis. Por meio desse estudo de caso ENFERMAGEM--PROEJA-UF, estaremos relatando as mudanças metodológicas do ensino regular focadas na educação profissional dirigida aos Jovens e Adultos. O programa PROEJA-IFSC segue os pareceres contidos no Programa Nacional, buscando seus professores outras metodologias específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica de Santa Catarina (IFSC) para que possam concretizar o perfil profissional de seus alunos.

Apresentamos, neste trabalho, os estudos bibliográficos que antecedem as discussões relativas aos Projetos Educacionais do Brasil: dúvidas, propostas por educação com qualidade, enfim, os mais variados pareceres que tratam do conhecimento sobre educação básica, de segundo grau e do ensino técnico, que se tornaram os fundamentos viáveis em proporcionar a criação do Programa Nacional da Educação Profissional de Jovens e Adultos.

Considerando os sujeitos, que ficam à margem da formação curricular regular propedêutica ou profissional nos seus tempos próprios, e a busca pelas causas dos abandonos da escola por esses jovens e adultos, apresentamos as várias reflexões de autores sobre os conteúdos, as metodologias, as grades curriculares ou sobre seus aspectos sociais. Nos parâmetros da escolaridade regular, observamos o quanto a evasão escolar, as repetições influenciam na qualidade do aprendizado desses sujeitos, quando da sua imersão no ensino profissionalizante de nível médio ou continuidade de seus estudos.

Apresentamos, nas caracterizações do processo de implantação do PROEJA, as pesquisas realizadas pelo IFSC na região da Grande Florianópolis, bem como os

dados do Ipea-2010, CREA e RAIS, nos quais estão embasadas as políticas de inclusão por meio da formação de técnicos em enfermagem, suprimindo as necessidades urgentes na área de saúde do Brasil. Os dados do Ipea-2010 revelam necessidades urgentes de investimentos na educação básica e técnica de segundo grau, na área da saúde.

As possibilidades da reintegração escolar dos sujeitos excluídos de uma formação propedêutica e profissional são diretrizes das Políticas Públicas que visam à inclusão dos sujeitos.

Apresentamos as considerações do programa as quais apontam parâmetros legais que citam a possibilidade do PROEJA ser implementado pelos Institutos Federais.

Quando particularizamos o estudo de caso em Enfermagem no Campus Florianópolis, citamos um rever, um olhar dirigido às condições dos sujeitos, os quais são quase sempre desprovidos das condições mínimas de transporte, moradia e salários, além das horas exaustivas de trabalho. Trazemos, ao longo desta dissertação, algumas considerações, geralmente provocadoras, visando à problematização da forma como considerar e pensar as questões causadoras da evasão escolar, tanto logísticas quanto de falta de apoio social; ou seja, questões que se apresentam quase sempre como desafios aos Jovens e Adultos envolvidos no PROEJA.

No capítulo 1, para que possamos considerar os aspectos que norteiam o tema, iniciamos por buscar os caminhos históricos do IFSC, caminhos estes que têm na evolução do ensino profissional etapas que precedem a fundação do IFSC.

Descrevemos a História do Ensino Profissionalizante Federal em Santa Catarina, que tem a sua frente o IFSC, e as sucessivas modificações na denominação dessa instituição e nas políticas geradoras dos perfis profissionais propostos que viabilizaram a criação do IFSC.

A figura do capítulo 1 representa todas as fases que marcaram a história do IFSC, a partir da fundação da Escola Aprendizes de Artífices, em 1910, pelo presidente Nilo Peçanha.

No capítulo 2, focamos os dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em que se destacam os pareceres reais da educação no Brasil do ensino básico e lá no ensino médio as quais estão a exigir rápidas ações de alfabetização e formação escolar.

No capítulo 3, realizamos uma revisão bibliográfica referente à Educação Geral, com foco nas causas e implantação dos fracassos escolares do ensino regular e profissionalizante. Apresentamos as considerações filosóficas, sociais e educacionais que fundamentam o Programa Profissional de Educação de Jovens e Adultos, e os pareceres bibliográficos que apontam os conhecimentos literários relativos à educação geral, inclusão e exclusão dos sujeitos. Destacamos os posicionamentos de autores, pedagogos e professores por uma educação eficiente e integral, os quais diferem daqueles que sugerem separação profissional da formação propedêutica.

No capítulo 4, analisamos os aspectos da legislação do programa PROEJA, interpretações e adequações que serão as considerações orientadoras das implantações do programa.

No capítulo 5, serão levantados e documentados pareceres do Ipea, Rais e de pesquisa de campo do IFSC na Grande Florianópolis que justificam a implantação do Programa Técnico de Enfermagem Sequencial e do Curso Técnico de Enfermagem na modalidade PROEJA-IFSC/UF e sua Organização Curricular.

No capítulo 6, pesquisa de campo, estão apresentados as sínteses das entrevistas dos professores, pedagogia e alunos, relativos as suas expectativas em relação às suas vidas, bem como, pareceres dos professores concernentes a implantação e propostas da metodologia, do currículo e das metas do curso PROEJA-ENFERMAGEM-2008.

1 HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – IFSC

A criação das Escolas de Aprendizes de Artífices pelo Presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, representou as bases nas quais foi implantado e desenvolvido oficialmente o ensino profissionalizante no Brasil.

Naquele momento, a falta de mão de obra, o apogeu das construções das estradas de ferro e os avanços tecnológicos que surgiram com o desenrolar da primeira guerra mundial resultaram em novos desafios econômicos e sociais, que passaram, por consequência, a exigir a definição de políticas educacionais e aprimoramento profissional no Brasil.

As Escolas de Aprendizes Artífices apresentaram-se, inicialmente, como modelo que visava ao atendimento e treinamento das classes menos privilegiadas da sociedade brasileira. Segundo Almeida (2010, p. 14), o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, baseado na lei n. 1606 de 29 de dezembro de 1906, “[...] dá parecer e decreta a criação das Escolas de Aprendizes Artífices.”, como segue:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução da lei n. 1606, de 29 de dezembro de 1906:

Considerando:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência; Que para isso se torne necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação: Decreta :

Art. 1º Em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito.

Segundo Almeida (2010, p. 17), a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina – EAA (futuro IFSC) – foi inaugurada, em 1º de setembro de 1910, em

Florianópolis, em um prédio cedido pelo Governo do Estado, Sr. Coronel Gustavo Richard. O prédio localizava-se na Rua Almirante Alvim 17, no centro da capital catarinense. "Além do ensino primário, a instituição oferecia formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação e cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica (que compreendia ferraria e serralheria)." (ALMEIDA, 2010, p. 17). Em 13 de janeiro de 1937, por meio da lei nº 378, o nome da instituição mudou para Liceu Industrial de Santa Catarina. Segundo Almeida (2010, p. 420), "A criação dos Liceus, foi uma das formas encontradas pelo governo federal para propagar e fortalecer o ensino industrial em todo o território brasileiro." Esse período de mudanças ocorre no governo Getúlio Vargas. São tempos de industrialização, movimentos trabalhistas e que, segundo Almeida (2010, p. 42):

Nesse período, o crescimento do processo industrial do Brasil clamava pela presença de mão de obra especializada e sendo assim, o governo aposta nos Liceus, como estabelecimentos de ensino profissional, capazes de fornecer ao parque industrial esse profissional especializado... As verbas destinadas aos Liceus eram bem maiores do que as das Escolas de Aprendizes Artífices.

Em 30 de janeiro de 1942, estabeleceram-se as bases do ensino industrial no Brasil, através do decreto-lei nº 4.073, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, que se destinava à preparação profissional dos trabalhadores da indústria.

O decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942, transformou os Liceus em Escolas Industriais, estabelecendo os critérios de organização da rede federal de ensino industrial. O Liceu Industrial de Santa Catarina, a partir desse momento, passou a se denominar Escola Industrial de Florianópolis.

Passou, então, a oferecer aos alunos oriundos do ensino primário, cursos industriais básicos (equivalência ginasial) com duração de 4 anos e os candidatos à profissão de mestre, cursos de mestria. Somente, em 1962, vinte anos após, seriam implantados na Instituição os tão aguardados cursos técnicos. (ALMEIDA, 2010, p. 48).

Em 1962, a Escola Industrial de Florianópolis transfere-se em definitivo para a Avenida Mauro Ramos, centro de Florianópolis, local onde, ainda hoje funciona o maior e mais antigo campus do atual IFSC.

Almeida (2010, p. 73) afirma que “[...] os ginásios industriais foram instituídos pelo Decreto n^o 50.492, de 25 de abril de 1961, com base na lei n^o 3552, de 16 de fevereiro de 1959, equivalentes ao primeiro *ciclo do curso secundário*.”

A nova proposta incentivou a motivação de tão logo implantar-se oficialmente o ginásio industrial. Segundo o Almeida (2010, p. 73), “[...] com a formatura das últimas turmas dos cursos industriais, em 1962, o Conselho de Representantes resolveu, então, em 7 de dezembro de 1962, implantar oficialmente o ginásio industrial na Escola”¹.

Nesse ano, também foram implantados os primeiros cursos técnicos: Máquinas e Motores e Desenho Técnico.

Em 1965, por meio da Lei 4759, de 20 de agosto, a Escola Industrial de Florianópolis passou a ter uma nova denominação: Escola Industrial Federal de Santa Catarina. Almeida (2010, p. 96-97) conta que em:

[...] 1967, a Escola, além das suas tradicionais oficinas (mecânica de máquinas, fundição, serralheria, tipografia e encadernação, marcenaria, carpintaria e alfaiataria), possuía, também, a oficina de Motores de Explosão e Mecânica de Automóveis, instalada com objetivo específico de atender a grande demanda de profissionais habilitados para atuarem na área de conserto e manutenção de automóveis. Nessa época já se encontravam em pleno funcionamento os dois primeiros laboratórios da Escola; Resistência de Materiais e Tratamento Térmico.

Em 6 de junho 1968, a portaria ministerial de n^o 331 promoveria nova mudança na Escola Industrial Federal de Santa Catarina, transformando-a em Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC), nome que a tornaria, por muitos anos, conhecida e valorizada pelos catarinenses. Almeida (2010, p. 99) afirma que:

¹ No sistema de ginásio, a Escola Industrial rapidamente passou a ser muito procurada, extrapolando os limites de suas vagas. Por conseguinte, seus candidatos ficaram sujeitos ao exame de admissão, iniciando-se as classificações. Somos testemunhas desse histórico, pois passamos por esse crivo, tendo que se preparar inclusive com a 5^a série do primário que se conhecia como reforço aos exames de admissão aos ginásios (GIRLEI, 2010).

A partir de 1968, com a Portaria Ministerial nº 331, de 17 de junho, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC), nome que ainda hoje é referência na cidade. Na época da mudança começou o processo de extinção gradativa do curso Ginásial (atual ensino fundamental), por meio da supressão da matrícula de novos alunos na primeira série. O objetivo era especializar a escola em cursos técnicos de segundo grau (atual ensino médio). Depois da edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), a LDB, e da reforma do ensino de primeiro e segundo graus introduzida por ela, a então ETF-SC passou a funcionar somente com ensino de segundo grau.

A Escola Técnica Federal de Santa Catarina acompanhou todos os períodos que marcaram o crescimento econômico do Estado de Santa Catarina e do país, participando das transformações políticas, sociais e econômicas do período chamado Milagre Brasileiro (1970 e 1980). Nesses tempos, implantou outros cursos como Estrada e Eletrônica.

Em 1985, a Escola já apresentava em funcionamento seis cursos técnicos regulares, todos em nível de segundo grau: Agrimensura (1966), Mecânica (1968), Edificações (1969), Eletrotécnica (1971), Estradas (1978) e Saneamento (1984).

Segundo Almeida (2010, p. 111), a ETF-SC teve em 1986 sua primeira tarefa de expansão. Tratava-se de sua primeira unidade fora da capital catarinense, no município de São José, cumprindo, assim, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, criado pelo Governo Federal. Em 12 de dezembro de 1987, iniciaram-se as matrículas das primeiras turmas de alunos que começariam suas aulas no primeiro semestre de 1988, com dois cursos técnicos implantados: Telecomunicações, Refrigeração e Ar Condicionado.

As constantes mudanças do mercado, as inovações tecnológicas dos anos 90, como a informática doméstica, e o aprimoramento dos serviços de saúde propiciaram a implantação de novos cursos técnicos na ETF-SC: Informática, Segurança do Trabalho e Enfermagem. Com o curso de Enfermagem, a ETF-SC se expandiu para o município de Joinville, numa parceria com o Hospital Dona Helena. Em 1994, a ETF-SC chegou ao município de Jaraguá do Sul.

Na sequência da proposta governamental, todas as Escolas Técnicas Federais sofrem uma nova transformação, introduzida pela a lei federal de nº 8.948, de 8 de

dezembro de 1994, transformando-as em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Com a mudança para CEFET-SC, a instituição passou a oferecer cursos superiores de tecnologia e pós-graduação *lato sensu* (especialização) e, a partir do ano de 2006, expandiu-se com a abertura de novas unidades, a saber:

- a) Unidade Continente
- b) Unidade Chapecó
- c) Unidade Joinville
- d) Unidade Itajaí

Segundo Almeida (2010, p. 130), o desenvolvimento da rede de ensino fez parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando que o CEFET-SC implantasse essas novas unidades. Uma delas, a Unidade Continente, foi instalada na parte continental de Florianópolis, oferecendo cursos na área de turismo, gastronomia e hospitalidade.

Em 2008, uma nova proposta política educacional do governo federal, foi dada aos CEFET's. Segundo a diretora-geral do CEFET-SC, professora Consuelo A. Sielski Santos, a opção de mudança do CEFET-SC em IFSC (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia) oportuniza nas suas mudanças vantagens como: aumento de bolsas de pesquisa, podendo chegar a 100; incremento no orçamento; investimento na infraestrutura de laboratórios; abertura de mais vagas nos cursos superiores e continuidade de oferta de vagas nos cursos técnicos.

A mudança traria melhorias significativas, como conquista do status de universidade e a criação de mais 8 campi espalhados por todas as regiões de Santa Catarina, todos com autonomia financeira e pedagógica.

Após muitos debates, foi aprovada pela comunidade escolar – professores, técnicos administrativos e estudantes – a transformação do CEFET-SC em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Com os encaminhamentos da votação e aprovação pela Câmara e Senado Federal, foi sancionada a Lei 11.892 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 29 de dezembro de 2008.

Os desafios político-administrativo-pedagógicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) vêm acompanhando o crescimento econômico do estado de Santa Catarina e se destacando na formação de profissionais aptos e de qualidade. Santa Catarina ocupa a sétima posição na formação do Produto Interno Bruto brasileiro, mesmo possuindo 3% da população do país. A economia do estado é uma das mais equilibradas do Brasil e suas regiões econômicas vêm possibilitando a garantia da qualidade de vida de seus moradores.

O estado de Santa Catarina possui uma indústria de transformação que ocupa a quarta posição nacional em quantidade de empresas, a quinta em número de trabalhadores e a oitava em produtos de exportação. O PIB catarinense é o sétimo do país: o setor secundário participa com 49%, o setor primário com 17% e o terciário com 34%. Santa Catarina caracteriza-se por apresentar microrregiões bem definidas do ponto de vista socioeconômico. No norte, predominam as indústrias moveleiras, de malhas e de motores. No sul, a extração mineral, a produção de cerâmica e de descartáveis plásticos. No planalto serrano, predominam a atividade agropecuária e a indústria madeireira. No oeste, a agroindústria, com a produção de frutas e de aves congeladas para exportação.

Na região chamada Grande Florianópolis, há predomínio do setor tecnológico e de serviços ligados ao turismo, à administração pública e ao ensino. Santa Catarina, portanto, apresenta seis eixos industriais claramente identificados: agroindustrial, eletro-metal-mecânico, mineral, florestal, têxtil, vestuário e tecnológico. Já no comércio, Santa Catarina apresenta duas classes, o comércio interno e o externo, e ainda o comércio varejista e atacadista que geram riquezas e empregos.

Atento a esse contexto econômico do Estado de Santa Catarina, o IFSC tem procurado orientar seus cursos para atender à demanda profissional das empresas que compõem os setores mais pujantes da economia, buscando a disseminação da educação profissional e tecnológica por todas as regiões do estado. O desempenho desse seu papel social, por meio da inserção de ensino profissional e tecnológico, público e gratuito, tem se concretizado de modo a auxiliar e a promover o desenvolvimento de todas as regiões catarinenses.

1.1 PONTUAÇÕES DE QUALIDADE DO IFSC

Nos anos de 2008 e 2009, o IFSC (ainda CEFET-SC em 2008) obteve o primeiro lugar na categoria *Centro Universitário* do *Índice Geral de Cursos do Ministério da Educação* (IGC), sendo apontado como o "melhor centro universitário do país" por dois anos consecutivos. Em 2010, o IFSC ficou com a segunda maior nota do país no IGC na mesma categoria, sendo, pelo terceiro ano seguido, o primeiro entre os institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

A expansão do IFSC levou a instituição a buscar aprimoramento na formação continuada de seus administrativos e professores na qualificação e titulações, em programas como especializações, mestrados e doutorados, além de criar novos cursos para a formação de tecnólogos.

Apresentamos abaixo as modalidades de ensino e os respectivos cursos ofertados pelo IFSC, bem como os quantitativos de alunos e servidores da instituição no ano de 2010.

1.1.1 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio

O ingresso ocorre por meio de exame de classificação para candidatos com ensino fundamental completo. São eles:

Agroindústria, Edificações, Eletroeletrônica, Eletromecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química, Refrigeração e Climatização, Saneamento e Telecomunicações.

1.1.2 Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio

Voltados para candidatos que já concluíram a primeira ou a segunda série do ensino médio, o ingresso nesses cursos ocorre por meio de exame de classificação. Os cursos são: Agroecologia, Agroindústria, Edificações, Eletroeletrônica, Eletromecânica, Informática, Mecânica, Produção de Moda, Refrigeração e Condicionamento de Ar e Vestuário.

1.1.3 Cursos Técnicos Pós-Ensino Médio

O ingresso ocorre por meio de exame de classificação para candidatos com ensino médio completo. Os cursos são:

Agrimensura, Biotecnologia, Cozinha, Edificações, Eletroeletrônica, Eletromecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, Enfermagem, Guia de Turismo, Hospedagem, Informática, Informática para Internet, Manutenção Automotiva, Mecânica, Mecânica Industrial, Meio Ambiente, Meteorologia, Panificação e Confeitaria, Pesca, Plástico, Produção de Moda, Produção e Design de Moda, Refrigeração e Condicionamento de Ar, Saneamento, Segurança do Trabalho, Serviços de Restaurante e Bar, Sistemas de Informação, Telecomunicações – com ênfase em Redes de Computadores –, Telecomunicações – com ênfase em Telefonia –, Têxtil – Malharia e Confecção.

1.1.4 Bacharelado

O ingresso ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada, que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Curso: Engenharia de Controle e Automação.

1.1.5 Licenciaturas

O ingresso ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada, que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Cursos: de Física, Química e Superiores de Tecnologia.

1.1.6 Tecnólogos

O ingresso ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada, que utiliza percentuais das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Cursos: Construção de Edifícios, Design de Produto, Fabricação Mecânica, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão Hospitalar, Gestão Pública, Mecatrônica Industrial, Radiologia, Sistemas de Energia, Sistemas de Telecomunicações, Sistemas Eletrônicos.

1.1.7 Pós-Graduação Lato Sensu

Desenvolvimento de Produtos Eletrônicos, Educação para a Diversidade com ênfase na Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Jovens e Adultos, Ensino de Ciências, Gestão em Saúde, Gestão Pública e Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Português.

1.1.8 Pós-Graduação Stricto Sensu

Mestrado Profissional em Mecatrônica., Mestrado Interinstitucional em Educação em convênio da CAPES com a Universidade Estadual de Campinas (Minter UNICAMP/IFSC).

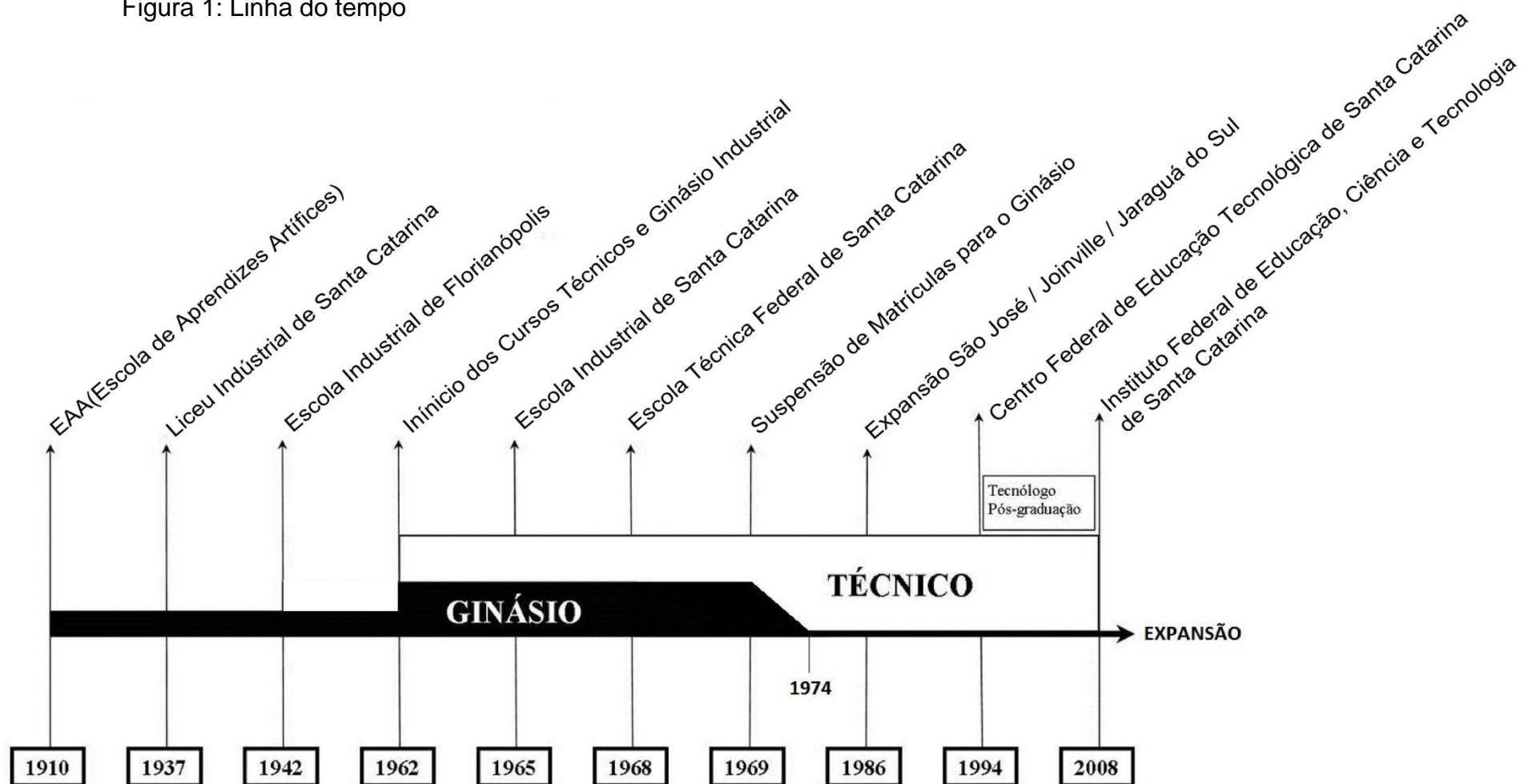
Dados oficiais referentes ao ano de 2010 revelam o seguinte quadro de alunos, docente e servidores técnico-administrativos:

8.252 alunos;

535 docentes;

504 servidores técnico-administrativos.

Figura 1: Linha do tempo



Fonte: Elaborado pelo autor.

2. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – IBGE/PNAD

Em 2002, o Brasil possuía 23.098.462 de jovens com idade entre 18 e 24 anos. De acordo com o Registro Anual de Informações Sociais (RAIS/TEM, 2002), apenas 5.388.869 – cerca de 23,3% – desses jovens tinham emprego no mercado de trabalho formal, no mesmo ano. Verifica-se, ainda, que os dados de escolaridade do IBGE/PNAD (2003), apresentados em tabela no documento, apontam que, nesse ano, cerca de 23 milhões de pessoas possuíam 11 anos de escolaridade, ou seja, haviam concluído o ensino médio. Esse contingente representava apenas 13% do total da população do país. Por conseguinte, pode-se inferir o baixo nível de escolaridade dos brasileiros que enfrentam o mundo do trabalho.

Em 2010, apresenta o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) as últimas estatísticas do IBGE/PNAD (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) / (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2009, através do comunicado de 18 de novembro de 2010, o qual

[...] dá continuidade à série de análises do Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA) sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) - análise da evolução da educação no Brasil - 1992 a 2009, além da situação de escolarização da população brasileira. (IPEA, 2010, p. 03).

O estudo mostra que a população de 15 anos ou mais, embora tenha atingido a média de 7,5 anos de estudos, está longe ainda da meta de atingir a escolaridade prevista na Constituição Federal, que é de 8 anos. O período examinado (1992 a 2009) obteve a média de apenas 0,14 anos de escolaridade, levando 17 anos para ampliar para 2,3 anos. De acordo com o IPEA (2010), fatores como baixa escolaridade e desigualdade social da população agravam e dificultam a universalização da educação básica, enquanto a eliminação do analfabetismo melhora na qualidade da educação.

Constatou-se também que a taxa de crescimento nos níveis de escolaridade diferem se nas regiões do Brasil: “A Região Centro-Oeste cresceu anualmente cerca

de 0,19. O Norte cresceu 0,10 o Sudeste (8,2 anos), o Nordeste (6,3 anos) e o Sul (6,2)". (IPEA, 2010, p. 04). Permanecem visíveis os vários "Brasís" existentes, sendo o Sudeste, o Sul e o Nordeste as regiões com os maiores índices das taxas de anos/estudo.

Os dados relativos à população urbana/metropolitana mostra que, na média, a população urbana tem 3,9 anos de estudo a mais que a rural, chegando a atingir 8,7. Já, no quesito cor/raça, o IPEA (2010) mostra que os negros têm 1,7 anos de estudo a menos em relação aos brancos. Outro dado muito presente na educação refere-se ao padrão de vida das pessoas, pois os mais ricos, em qualquer situação, sempre possuem níveis de escolaridade maiores. Somente na área rural, os ricos não atingem os índices previstos na constituição, dos quais os pobres se distanciam muito mais. Quando considerados os aspectos do analfabetismo no Brasil, os dados se apresentam como grandes desafios, sendo:

[...] um dos grandes problemas sociais que devem ser enfrentados para a construção da cidadania plena. [...] observa-se que coube à região Nordeste a maior redução na taxa de analfabetismo, de 32,7% em 1992 para 18% em 2009, [...] um decréscimo médio de 0,85 ponto percentual ao ano, superior à verificada nas demais regiões. [...] taxas do Sul e do Sudeste [...] não ultrapassam 6% [...]. Tanto no Nordeste quanto no Brasil como um todo, cerca de 90% dos analfabetos estão na faixa etária de 25 anos ou mais, sendo que a maior concentração, em números absolutos e relativos, recai sobre a população acima de 40 anos, 16,5%. (IPEA, 2010, p. 09).

As considerações finais do IPEA (2010, p. 23-24) apontam para o aumento de anos de estudo da população com 15 anos ou mais e dão ênfase nos resultados, considerando as diferenças dos quesitos regionais, renda, localização e raça/cor como norteadores dos índices escolares. O documento ainda reconhece em seu parecer os quesitos citados e os índices como indicadores dos fatores que influenciam negativamente na permanência escolar, na conclusão dos cursos que se tornam provocadores das repetências e evasão escolar. Levanta também as dificuldades de vencer os altos índices de analfabetismo, considerando que a influência pelo meio social dos sujeitos e defende ainda maior empenho ao trabalho com os mais jovens.

Dado importantíssimo é reconhecer a necessidade de melhora da qualidade do ensino básico:

o maior desafio é a melhoria da qualidade do ensino, que vale para os demais níveis e modalidades da educação básica. [...] outro grande desafio é a regularização do fluxo escolar, ou seja, é preciso atingir a universalização na conclusão do ensino fundamental e não apenas seu acesso. (IPEA, 2010, p. 24).

O IPEA (2010) considera, assim, como urgência a universalização do ensino médio, com o aumento da capacidade de oferta de vagas. O documento aponta também a impossibilidade de uma incorporação imediata do contingente de jovens entre 15 e 17 anos que deveriam frequentar esse nível de ensino, se houvesse a correção de fluxo do ensino fundamental.

Ao olharmos os dados desse relatório, verificamos que eles confirmam as necessidades de investimento na educação. O programa PROEJA, mesmo parecendo um programa compensatório, de resgate, é uma medida que pode rapidamente proporcionar as oportunidades da inclusão de jovens e adultos. É necessário, porém, investimento urgente na educação básica, na busca por maior qualidade. Sendo assim, é essencial que haja governos realmente comprometidos, em sua política maior, com atuações paralelas nos programas de alfabetização e letramento de jovens e adultos, para compensar a formação em tempo próprio. Podemos concluir que o retorno dos jovens e adultos aos bancos escolares apraz a sua autoestima, e as possibilidades da conclusão formativa e profissional abrem os horizontes do trabalho e da satisfação.

Os dados do IPEA (2010) apontam para quantos desafios são necessários para o Brasil vencer na área da educação, começando pela alfabetização e cidadania de grande parcela da população. Os desafios exigem não só abrir vagas no ensino básico, mas primar pela qualidade do ensino fundamental e secundário para que tenham condições de dar continuidade à formação dos sujeitos.

Pode-se considerar que os programas do PROEJA, que estão se iniciando nas unidades do IFSC, vão de encontro as necessidades que se propõe o alerta do Ipea como; propiciar a inclusão dos sujeitos na formação humana, tecnológica e de

cidadania, aspectos que, são nuances significativas na formação profissional que oferece o IFSC.

3. A EDUCAÇÃO GERAL E PROFISSIONAL NO BRASIL

3.1 INTRODUÇÃO

Ao citar os caminhos históricos e as várias ações e programas de governo, buscamos levantar as preocupações das ações Políticas Educacionais que vão acontecendo nos diversos governos, refletindo sobre aspectos da sociedade letrada ou sindicalizada que possam ter participado dessas políticas. É na análise dos dados e dos conceitos de autores, sociólogos, psicólogos, economistas, filósofos ou políticos que tenham presença nos diversos projetos governamentais, ainda que duvidosos ou parciais na educação, que atentamos refletir sobre o buscar de respostas; ou seja, teorias que na prática, segundo orientadores, autores e estudiosos, possam nos trazer as reflexões participativas da sociedade na educação e sinalizar para o quanto atingiremos das expectativas de uma educação de qualidade.

Os caminhos da educação em nosso país não diferem muito do aspecto geral da America Latina, cuja sociedade também possui distribuição de renda não muito regular, é de origem escravagista, sujeita na sua história aos interesses internacionais, tem contudo, O Brasil, diante dos esforço de brasileiros comprometidos com a educação, superar as diferenças.

As classes dominantes, que sempre nortearam os aspectos qualitativos e quantitativos na educação, são também atores que sempre tiveram papel de influência no decorrer dos caminhos da história e da educação nos países de terceiro mundo. Tal panorama político-social refletiu-se no Brasil em vários momentos, principalmente com a ausência do Estado, que não apresentava projetos seguros na educação e que deixava os horizontes turvos, não claros, gerando uma “descontinuidade” citada por Aguilar (2000). Um desses períodos foi o da ditadura, no qual a descontinuidade dos projetos escolares em relação aos tempos anteriores deixou rumos instáveis, constituindo o chamado “Estado Desertor”:

O estado desertor é aquele que, sendo excludente econômica, política e socialmente, acaba abandonando e renunciando as suas funções em áreas sociais básicas, concedendo ou se omitindo no cumprimento de seus deveres, deveres estes que são impostos pela prática do exercício da vida em democracia, atingindo assim os direitos dos cidadãos, existem, portanto, formas de verificar essa deserção? [...] Sem dúvida, há uma distância exígua entre as críticas ao papel do Estado e sua crise por um lado, e a deserção do Estado encoberta no Estado mínimo por outro [...] O Estado desertor pode ser verificado através da dualidade público-privada, principalmente porque o espaço público como um valor que caracteriza a democracia, [...] vai sendo menor à medida que o Estado vai se fazendo mínimo e retirando-se dos setores sociais essenciais. (AGUILAR, 2000, p. 45-47).

3.2 FRACASSO ESCOLAR

É na indagação sobre o fracasso escolar que buscamos a reflexão sobre quanto tempo é necessário para que alunos e docentes adaptem-se aos novos currículos, como o do PROEJA, e não incidam em uma nova evasão escolar.

Certamente precisaríamos considerar as situações que levam os sujeitos ao fracasso escolar e em quais razões se apregoam suas causas. Segundo Charlot (2000, p.17), o fracasso escolar exige reflexão, sendo que “[...] fracasso escolar não existe, mas o que temos são situações de fracassos vivenciados pelos sujeitos que o causam, provocam sua evasão.”. Se considerarmos a reflexão de Charlot (2000), vale levantarmos considerações de como esses agentes pontuam a evasão, buscando compreender seus interesses, sua força e o quanto eles realmente seriam provocadores de tal processo.

- Seriam recursos sociais escassos ou indiferenças nas ações e deliberações administrativas de governo, uma política omissa, de estado mínimo, ou interesses não incorporados ao bem comum social?
- Seriam ações políticas não muito claras, ou simplesmente omissão, indiferença do estado, ou falta de participação popular, ou ocorreu indiferença da docência que apenas se preocupa em cumprir programas?

Paulo Freire (1966), na sua caminhada para desvendar os impedimentos do aprender e do ensinar, afirma que uma educação exemplar deve passar também pela vontade dos envolvidos e evidencia que o ensinar exige querer bem ao educando, mas alerta:

É preciso, por outro lado, reinvestir em que não se pense a prática educativa vivida com afetividade e alegria, prescindida da formação científica seria da clareza política dos educadores e educadoras. A prática educativa é tudo isso, afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente de permanência do hoje. (FREIRE, 1966, p.161).

É preciso, então, ouvir os jovens e os adultos e possibilitar-lhes a participação central no processo de aprendizagem. É por meio dos seus saberes socialmente construídos na prática que se deve buscar a superação dos desafios no diálogo com o educador que, por sua vez, deve procurar motivar a curiosidade, desafiar a capacidade do educando, buscando trazê-lo ao contexto universal do conhecimento, partindo dos seus. Isso se apresenta como uma opção do docente, que está fundamentada ao encontro das motivações do professor. Nessa relação, é preciso bom senso, como diz Freire (2003, p. 16): “[...] o senso comum só se supera a partir dele, não com o desprezo arrogante dos elitistas por ele.”.

A consideração da prática pedagógica libertadora, da superação da consciência ingênua pela consciência crítica levada a partir das experiências de vida dos sujeitos, a prática da ação dialogada que propõe (FREIRE, 1987), são aspectos a sugerir que, partindo da valorização do ser, do sujeito , descobrimos o quanto falar e ser escutado, desperta no sujeito uma consciência crítica.

Nas considerações temáticas de autores como Farias e Campos (2005, p.84), é a escuta o maior facilitador na relação professor-aluno em um processo de ensino e aprendizagem: “[...] princípio para aprender a falar com ele, e não para ele.”; prevalece, assim, o diálogo como instrumento de conscientização, conforme aponta Peluso (2003): é preciso um novo olhar sobre o que esses jovens e adultos possuem de expectativas e

de valores e como eles podem ver esse tempo novo com esperança. Enfim, considerações que nos fazem refletir:

Os sujeitos verão o retorno escolar como um presente que completa seu tempo escolar inacabado, uma dádiva ou uma complacência do Estado? Muitos jovens e adultos não se dão conta de que seus fracassos escolares podem estar associados às suas condições de vida. Ao levantar as questões sociais de oportunidades, podemos encontrar muitas das razões que os levaram à evasão, repetência ou desistência de suas formações regulares. Os argumentos sociais que podem parecer estranhos, contudo, fazem-nos refletir muito nos parâmetros gerais do fracasso escolar, segundo Gandin (1995), é preciso uma efetiva proposta ousada como a refletida na

[...] motivação e a capacitação das pessoas para participar, por vezes, promover esta participação, segundo sua cultura [...]. É claro que a participação de início será diferente conforme a “posição” da pessoa no contexto escolar mas o desejável é que o grau de participação entre todos vá se aproximando até o limite necessário para que a ação, continuamente transformadora, não se torne impossível. (GANDIN, 1995, p. 76).

Os sujeitos excluídos da educação no nosso país, que já sofrem no ensino das primeiras séries regulares com as discrepâncias dos conhecimentos, acabam apresentando, em séries adiantadas, defasagens notórias do saber ler, escrever, fazer cálculos ou dificuldades em compreender assuntos complexos. Esses fatos são comentados no parecer do IPEA (2010), que conclui a necessidade de maior investimento na educação básica por todo Brasil.

A Secretária de Educação do Estado de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro, declara que 45% dos alunos do Estado de São Paulo concluem o 4º ano sem saber ler e escrever plenamente. Em Matemática, mais de 70% dos estudantes da mesma série não conseguem fazer as quatro operações básicas. Em virtude desses dados, foi montado um projeto que programava recuperação de conteúdos como Português, enfatizando o saber interpretar (MENESES, 2008, p. 74-75).

Essa matéria jornalística é um fato muito comum nas escolas, haja vista que o fantasma das evasões já aparece no desânimo dos sujeitos ante as repetições que têm se perpetuado. Com isso, podemos concluir e até rever o termo, ao considerar as suas

causas que podem estar muito além do sujeito. O fracasso escolar, de imediato, é sempre apontado como falha do aluno, pois não se levam em conta os obstáculos da democratização das oportunidades de acesso dos sujeitos nas instituições escolares. É fato que as reprovações acabam por influenciar progressivamente a evasão, pelo desânimo gerado conseqüentemente nos sujeitos. Segundo Koch (2001), evadindo-se o sujeito, permanece o ditado que o estigmatiza de “desinteressado”, mas o que reprova e sai da escola é tido como “[...] aquele que representa problemas de comportamento ou tem dificuldades para acompanhar a aprendizagem” (KOCH, 2001, p. 32). Esse “julgamento” é que gera um distanciamento da escola. O fracasso e a evasão escolar atribuídos unicamente às expectativas dos sujeitos requerem reflexão mais aprimorada.

Conforme afirmam Gevaerd e Oliveira (2009, p. 85):

Dentro do contexto das práticas pedagógicas, a avaliação escolar, como vem sendo concebida tradicionalmente, é outro componente que ocupa um lugar de relevância na questão da evasão escolar [...], contribuindo para materializar o desânimo e as frustrações de um processo escolar fracassado, interferindo na autoestima e no conceito que o aluno faz de si mesmo, já que o fracasso do presente o considera incompetente para o trabalho intelectual.

Uma atitude reflexiva sobre essa questão, entretanto, permite admitir que o fracasso e a evasão escolar não estão localizados exatamente no aluno. As considerações gerais devem sempre levar em conta as dificuldades econômicas dos sujeitos, as horas longas de trabalho, a distância do trabalho para a escola. As causas, portanto, podem vir de diversos fatores, cuja repetência e evasão (1997, p. 24), “[...] são sim um fracasso, não exatamente do aluno, mas das instituições escolares que são incapazes de lidar com os segmentos da população a que elas se destinam. Fracassamos todos nós, os que ensinam, os que são ensinados e todos os demais integrantes desta sociedade” Carvalho (1997, p. 24).

Parece-nos claro, assim, a magnitude dos fracassos escolares, sendo as desistências escolares oriundas de muitas causas, que levam muitos sujeitos às condições precárias de um aproveitamento na profissionalização, chegando aos ensinos que se seguem sempre com um sentimento de incompetência que perpassa

suas motivações, vendo a escola como um “elefante branco”, inatingível, fora de seu contexto familiar e social. Quando um fracasso escolar ocorre, ele se apresenta especificamente por uma insuficiência de letramento, uma alfabetização científica ou diretrizes curriculares ultrapassadas.

Os sujeitos geralmente chegam ao ensino médio profissionalizante desprovidos de domínios mínimos de seus supostos conhecimentos adquiridos nas etapas anteriores, necessários ao desenvolvimento profissional, como língua portuguesa, física, matemática. Essas defasagens apresentam-se como desafios aos professores da área técnica para com esses sujeitos, pois exigirão ações diferenciadas da prática pedagógica ou didática na escola, como adaptações de conteúdos, geralmente em momentos de atualizações, e exercícios de operações básicas e compreensões de textos, quer sejam de português ou matemática.

O PROEJA, que surge como um programa compensatório de urgência, não leva em consideração a necessidade de um calendário que se justaponha à revisão de conteúdos mínimos, pré-requisitos que atendam aos aspectos básicos da compreensão.

Facilitar os ideais dos jovens e dos adultos certamente implica não atropelarmos o ensino somente por instrução, ou seja, aquele que garante o letramento e a alfabetização científica, que são, no mínimo, pré-requisitos para a promoção da cidadania plena, além das ações que vão ao encontro dos direitos constitucionais previstos em lei – “a educação é um direito de todos”. Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, está determinado que educação é um direito de todos e que é dever do estado e da família promover e incentivar a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do cidadão. O preparo do sujeito, assim, é para o exercício da cidadania e sua qualificação é para o trabalho, no qual fica evidente o papel importante da escola. Considerando as opções no mundo do trabalho, a empregabilidade implica necessariamente um bom currículo dos sujeitos, sendo necessário esperar da formação um movimento legal que considere aspectos produtivos e sociais, de maneira que possa conduzir os sujeitos a uma integração plena, universal:

O Projeto Educativo de Integração Social vem sendo desenvolvido em função do crescimento humano, das pessoas adultas e dos grupos cujos indicadores são: aumento da capacidade de adquirir conhecimentos, consciência de sua dignidade como pessoa, consciência de sua responsabilidade consigo mesmo, com sua família, seu trabalho, com sua comunidade e habilidade de integrar-se em seu meio de forma responsável. (GIUBILEI, 2000, p. 2).

A alegria do ser é a sua compensação de estar inserido na sociedade, sentir se parte dela, zelar por ela e por seu patrimônio. Esses são aspectos resultantes da pessoa, tendo, no trabalho compensador, salários que possam agregar valores de compra, saúde, habitação, enfim, as condições básicas universais de direito de todos. Os salários devem, assim, serem justos, as rendas, dignas e que permitam condições mínimas de sobrevivência.

Quando consideradas as ocupações como fontes de renda e estando o trabalho atrelado ao processo do aprendizado, vemos que a educação profissional técnica em qualquer país tem se apresentado como ferramenta de desenvolvimento tecnológico. Os países que investiram na educação profissional, na educação de qualidade, tornaram-se mais eficientes . Segundo Delphino (2010, p. 99), é

[...] por meio de políticas e estratégias adequadas para o incremento da Educação Profissional e Tecnológica, o governo intervém na formação de jovens e adultos, garantindo melhores condições de trabalho e valorização social da sociedade. É uma estratégia política de governo conhecida o Estado como Ator.

Pensando sobre as qualificações, as competências, as habilidades e os conhecimentos dos sujeitos diante das suas probabilidades de sucesso profissional e tendo em vista as constantes evoluções tecnológicas, essas reflexões apresentadas precisam ser consideradas para os jovens e adultos do PROEJA, quanto aos seus perfis e nas suas necessidades humanas e da formação profissional. As reflexões do mundo do trabalho, vão exigir também dos professores envolvidos, constante adequações e especializações em sua formação, aspectos que apresentados sugerem mobilidade, visão da escola, que vão além dos seus muros, servindo de base para se adaptarem às variáveis tecnológicas constantes que segundo Dayrell (2007, p. 65-66):

O primeiro desafio para nós educadores é ampliar a nossa reflexão para fora dos muros escolares e buscar saídas no jogo das forças sociais. Sabendo dos limites da escola, podemos afirmar com Paulo Freire que a tarefa pedagógica da escola é ampliar nos jovens alunos a sua condição de humanos [...]. Não podemos nos esquecer do aparente óbvio: eles são seres humanos, amam, sofrem suas experiências, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante delas, possuem desejos e propostas de melhoria de vida. Torna-se necessário escutá-los [...] temos de encará-los como sujeitos que são [...] despertar e incentivar o desejo pelo saber.

Quando consideramos os aspectos que decorrem da implantação de um programa como o PROEJA, não devemos pensar também sobre em quanto tempo estarão os IFS realmente prontos com seus professores, suas grades escolares, suas estruturas, nos aspectos e desafios ao atendimento da nova modalidade? Certamente oportunizar possibilidades de inclusão requer reflexão não apenas sobre a qualidade, mas a quem está se oferecendo esse serviço. Quem são os excluídos e quais são os horizontes que se quer propiciar a esses sujeitos? Nesse ponto, Pascoali (2010, p. 25) destaca que:

Quando nos referimos aos excluídos, atente para o fato de que não nos referimos apenas aos desempregados, mas sim a toda a força de trabalho que não foi absorvida pelo mercado. Devem ser incluídos tanto os trabalhadores informais e os desempregados quanto os que vivem de trabalhos esporádicos, os que nunca conseguiram qualquer tipo de trabalho, os excluídos e os miseráveis e famintos. O foco deve ser a pobreza e tudo o que gera e aumenta a miséria. Os miseráveis estão no patamar mais baixo da pirâmide social e sofrem com os piores níveis de renda e escolaridade. (PASCOALI, 2010, p. 25).

3.3 INCLUSÃO

Ao considerar que a escola pública tem o papel de carro chefe na função de garantir os direitos ao atendimento educacional, buscando a formação plena dos sujeitos, retomamos Frigotto (1995, p. 105) que defende uma formação que seja “[...] unilateral e politécnica, levando em conta as múltiplas necessidades do ser humano”. Assim, um cidadão deve, mais do que apenas ler e escrever, saber trabalhar operações básicas repetidamente, pois são complementos funcionais exigidos pela vida. Por isso devemos valorizar a formação, para que possa de fato completar as necessidades de

aprimoramento dos sujeitos envolvidos, quer sejam professores ou alunos. Deve-se, assim, buscar o cuidado efetivo, agir considerando o aprimoramento das competências, tanto do professor quanto do aluno, levando em conta um rebuscar dos aprendizados dos sujeitos com um olhar para as inovações.

Enfim, compreendendo o conhecimento conforme pontua Koch (2009, p. 29):

O conhecimento científico surge da necessidade de o homem não assumir uma posição meramente passiva, de testemunha dos fenômenos, sem poder de ação ou controle dos mesmos. Cabe ao homem, otimizando o uso da sua racionalidade, propor uma forma sistemática, metódica e crítica da sua função de desvelar o mundo, compreendê-lo, explicá-lo e dominá-lo.

Dominar o mundo exige o despertar de uma prática de ensino inclusiva e que supere, entre outros aspectos, as representações sociais que influenciam ações e modelos e colaboram para o surgimento de preconceitos contra as classes ou etnias, dificultando sempre novas decisões.

Quando se tenta justificar a evasão, é comum argumentar que o sujeito é fruto do fracasso escolar, premissa que cria a crença histórica de culpa do indivíduo. A ideia do sujeito como culpado vem se repetindo em chavões, apelidos que se apresentam vulgarizando o trabalhador e favorecendo a ausência do Estado com suas obrigações. Os chavões preconceituosos vão se reproduzindo nas classes populares, criando preconceitos em suas representações sociais de tamanha envergadura, tão devastadora a ponto de gerar a crença para justificar as dificuldades de escolarização.

Esperar que os sujeitos dominarem os conhecimentos científicos exige ações administrativas do Estado e dos educadores, bem como movimentos renovadores da educação, o que requer ações e compensações alternativas. Segundo Vasconcelos e Lima (2009), essas ações devem ser uma política educacional, atenta à organização dos trabalhadores (SINDUTF-PR), que tem:

A tarefa ou função mais importante da escola no atual contexto de transformações (mudanças) tecnológicas é, portanto, contribuir para “humanizar” os indivíduos. E tal processo de humanização, mais do que nunca, torna-se urgente em vista do constante processo de aviltamento das condições

materiais de existência impostas pelo capitalismo. (VASCONCELOS; LIMA, 2009, p. 41).

Apontar o papel da escola no cuidado com seus sujeitos, vítimas de abandono ou quase sempre vestidos de preconceitos próprios do sistema, disfarça o papel omissivo do Estado desertor, que no parecer de Aguilar (2000, p. 47): “[...] é abandono do que é público, um omitir-se, renunciar e deixar de atender a uma parcela da realidade social que lhe é inerente.”.

Considerando que o tempo não se repete, o que podemos então é propiciar outras condições em um tempo próprio para a assimilação de conteúdos por parte dos adultos e dos jovens, que geralmente possuem o seu tempo distribuído em múltiplas tarefas domésticas ou em trabalhos com exaustivas horas de ocupação, que exigem longas horas de locomoção, enfim, com barreiras e desafios para vencer no sustento da família. Quase sempre esses sujeitos não possuem tempo livre para as tarefas escolares de casa e nem tempo extra na escola para tirar as dúvidas.

Demo (2010, p. 75) afirma que: “[...] para dar conta deste século – principalmente para aprender durante a vida toda – o aluno carece saber pesquisar no sentido de saber produzir conhecimento próprio, partindo de conhecimentos existentes.”. Assim, para o autor, um verdadeiro técnico não pode estar despreparado no domínio de conteúdos que são renovados constantemente pelos avanços das tecnologias:

Quando se trabalham conteúdos, não é menos crucial motivar habilidades reconstrutivas, combinando domínio de conteúdos com perene renovação. Essa combinação é hoje o centro da expertise profissional. Vê-se mais facilmente em profissões com contato mais claramente tecnológico, como engenheiros, médicos, agrônomos: sem atualização constante de seus conteúdos, perde-se qualidade profissional. Outras profissões mais distanciadas, como educadores, por exemplo, profissionais das ciências humanas e sociais, correm o risco de se alienar, ficando para trás. Este desafio depende sumamente da montagem dos cursos. (DEMO, 2010, p.77).

Assim, em qualquer tempo, há motivos para revisões, visando criar condições favoráveis que mantenham a motivação dos sujeitos com o estudo. O analfabetismo ou a falta de letramento não são circunstâncias únicas do Brasil. Podemos lembrar o panorama mundial da Educação de Jovens e Adultos nas conferências internacionais

dos anos de 1972 (Japão), 1985 (Paris) e 1997 (Alemanha), cujos propósitos foram discutir, criar a educação permanente e vencer os atropelos que a insegurança e o desequilíbrio na educação faziam emergir em seus países. A educação permanente aparece como destaque importante na III CONFINTEA, ocorrida no Japão, que defende que a

[...] educação para a vida (permanente), a Educação de Adultos seja reconhecida como componente específico e indispensável da Educação e que medidas legais e outras medidas sejam tomadas para que apoiem o desenvolvimento amplamente baseado em serviços da Educação de Adultos. (III CONFINTEA, 1972, p. 5).

Os dados sobre a educação apontam sempre o olhar sobre as qualificações, as competências, as habilidades e os conhecimentos dos sujeitos em suas probabilidades de sucesso profissional, que lhes permitam interagir com as constantes evoluções tecnológicas no mundo do trabalho.

A contínua ação motivadora dos professores deve premiar o entusiasmo dos alunos na continuação dos estudos, no fortalecimento profissional e inclusão social como seu complemento de cidadania.

Considerando o Parecer MEC-PROEJA-2007, como também estudos das Literaturas, Congressos sobre Educação de Jovens e Adultos apontam para a importância de uma discussão, com posicionamentos e tomadas de decisões das instituições de ensino profissionalizantes e propedêuticas, sobre a forma como encaram as políticas inclusivas, considerando-as como um projeto de Estado, não apenas um programa de governo.

De acordo com Dayrell (2007, p. 64-65), querer evitar a crise das escolas passa pela responsabilidade de muitos. Fica evidente que a escola vive uma crise, com alunos e professores se perguntando a que ela se propõe. E essa crise se aprofunda quando se constata que a instituição escolar ainda se pauta por uma visão reiterada de futuro, na lógica do “adiantamento das gratificações”, ou seja, ela não tem sentido em si pelo acesso a uma formação no presente, mas pelas recompensas que supostamente trará a médio ou a longos prazos numa sociedade que fecha as possibilidades de

mobilidade social. Segundo o parecer do MEC, o Programa PROEJA reporta-se como uma política inclusiva que pode permitir aos excluídos do ensino médio e profissional uma oportunidade inovadora única, oportunidade revolucionária que deve ser vista como inédita e promissora.

3.4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Representações sociais são modelos representativos, preconceitos que vão influenciando sempre nas crenças ou nas ações renovadoras. Com o tempo, vão instigando, pronunciando o que se podem considerar chavões inóspitos a culminar padrões de verdadeiros fantasmas, preconceitos, chavões, muitas vezes fortemente estabelecidos, que se perpetuam por anos enraizados nas culturas.

Conforme parecer de Apric (2000, p. 16), torna-se “[...] importante conhecer, compreender e agir no campo das representações sociais, respeitando sua organização”; ou seja, a hierarquia dos elementos que a constituem, as relações nas quais esses elementos se mantêm, tornando imprescindível a vinculação do sujeito a esses aspectos sociais. É necessário também que os sujeitos tenham aptidão à crítica, que o sujeito apareça com voz atuante e crítica, que supere o fantasma do preconceito:

A consciência ingênua pode refletir sobre si, tornar-se a si mesma como objeto de sua compreensão, porém não chega a ser uma autoconsciência. A consciência crítica quando reflete sobre si (sobre seu conteúdo), torna-se verdadeiramente autoconsciência, não pelo simples fato de chegar a ser objeto para si, e sim pelo fato de perceber o seu conteúdo acompanhado da representação de seus determinantes objetivos. (PINTO, 1994, p. 60).

É preciso levar a reflexão sobre as muitas crenças, os ditados e de como surgiram, com que objetivos se criaram, verificar o tempo e a cultura, e considerar os aspectos, inclusive as legislações, quais ações e diversidades dos meios inerentes à vontade de seus sujeitos. Os aspectos das representações sociais estão vestidos de muitas interpretações contidas nas aparentes “verdades”. E são esses aspectos que

podem, por sua vez, escamotear os responsáveis ou as autoridades, ou a cultura, ou os interesses escondidos em suspeitosas crenças de verdades ou moral. Ditados como “Pau que nasce torto, morre torto” ou “Não adianta, eles é que são preguiçosos, não gostam de estudar” e tantas outras argumentações minaram muitas vezes uma ação política efetiva na educação. As representações sociais, dentro da sociedade, podem se justificar à ausência do estado, justificando desobrigações da administração social.

Quando olhamos com esse cuidado, podemos considerar que as representações sociais estão por toda parte, são reais em todo o mundo, até nos países de primeiro mundo. O esclarecimento pode ser o caminho também para vencer culturalmente as representações sociais, ainda que não estejam explícitas, visto que, muitas vezes, aparam os interesses da classe dominante, do modelo político, de tanta grandeza que precisam ser vencidas. Acreditamos que o investimento na área da educação seja o caminho para suprir os desafios e vencer muitas barreiras, implicando ações que exigem determinações corajosas, de modo a evitar um caos social maior.

3.5 ASPECTOS HISTÓRICOS

É quando estudamos as Políticas Educacionais Nacionais no seu tempo histórico que podemos verificar os discursos, que sempre estiveram locados nos aspectos do ensino regular, quer sejam das crianças, dos adolescentes ou dos adultos. Assim, não se considerou por desleixo ou desconhecimento uma Política de Inclusão, ou não se criou no passado estratégias que pudessem atenuar em paralelo a recuperação dos jovens e adultos ainda no seu tempo regular de uma formação profissional. Sempre houveram sujeitos que no tempo próprio de seus estudos, por razões na maioria das vezes contrárias à sua vontade, se evadiram da escola, o que se sugere a oportunidade de uma consolidação à sua formação escolar, ainda que ousada, através de escolarização tardia, ser a oportunidade de promover uma formação profissional de qualidade, inclusiva desses sujeitos, preparando-os para o “mundo do trabalho”.

Delfino (2010, p.12) considera que seja [...] necessário que se estabeleça uma imbricação entre a oferta de trabalho e a formação de profissionais [...] reconhecendo-se o desvinculo entre as políticas educacionais e as necessidades educacionais, que tem como uma das suas causas principais a dominação econômica externa, reforçada pela dominação cultural (DELFINO, 2010, p. 12).

Uma dominação cultural imposta, quase sempre indiferente aos aspectos vivenciais dos sujeitos, é a citada por Gevaerd e Oliveira (2009), considerada ideia equivocada e é a que diz que:

A escola oferece igualdade de oportunidades para todos, e portanto, cada um vai alcançar aquilo que sua capacidade pessoal permitir.” São aspectos que não consideram as diferenças de origem, a visão de mundo de cada um em sua forma de ver, de sentir, de conhecer.

Numa sociedade que nivela os parâmetros metodológicos como se todos fossem iguais, acabam os jovens e adultos excluídos, serem levados a uma marginalização, potencializando suas condições de vida e de sobrevivência, ou, no máximo, a uma alfabetização precária nas suas necessidades de comunicação. O estudo sem letramento, sem alfabetização tecnológica ou expressões vivenciais para o mundo deixam lacunas nas oportunidades dos indivíduos à inserção no mundo do trabalho.

A educação de adultos, segundo Pinto (1994), é parte essencial que tem obrigatoriamente que ser executada, não como um esforço marginal, residual, de educação, mas um setor necessário do desempenho pedagógico geral, ao qual a comunidade se deve lançar com determinação. O autor defende que devemos

[...] considerar a busca de uma educação libertadora, sua inclusão social na sua totalidade e, quanto seriam as considerações que colaborariam aos aspectos da cidadania, uma educação que leve em conta todas as subjetividades, os aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais de seus participantes. (PINTO, 1994, p. 82).

Quando optamos por um olhar renovador, de uma verdadeira metodologia, de uma prática de ensinar aprendendo, aprendendo fazendo, interagindo com a cultura

dos sujeitos, inclinamos nossas práticas à superação de uma visão “bancária da educação”, nas palavras de Freire (1987, p. 69):

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos: não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Interagir com o mundo do trabalho não deve passar sem as considerações relativas dos programas regulares, seus resultados, suas avaliações, suas metodologias, suas ações práticas, seus conteúdos programáticos; o que poderia se dar através das situações dialogadas, conversas com os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, evitando, assim, as falhas nos processos dos planos docentes, nos quais os conteúdos programáticos são montados, construídos de uma proposta para os sujeitos e não com os envolvidos. Freire (1987, p. 87) aponta que:

É preciso considerar “o buscar” que o momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores.

Diante dos desafios do ensinar, faz-se necessário considerar que não somente os aspectos da didática, mas também o tempo dos programas e suas velocidades de execução devem ser considerados: em quanto tempo, que tempo, um tempo existencial em tempos próprios à assimilação dos sujeitos. É o tempo que, segundo Marx (1985), tem valor, é da vida de cada um, e que se representa “em salário, preço e lucro”:

O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc, está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga [...] toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação. (MARX, 1965, p.1674).

Assim, valorizar o tempo é ousar conferir um dos impulsos do ser humano, o seu tempo, todo seu, desde sempre, acoplados nos seus comportamentos naturais. Os sujeitos adultos têm ocupações com horas longas de trabalho, sobra de tempo escassa para cumprir tarefas escolares e sua curiosidade naturalmente tolhida pode ser um impedimento do investigar, do buscar científico, conforme explica Köche (2009, p. 71):

O problema de investigação é aquela dúvida, é aquela pergunta que não consegue ser respondido com o conhecimento disponível. O homem usa teorias produzidas pela ciência para compreender, explicar, descrever os fatos existentes e mesmo prever os futuros.

Assim, dar oportunidades de uma inclusão é dar tempo para aprender. Os programas, portanto, devem considerar as dificuldades desses jovens e adultos, compreendendo também que é possível as pessoas desenvolverem suas competências quando facilitadas as superações. Para Köche (2009), é a oportunidade,

[...] que impulsiona o homem em direção à ciência, é a necessidade de compreender a cadeia de relações que se esconde por trás das aparências sensíveis dos objetos, fatos ou fenômenos, captadas pela percepção sensorial e analisadas de forma superficial, subjetiva e a crítica pelo senso comum. O homem quer ir além dessa forma de ver a realidade imediatamente percebida e descobrir os princípios explicativos que servem de base para a compreensão da organização, classificação e ordenação da natureza em que está inserido. (KÖCHE, 2009, p. 29).

Compreender os fenômenos e as relações das aparências, ter senso de crítica e poder compreender as subjetividades do meio no qual está inserido, requer do sujeito, no mínimo, uma formação integral. Formar-se é um movimento que vai ao inverso da exclusão e pode impedir perda de direitos e possibilidades. A superação da exclusão social dos direitos e das possibilidades, como a exclusão no ensino regular, geralmente é necessária às classes menos favorecidas. São projetos como EJA e PROEJA que surgem e passam a ser vistos com uma metodologia própria para as superações das formações dos sujeitos, cujas idades e o tempo de afastamento escolar apresentam perfil próprio. Esses sujeitos são diferenciados das crianças e requerem ações pedagógicas adequadas, ações diferentes que implicam novos olhares à prática pedagógica. Quando se insistia em conhecer quem era o aluno da Educação de

Adultos, as pesquisas sobre o perfil do estudante do ensino noturno muito contribuíram para conhecer melhor esse aluno, a partir da sua realidade socioeconômica, principalmente: era um trabalhador adulto, que frequentava o ensino noturno. Uma das contribuições desses adultos resultou na descoberta do jovem, como parcela significativa entre os participantes dos projetos e programas da educação de adultos. Essa descoberta influenciou a ampliação do campo, que passou a incorporar o segmento juvenil. Outra contribuição tem sido revelar o quanto esse jovem e esse adulto, em situação de exclusão social, possuem características distintas, quando se considera a sua diversidade cultural: gênero, raça e/ou etnia, religiosidade, de origem rural ou urbana etc. Nos últimos anos, tem-se intensificado os estudos para melhor entender os processos de vivências desses sujeitos, ou seja, os hábitos e atitudes desses jovens e adultos nos diferentes contextos da vida social (SOARES, 2001, p. 214).

No enunciado de Soares (2001), que considera a preocupação do contexto social, já se percebe o cuidado de um tempo e de uma metodologia própria, uma prática que busque a orientação de um programa que considere as dificuldades e os propósitos de uma inclusão plena que vá muito além do profissional, incluindo também os conhecimentos gerais. Considerar os aspectos sociais que influenciam, portanto, na qualificação social e profissional, são metas que viabilizarão o dominar das ações completas na formação, que são voltadas para uma inserção autônoma e solidária dos sujeitos no mundo do trabalho. Uma nova prática que deve levar em conta o ensinar com a percepção dos resultados, de suas velocidades, suas compreensões e descobertas científicas na sua propagação como benefício à humanidade.

Quando considerada a compreensão clara do campo das lutas, das conquistas e, por vezes, das derrotas de paradigmas pelo conhecimento novo, têm-se impulsos a verdadeiros desafios nas argumentações de uma explicação científica, de uma busca constante da lógica ou das descobertas que sempre vão se atualizando na ação humana, que, por sua vez, sempre busca a explicação das leis da natureza. A formação propedêutica e profissional deve ser de resultados animadores para incentivar jovens e

adultos no mundo do trabalho, possibilitando-lhes as compreensões de superação e de vitória em relação às barreiras impróprias das revelações científicas que os desafiavam.

É no paralelo que se apresenta a história dos sujeitos jovens e adultos, que ficaram à revelia de planos apropriados que lhes permitissem a formação escolar regular, seguida também da falta de formação acadêmica de professores com especialização nos cursos superiores destinada ao atendimento dessa clientela, não por opção, mas por falta de oferta. Não houve no passado das graduações, uma preocupação com os planos de educação no que se refere ao tratamento de metodologias apropriadas para o ensino de adultos e jovens excluídos. Todas as considerações metodológicas das graduações foram montadas na previsão de ensinar crianças, jovens ou adultos em seu tempo próprio. Aplicar o Programa PROEJA requer desafios dessa problemática, como formação de professores, e que se apresentem uma das particularidades da docência específica a EJA e PROEJA. A educação do adulto exige considerar vê-lo no seu mundo, com suas expectativas e esperanças, conforme descreve Giubilei (2000, p. 2):

[...] o adulto como ele é, com suas expectativas, limitações, possibilidades, como uma pessoa que está enfrentando o mundo com sua complexidade e que traz para a sala de aula muita experiência de vida e vê o adulto em sua realidade psicológica, social, familiar e de trabalho. [...] busca uma mudança de metodologia que responda aos interesses dos adultos, bem diversa daquela desenvolvida com a criança e com o adolescente.

Os professores necessitam de pareceres novos nas informações, nos projetos de pedagogia diferenciada, com uma necessidade própria e um lidar novo com esses sujeitos. Aparecem, assim, a partir de 2008, as especializações, que visam superar o despreparo dos docentes na lida desses contingentes específicos, professores de formação no modelo tradicional. Giubilei (1993, p.15) confirma uma preocupação dos professores que, sem preparação conveniente para o atendimento a esses sujeitos, acabam ficando condicionados a angústias do confronto desse novo desafio. Os cursos de licenciatura, focados então apenas na educação e alfabetização infantil e de jovens adolescentes no seu tempo regular, são práticas que precisam ser revistas ou ampliadas .

Outras práticas pedagógicas que surgem, quando no trato do EJA ou PROEJA, estão amarradas à idade e à heterogeneidade, pois esses sujeitos não são crianças ou só jovens em idade escolar regular, têm a sua heterogeneidade como um grande desafio para o professor. Na revisão de uma nova modalidade, uma formação específica de docência, essas especialidades requerem formações acadêmicas próprias. O IFSC, como um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, é convidado a administrar ações que facilitem também essa integração, o que passa naturalmente pelo comprometimento de toda a instituição, de seus professores e de seu setor administrativo. Reconhecemos, assim, que o IFSC, sendo uma instituição de elevado conceito na formação de seus acadêmicos, tem que agir, no caso da EJA, com amadurecimento, com uma posição de muita cautela e responsabilidade que considere as seguintes questões:

- a) Como fazer para que um jovem ou adulto que passou da idade regular, ou a de um vestibular, consiga não só ter acesso, mas acompanhar as aulas com motivação e ter qualidade nos resultados?
- b) Quais ações ou práticas devem ser viabilizadas com esses alunos, nas condições de competências iguais aos do ensino regular?
- c) Quanto tempo se precisaria para prepará-los para o mundo do trabalho e ser mediadora nos seus aspectos formadores e universais de cidadania?

Expressamos, assim, que nossa proposta é a de confrontar ações diferenciadas no tempo, na metodologia e na didática desse contingente, com um tratamento mais do que diferenciado, adequado às suas dificuldades próprias, com os currículos e os conteúdos compartilhados a uma integração nos conteúdos que se completam, uma didática que motive os sujeitos com o fim de evitar as desistências ou exclusão da inclusão. Enfim, dar-lhes condições também favoráveis ao desenvolvimento de suas competências, tanto no mundo do trabalho como em suas vidas. Portanto, minorar as dificuldades desses alunos é promovê-los na velocidade que lhes é adequada, trabalhar pensamentos, agir com as considerações problematizadoras que lhes sejam familiares; enfim, proporcionar uma educação libertadora, como a proposta por Freire (1987),

diferente da “educação bancária”, que se resume à transferência de conteúdos pré-definidos pelo professor, na qual o aluno somente escuta, como mero receptor vazio. A opção aqui é a de uma “educação libertadora”, na qual o aluno é sujeito ativo da educação conceituada por Freire (1987, p. 67-68), que afirma que a educação

Problematizadora já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária” mas um ato cognoscente. Com situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o medIALIZADOR de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta, não é possível a relação dialogada, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível.

É mister que as Instituições Federais de Educação Tecnológica, como órgãos públicos e tendo uma expectativa à frente de seu País, tornem-se aptas e acreditem, buscando criar as condições que atendam esse perfil, um sujeito diferente, cheio de esperanças, movido por um reencontrar que retorna e vê na escola uma oportunidade reparadora, transformadora para a vida e o trabalho.

O conhecimento científico e seu desenvolvimento têm levado sempre a um olhar e a uma ação nas questões educacionais, embora vestidas nas variações das filosofias capitalistas ou comunistas, pois todos os países passam por seus interesses políticos e econômicos que influenciam nas avaliações das metas escolares. Os movimentos políticos e econômicos, como o que apareceu no leste europeu, já no final dos anos 80, que acabou culminando com a queda do muro de Berlim, representam a superação de representações sociais que são questionadas. A economia necessitando de certa fluidez, ainda mais num período de globalização, e outros movimentos, como os resultados da queda do muro Berlim, são fenômenos que mostram um novo tempo de transformação das economias na Europa e no mundo. Seguida do movimento de globalização, essa transformação interferiu no mundo em todos os seus aspectos econômicos e na educação. A ideia clara do viés que se apresentará e o quanto nos tocarão as transformações estão se organizando, e o Brasil também vai procurando seu lugar no mundo globalizado.

A globalização da economia, das comunicações e da cultura provavelmente norteará novo viés nas ações políticas e econômicas mundiais, levando-nos a assistir a tempos de surpresas, ascensão de países do terceiro mundo que hoje já se apresentam como verdadeiros desmoronamentos de representações sociais. São os emergentes provocando crises nas concepções e nos paradigmas de riquezas. É a educação se globalizando e apontando para muitas considerações novas que hoje, numa visão internacional, são as preocupações com o crescimento do “gap”² da pobreza, gerando várias demonstrações contra o discurso “econômico-financeiro” dominante, no qual todos os problemas dos países em desenvolvimento são tratados como matéria de má administração, falta de liberdade para o crescimento, acumulação do capital etc.

De fato o discurso dominante prescreve a necessidade de adoção de medidas econômicas mais duradouras, tais como a indução da produção voltada para exportação, a abertura dos mercados, a redução de apoio estatal para programas sociais, a promoção de demissão em massa no serviço privado, a restrição de contratações e substituições no público e a privatização/desnacionalização de empreendimentos. Algumas consequências dessas medidas em nível mundial, principalmente nos países em desenvolvimento, são custo de vida crescente, grande desemprego, fome, pobreza e retorno de doenças antes controladas (malária, dengue, febre amarela, lepra, tuberculose etc.), assim como aparecimento de outras, como a AIDS. Esses aspectos de pobreza acabam repercutindo na educação toda. Com o aumento das desigualdades sociais, faz-se necessária a tomada de uma ação rápida de forma a amenizar ou até a superar dificuldades de instrução da parcela da sociedade menos favorecida.

O governo brasileiro, no acompanhamento desses movimentos e forçado pela estabilização do Real, bem como controle da inflação e produção, estabelece projetos na educação que almejem o resgate escolar, uma complementação no sentido

² *gap--Global Gender Gap Index do Fórum Econômico Mundial. O índice mensura a desigualdade de gênero em quatro dimensões: participação e oportunidades na economia, educação, saúde e empoderamento político. O relatório, divulgado na última semana, indica queda do Brasil no ranking. O país foi da 81ª posição, em 2009, para a 85ª posição, em 2010..

profissionalizante e propedêutico. Estabelecendo as metas que foram conclusivas aos projetos os quais o governo, depois de vários avanços nos debates e simpósios sobre a educação de jovens e adultos, estabelece por decreto, muitas regulamentações, como as empresas privadas que queiram participar no desenvolvimento, são respaldadas no projeto PROEJA (2007).

Os seguintes aspectos operacionais se estabeleceram por uma Coordenação Geral, sob a responsabilidade da SETEC/MEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica)/(Ministério da Educação e Cultura), que coordenará o processo de implementação e avaliação.

A SETEC poderá, a seu critério, organizar um núcleo gestor a ser composto com representantes das Secretarias do MEC, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

3.6 O LETRAMENTO E A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA

São muitas as reflexões sobre as programações do EJA, PROEJA, Ensino Regular, Subsequente, Proeja-fique e tantas outras modalidades que se fazem necessárias, principalmente no que se refere à busca pela eficiência dos programas. A qualidade e a eficiência, que são aspectos exigidos no mundo do trabalho, levam-nos a indagar como poderão de fato as ações e os propósitos específicos dessas modalidades atingirem um estado de libertação dos sujeitos, possibilitando sua imersão absoluta de cidadania.

Podemos iniciar o tema apresentando os pareceres que se atribuem sobre letramento e alfabetização científica. Magda Soares, na sua obra *Letramento – um tema em três gêneros*, 4. ed. Editora Autentica, 2010, traz estudos sobre esse tema, tratando de considerações importantes que o diferenciam da alfabetização. A autora afirma que, depois de intensa discussão do termo *literate*, fica claro que uma pessoa

alfabetizada pode não significar letrada. Ler e escrever ou assinar um nome são movimentos mecânicos como andar. Uma pessoa alfabetizada torna-se letrada quando passa “[...] a fazer uso da leitura e da escrita, envolve-se nas práticas sociais de leitura e escrita [...] pessoa que não sabe ler e escrever é analfabeta [...] sabendo ler e escrever não faz uso da leitura e escrita, é alfabetizada” (SOARES, 2010, p.36).

A diferença entre letramento e alfabetização está no fato de que letramento refere-se às capacidades do ser em leitura, conhecimentos gerais, facilidades de argumentações, enfim, uma pessoa que usa a escrita e a oralidade como meios de sua manifestação política e social.

Já a alfabetização científica é representada pelas capacidades de pesquisa e dominação tecnológica, nas quais predominam as considerações de cientificidade. Podemos entender o que nos traz Demo (1996) na sua reflexão sobre os aspectos que diferenciam a ***instrução do ensinar*** da ***mera alfabetização do idioma***, aos ***compêndios da pesquisa e ciência***. É quando cita “alfabetização científica” como um ver próprio a esses tempos:

A alfabetização científica tem suas particularidades, naturalmente. Não se trata de começar de cima, mas do começo: familiarização do aluno com o mundo científico. Não é diferente do desafio de fazer o aluno “pesquisar”: faz a pesquisa que cabe em sua idade e evolução mental, colocando-se o acento mais na pesquisa como princípio educativo do que científico (Demo 1996). Mas o princípio científico precisa aparecer como parte indispensável do processo de alfabetização no mesmo pé de igualdade da língua portuguesa. Facilmente, por conta do despreparo de pedagogos em matemática (muitos se declaram alérgicos `a matemática), a alfabetização se restringe à língua portuguesa. (DEMO, 2010, p. 61).

Certamente os planos de cursos e sua metodologia deverão ser capazes de produzirem um resultado de aprendizado digno, inclusivo, com escolarização equivalente e qualitativa a do ensino regular, que também necessita de eficiência. A busca pela eficiência iniciar-se-ia por uma *alfabetização com letramento* e uma *alfabetização científica*. Os *conhecimentos propedêuticos e profissionais* aos sujeitos devem prever uma dinâmica efetiva tanto no ensino regular como no profissional e com equivalência aos de jovens e adultos.

Buscam-se, então, os aspectos políticos que concernem valorização do PROEJA e inserção dos sujeitos no mundo do trabalho, que devem garantir suas capacidades de inclusão.

4 PROEJA

4.1 HISTÓRICO DO PROEJA

Sendo o Proeja um programa de inclusão e compensatório, e conhecendo-se o histórico da educação no Brasil, seu objetivo é resgatar as oportunidades de escolarização dos jovens e adultos. Trata-se de um programa que tem na exclusão a sua justificativa de implementação.

Enquanto o ensino regular ia sofrendo as alterações que lhes pareciam necessárias a permanência da juventude na escola, adotando metodologia unificada no país, deixou-se à exclusão jovens e adultos, geralmente de classes pobres na condição de excludentes. O ensino profissionalizante, por sua vez, também seguiu seus propósitos e modificações através do tempo relacionadas aos interesses econômicos e educacionais do país, possibilitando também, muitas vezes, a exclusão à boa parte dos jovens. O gráfico que apresentamos na figura-2 dá uma visão comparativa desses processos educacionais e seus complementos, finalizando no término o encontro do Programa da EJA com o Ensino Profissional e viabilizando o Programa PROEJA. O Programa PROEJA, cujo objetivo é possibilitar a inclusão de jovens e adultos precisa passar necessariamente pela política da empregabilidade. A empregabilidade requer considerar, portanto, a praticidade da inclusão no mundo do trabalho, que exige graus de eficiência dos sujeitos.

São as considerações de cientificidade, comentada por Demo (1996), que nos levam a uma reflexão que se apresenta nesses tempos modernos, exigindo familiarização do estudante com a modernidade, com conhecimentos, como computadores, *emails*, velocidades da internet e a exigência de domínio de línguas. São perfis no mundo do trabalho que aguçam a competitividade, exigindo sempre profissionais de gabarito, sujeitos que estejam aptos para as mudanças repetidas dos afazeres, o que acaba exigindo renovações das ações de formação, treinamentos,

especializações, estando a educação sujeita às constantes mudanças econômicas. As considerações nos levam às seguintes indagações:

- a) Estarão os alunos do ensino regular, EJA e PROEJA aptos para acompanhar as constantes exigências de currículos novos que se apregoam como dados de competências notáveis ao mundo do trabalho ?
- b) Estarão os formandos aptos para enfrentar essas inclusões tão desafiadoras?
- c) O quanto poderá interagir a escola com o mundo do trabalho, frente às mudanças constantes de tecnologias, sociedade e produção?

Conclui-se que esses tempos do século XXI, que exigem verificações constantes nos programas e currículos, pedagogias e metodologias novas, são sempre revolucionários na educação, indagando-nos o quanto a escola está pronta e em quanto se apresenta eficiente.

Segundo Brasil (1996), a educação está sempre à deriva dos avanços tecnológicos, necessitando estar em constante aprimoramento:

[...] . ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, educação muitas das vezes até da postura do educador, da estrutura da faculdade, resistem às constantes velocidades de inovações, busca-se a interação dos benefícios a humanidade e permitir a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas. (BRASIL, 1996, p. 24).

São as reflexões temporais e as considerações que norteiam as vidas das pessoas. Buscar a reflexão do tempo próprio ou da velocidade adequada do aprender já é uma tentativa de melhorar, pensando como se moldar às condições próprias do aluno e da escola. As condições motivadoras à assimilação dos conteúdos, os discernimentos e os aprimoramentos devem ser adequados às competências dos sujeitos.

As considerações do aprimorar das tarefas e incentivo às pesquisas vão exigir outras práticas de aprendizagem, sendo formadoras profissionalizantes dos jovens e adultos. Precisam estar sujeitas a uma metodologia diferenciada com um tempo próprio. Essas considerações precisam levar em conta os aspectos memoriais desses

sujeitos, seus conhecimentos culturais, suas vidas, o que determina sempre um atuar, valorizando os seus saberes, sua cultura, e que estejam todos engajados em uma educação dialogada que, segundo Freire(1987, p.87) é “ [...] no tempo próprio às características dos sujeitos e sua história de vida, sendo como norteadores e motivadores da aprendizagem.”.

É sempre um olhar muito novo quando se leva em consideração os aspectos dessa relevância no ensinar. As ações que fluem dessa forma, com um ensinar focado nas condições dos sujeitos as quais possibilitarão a inclusão dos mesmos. Uma metodologia própria requer dos professores compreender o seu papel como sendo o seu não o de:

Falar ao povo sobre nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. [...]. Daí também que o conteúdo programático para a ação, que é de ambos, não possa ser de exclusiva eleição daqueles, mas deles e do povo. mediadora na consciência que dela tenhamos,educadores e povo, que iremos buscar os conteúdos programáticos da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático (temática significativa) do povo ou conjunto de seus temas geradores. Esta investigação implica, necessariamente, uma metodologia temática (temática significativa) do povo ou conjunto de seus temas geradores que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que, conscientizadora, também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão “temas geradores” e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos. (FREIRE, 1987, p. 87).

O que se vê na exposição de Freire (1987) é a necessidade de considerar a velocidade de tempo da grade escolar, a metodologia ou os conteúdos complexos que têm necessidades de se ajustarem continuamente. São esses e outros vieses como o dialogar na educação que nos levam a considerar, refletir e buscar cumprir os objetivos previstos no PROEJA. O projeto tem uma proposta inovadora, que pode encontrar e permitir a participação dos envolvidos, podendo, sem não a persistência de uma prática descompassada, que possibilita o risco de uma nova exclusão e sim como pensar a participação do povo na escola? É necessário, primeiro, possibilitar-lhe a entrada e a permanência na escola para podermos falar em outro tipo de participação. Sabemos que a escola rompe a cultura do povo, traz formas culturais alheias; assim mesmo continua verdadeiro; não podemos falar em escola que sustente a cultura do povo se este povo não pode ir à escola e se, quando a ela vai, é expulso de vários modos. Mas é também verdade que um dos modos dessa expulsão é o próprio tipo de trabalho que é realizado na escola, que nada tem a ver com o verdadeiro povo, com o seu saber, com o seu pensar. (GANDIN, 1995, p. 79)

Buscar uma reflexão sobre as mudanças metodológicas no trato a que se apregoa a nova clientela, diferentes, em parte, das clientelas que lhes sucederam, requer o lidar diferente dos programas educacionais regulares, já que esses trazem dificuldades maiores que a dos sujeitos dos cursos regulares.

O que identifica esses sujeitos, jovens e adultos, é o fato de serem as vítimas dos ensinamentos defasados que lhes antecederam, necessitando sempre de recuperações, reforços de seus conteúdos. Para superar as defasagens, é necessário:

Ao iniciar o primeiro ano do ensino médio, em particular na escola pública, o professor de matemática, se estiver interessado que o aluno aprenda, não começa dando aula sem mais. Antes, fará avaliação, para tirar a limpo o estágio em que cada aluno se encontra. Como regra, poucos estarão no estágio previsto. A maioria estará ainda perdida em estágios anteriores. Urge recuperar os alunos com desempenho insuficiente antes de ir dando aula como se todos pudessem acompanhá-la. Quem não se interessa pela aprendizagem dos alunos, simplesmente "dá aula"; quem se interessa, cuida de cada um para garantir seu direito de aprender [...]. A matemática precisa ser "feita", não decorada; apreciada; não detestada. (DEMO, 2010, p. 82).

Recuperação, nivelamento sempre foram ações vividas também no IFSC e são complementos corretivos às carências também do idioma e outros aspectos, conforme Goldin e Hamilton (2007, 13) apontam: "O papel do professor é decididamente crucial. Embora em nosso caso meio pareça quase ironia, é fundamental 'encantar' os alunos, mostrando-lhes o lado pessoal da matemática."

Superando a antipatia do que não se entendeu busca-se, quando necessário, os conteúdos defasados, oriundos dos anos anteriores isto pode ser visto como diminuir as dificuldades dos alunos de compreender o que se propõe ensinar, pode ser visto como uma coerência no ensinar, dinamizar a alegria dos aprendizes, vem esta ação de encontro a prática do diálogo, princípio básico que se estabeleça uma relação com o outro, "o diálogo autêntico [...] é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum Freire" (1987, p.20).

A implantação do programa PROEJA, serão requeridos desafios, esperanças, metodologias novas, currículos próprios e um olhar diferenciado para a clientela nova, sem perder o perfil equivalente ao dos cursos regulares.

Na tradição de formação profissional, a prática e metodologia do IFSC sempre tiveram no foco, as vagas que o mercado de trabalho oferecem e suas exigências, contudo, a mídia sempre divulga “a falta de mão de obra especializada”, todas as considerações impregnadas no mundo do trabalho, onde se perpetuam as leis da oferta e da procura, estão a exigir da escola, constantes avanços na sua modernidade. No PROEJA, busca-se adaptar as grades curriculares tradicionais do ensino regular. Essas adaptações se fazem necessárias devido à necessidade de se considerar a relação “tempo *versus* espaço”. Existe a necessidade de se trabalhar uma metodologia específica, com didática de grade escolar própria, diferente da do ensino regular. Segundo Delphino,

É importante colocar que as diversas tecnologias impõem parâmetros sobre a base técnica de produção e intervêm nas relações sociais e educacionais. Mas é crucial ressaltar-se também a importância da Educação Básica, em especial os conteúdos curriculares do ensino médio, que são muito importantes como base para as disciplinas dos cursos técnicos e que são geradores de maior eficiência dos trabalhadores, além de seu papel mais importante como parte essencial para o construto do homem como ser social. (DELPHINO, 2010, p. 19).

O programa PROEJA 2007 aparece no Governo Lula como um programa de urgência, visando oportunizar a milhões de brasileiros a sua inclusão na sociedade produtiva e representativa. Na figura-2, apresentamos o gráfico que sugere a reflexão das correntes do ensino regular e seus paralelos com as do ensino profissionalizante, datado a partir de 1910. Temos como objetivo do gráfico apresentar, entre outros aspectos, a questão da dualidade da educação, fenômeno histórico no Brasil em que podem ser consideradas as ações de alfabetização, escolaridade e muitas outras tentativas diversificadas de alfabetização históricas do Brasil, que tiveram papel importante para o surgimento do programa PROEJA.

Se de um lado o ensino profissionalizante seguia seu caminho, os programas da educação geral não atendiam aos anseios da grande maioria da população. O Estado foi criando outros programas de socorro que buscaram resgatar os excluídos do ensino propedêutico, como o Mobral e o Supletivo. A educação republicana, mesmo buscando

interagir com os analfabetos, não conseguia atender a grande demanda, visto que se estendiam os números de analfabetos, mesmo com o aumento das ofertas.

O surgimento do PROEJA aparece como uma opção compensadora que procura juntar o EJA (Ensino de Jovens e Adultos) com o ensino profissionalizante, representados na figura 2.

Não desmerecendo os esforços da equipe governamental, nem dos colaboradores, professores, pedagogos, imprensa e outros, é necessário um olhar investigador, comprometido com as questões da educação e inclusão, nas quais aspiramos a um questionar do programa, e o fazemos em benefício da reflexão aos mais variados viés relativos a sua eficiência, colocando em cheque seus propósitos:

- a) Assistiremos a alterações das representações, uma revés dos desqualificados à tomada de direitos à cidadania desses, enquanto se viabilizará um sair das misérias?
- b) Poderemos assistir a homens e mulheres felizes com as suas novas oportunidades de imersão na cidadania?
- c) Em quanto tempo se oportunizarão suas inclusões, considerando-se nesses tempos modernos as tecnologias novas, velozes, em um mercado competitivo que está a exigir sempre profissionais de gabarito, sujeitos aptos às mudanças repetidas dos afazeres com uma exigência sempre renovadora de formação, treinamentos, especializações?
- d) A produção e o mercado são influenciados pelos meios de produção e de capital, sofrendo os constantes desequilíbrios das bolsas, que exigem mudanças nas políticas das empresas que vão interferir nas características do mundo do trabalho ou da produção, um mundo sujeito às taxas bancárias, às influências dos bancos que quebram, às políticas salariais dúbias, que interferem nos empregos. Questionamos, porém, se estarão aptos a acompanhar as mudanças, as constantes exigências de currículos novos, conteúdos que sugerem as competências notáveis às mudanças de mercado, bem como estarem aptos à inclusão continuada.

e) O quanto se poderá interagir com a escola frente às mudanças constantes de avanços tecnológicos e de produção, nesses tempos do século 21, que exigem aperfeiçoamentos, especializações com qualidade, um exigir constante nas verificações de programas, currículos e metodologias na educação que sempre exigem mudanças e revisão dos programas ?

O quanto efetivamente essas mudanças se tornarão práticas é o desafio. Os sonhos, a busca pelo ensino propedêutico integrado ao profissionalizante, condições notáveis do aprender fazer, entender, ter condições de superar dificuldades, estar vestido de conhecimentos de trabalho e suas utilidades na vida, saber fazer uso contínuo do discernimento e das habilidades, bem como ser cidadão apto à compreensão dos direitos e deveres, tudo isso parece estar aferido à escola em seu papel de formação escolar dos sujeitos. Os Institutos Federais se encontram na posição estratégica da,

Educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e científica dos campos e seus benefícios à humanidade, permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas. (BRASIL, 2003, p. 24).

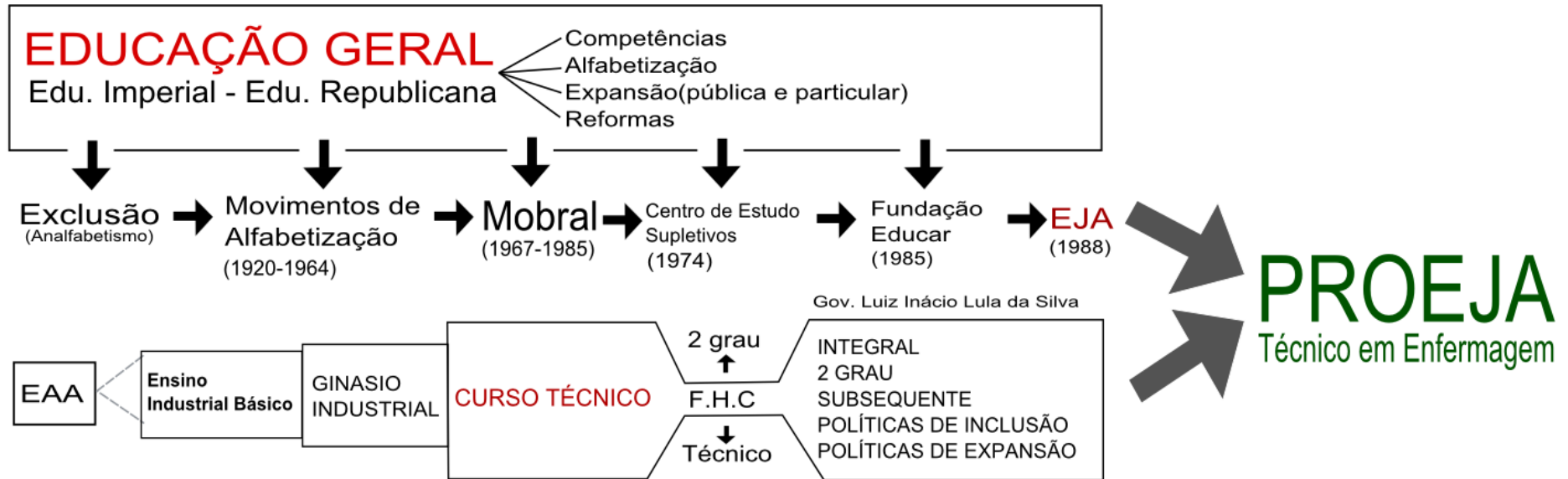
Quando se busca atender aos desafios propostos, sempre vamos considerar relevante o tempo que lhe é próprio, a sua velocidade, rapidez dos sujeitos às leituras e memorização das teorias e nas capacidades de resolução dos problemas simples de cálculo ou interpretações de textos. São todos os desafios ao aprendizado das informações em um tempo melhor e adequado. O que se sugere são metodologias que se moldem às condições dos sujeitos, proporcionando-lhes ações motivadoras e aptas na sua assimilação dos conteúdos propedêuticos e técnicos, diversificando as suas habilidades profissionais.

Quando focamos um olhar no ensino regular e nos cursos de pós-segundo grau, como os ofertados pelo IFSC, muitas são as considerações históricas, como o fato de que alunos vindos do ensino regular básico externo já se apresentavam com conteúdos propedêuticos básicos, por vezes, não suficientes ou vagos, necessitando de revisões

de conteúdos básicos. Essas necessidades tinham como causa o efeito do enfraquecimento educacional de parcelas das escolas públicas e, muitas vezes, até privadas.

Alunos oriundos do ensino médio, centrados no nível que lhe sucedem e não tendo objetivos próprios e claros, têm sua formação intensamente prejudicada, já que passa a resumir sua expectativa de vida unicamente na aprovação no vestibular e não avançam na perspectiva de sua formação integral como a profissional. Isso caracteriza uma verdadeira inversão de prioridades educacionais, as quais sugere MOURA (2003) deveriam ser integrais e igualitárias, norteadas pela prática social que o estudante vivencia enquanto se forma, e pela preparação para a vida, supondo uma sólida formação científica, humanista e tecnológica.

Figura 2: Paralelos da Educação Geral x Educação Profissional x Proeja.



Fonte: Elaborado pelo autor (12/09/11).

O ensino médio profissionalizante tem nos cursos a preparação do sujeito para o mundo do trabalho e para a sociedade. Hoje, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina atende os objetivos de sua criação, abrangendo não só cursos profissionalizantes em nível de ensino médio, mas também em nível superior: tecnólogos, especializações, bem como mestrados e pesquisas, apresentando-se à sociedade nos vários vieses das portas de acesso ao mundo do trabalho.

Ao buscar-se assumir o PROEJA, faz-se necessário rever as ações que as novas práticas do programa preveem, as propostas pedagógicas, suas avaliações e seus resultados. Os temas das considerações de autores que avaliam tanto o ensino regular como o EJA, PROEJA e profissionalizantes, subsequentes ou integrados, são considerações sempre na lida de uma educação profissional, devendo permitir uma continuidade e ser uma formação apta não só ao trabalho, mas ao mundo e à vida. Não se pode deixar de considerar as tantas surpresas e sonhos, levando em conta os aspectos culturais diversos e os propósitos de inclusão que devem ir muito além do profissional, além das relevâncias dos aspectos sociais, quando considerarmos a relevância da escola como caminho próprio à inclusão.

As propostas da inclusão, como a do ensino integrado no PROEJA, vão ao encontro dos aspectos da superação da dualidade apontada por Frigoto, Ciavatta e Ramos (2005). Os autores consideram essa dualidade como histórica e muito presente na educação brasileira, que é a separação entre teoria e prática, cultura técnica e cultura geral. A dualidade não é fruto do acaso, mas sim da separação entre a educação proporcionada aos filhos das classes médio-altas e aquela permitida aos filhos dos trabalhadores.

Considerando que a escola possui um papel na formação de seus cidadãos, um reprovar não significa atestar sua deficiência, visto que o fracasso escolar deve passar pela reflexão da escola, seu papel formativo de seus sujeitos, como o faz e como esses sujeitos chegam a escola. Nessa perspectiva, fracasso escolar não existe, mas o que temos são situações de fracasso vivenciadas pelos sujeitos sem condições favoráveis ao estudo, se apresenta como um resultado da “ausência de resultados, de saberes, de competências, recusa de estudar, transgressão das regras...o fracasso escola é não

ter, não ser [...] O fracasso escolar é uma diferença: entre alunos, entre currículos, entre estabelecimentos” Charlot (2000, p.17); portanto, devemos considerar a vivência e a classe social dos sujeitos. Se considerar o ambiente de vivência do sujeito e sua origem, é possível ver o jovem sob mais variadas influências no processo de escolarização, como quando um sujeito, vindo do interior e inserido especialmente no mundo urbano, é geralmente diferente do adulto urbano.

Na maioria das vezes, o jovem ingressa com as expectativas cheias de esperanças, pois geralmente é um recém-excluído do ensino regular. Seu tempo de afastamento escolar não se apresenta tão distante, por isso possui, assim, maiores chances de conclusão nesse processo de escolarização, o que lhe viabiliza também uma formação profissional de lazer, mais relacionada com a sociedade letrada, escolarizada e urbana (OLIVEIRA, 2004).

Com base em suas pesquisas, Oliveira (2004, p. 218) afirma que “[...] o jovem tende a ser mais ligado ao mundo urbano, envolvido em atividades de trabalho e lazer”.

Segundo Soares (2001), um olhar nas práticas dos adultos com seus compromissos familiares, suas culturas diferenciadas, seus compromissos de trabalho e tempo, mostra que eles vão ter dificuldades próprias, sendo, na maioria das vezes, bem diferentes dos referenciais dos jovens. Os jovens possuem suas características inerentes à idade e à desenvoltura própria, apresentando-se, ainda, em uma inserção na atividade sociocultural, distintas, situando-a para além do âmbito biopsicológico da adolescência .

Soares (2001, p. 214) faz alusão às diferenças desses sujeitos, afirmando que:

Quando se insistia em conhecer quem era o aluno da Educação de Adultos, as pesquisas sobre o perfil do estudante do ensino noturno muito contribuíram para conhecer melhor esse aluno, a partir da sua realidade socioeconômica, principalmente: era um trabalhador adulto, que frequentava o ensino noturno. Uma das contribuições desses adultos resultou na descoberta do jovem, como parcela significativa, entre os participantes dos projetos e programas da educação de adultos. Essa descoberta influenciou a ampliação do campo, que passou a incorporar o segmento juvenil. Outra contribuição tem sido revelar o quanto esse jovem e esse adulto, em situação de exclusão social, possuem características distintas, quando se considera a sua diversidade cultural: gênero, raça e/ou etnia, religiosidade, de origem rural ou urbana etc. Nos últimos anos, têm-se intensificado os estudos para melhor entender os processos de vivências desses sujeitos, ou seja, os hábitos e atitudes desses jovens e adultos nos diferentes contextos da vida social.

A LDB 9.394/96, em seu capítulo II, refere-se à educação básica e, nesse mesmo capítulo, traz na seção V a educação de jovens e adultos. O Art.37 conceitua o EJA como a educação destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio em idade própria. Além disso, dá parecer compensatório e garantia a esse alunado nas considerações em que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, as oportunidades educacionais apropriadas, e que sejam consideradas as características do alunado, interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

O Art. 4 ainda aponta, como dever do Estado, a educação escolar pública com a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Caracterizar o PROEJA como uma ação complementar implica dar-lhe como incumbência necessária suprir as possibilidades de capacitação e formação e premiar os sujeitos com novas oportunidades. Essas ações vão exigir também novas estruturas de pessoal, apoio logístico e qualificações às especializações de professores, de forma a atender às demandas que exigem uma metodologia conveniente para cumprir os níveis esperados.

Uma verificação na história política de educação do País mostra que a educação em EJA ficou sempre atrelada a planos secundários, estando à deriva de projetos políticos sem continuidade nos governos, à mercê do capital, apresentando-se sempre atrelada aos projetos de governos e não a de políticas de Estado, que se apresenta como verdadeiros desafios à nação, caracterizando-se as avaliações da educação conforme o faz Delphino (2010, p.25), ao afirmar que:

As avaliações de programas de governo brasileiros se caracterizam, salvo alguns programas na área social, pela dispersão e pela descontinuidade que as evidências e resultados são raramente documentados e sistematizados, evidenciando alta negligência nas etapas de acompanhamento e avaliação dos processos, resultados e impactos.

Quando consideramos as várias reflexões, como em que condições se farão exigir os aspectos norteadores que pautam o PROEJA na via de uma inclusão social

efetiva e como promover uma formação que seja equivalente às mesmas competências do ensino regular, acode-nos considerar as seguintes reflexões:

- a) Em quanto tempo poderá o IFSC oferecer à comunidade escolar exclusiva um ensino-aprendizagem com alfabetização científica e letramento?
- b) Como viabilizar uma educação científica, técnica e propedêutica, que não signifique exumar informação existente, mas reconstruir conhecimento?
- c) Quais capacidades e meios pedagógicos garantem ao sujeito continuidade na sua reconstrução em “aprender a aprender” e moldam uma possibilidade de continuidade efetiva desses sujeitos, permeando ações facilitadoras que de fato premiariam chegar um aluno do PROEJA às possibilidades da continuidade escolar como chegar ao ensino superior?
- d) A promoção da cidadania é uma questão humana que pode ser promovida a todos os brasileiros, sujeitos excluídos de uma formação regular, como ensino fundamental, ensino médio ou profissionalizante, bem como do ensino continuado. Esse é o aspecto que norteia o PROEJA.

O Ministério da Educação (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), no documento base de Brasília, agosto de 2007, tem como relevância os aspectos norteadores do PROEJA que apresentaram, por vários momentos, alterações que vão surgindo ante as contradições ou relevâncias necessárias.

As alterações promovidas pelo decreto nº 5840 de 13/07/2006, principalmente no que concerne à ampliação da abrangência, transformaram o PROEJA em Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica da Modalidade EJA, não mais limitando à abrangência dos cursos ao ensino médio somente, mas com educação profissional, o que suscitou a necessidade de produção de novos documentos referenciais, bem como a revisão do Documento Base PROEJA, construindo na vigência do decreto 5.478/2005.

Diversas outras ações pelo Brasil inteiro, como fóruns e encontros, estão em andamento para consolidar esse projeto educacional, que visava como fundamento a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, com

a finalidade de se construir para o enriquecimento profissional e de autoestima dos sujeitos, consideradas as condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania.

Entre essas ações que vão acontecendo, destacam-se a formação de pós-graduação *lato sensu* nas especializações, mestrados e doutorados, nos quais os docentes e os gestores vão efetivando a constituição dos núcleos de pesquisas que visam à materialização das redes e colaboração acadêmica.

Promovem-se, ainda, diversos outros planos como qualificação de profissionais através de cursos de extensão; articulação com programas de pós-graduação em educação para a abertura de linhas de pesquisa nos campos de abrangência do PROEJA, que são a produção de material educativo referencial para elaboração do material didático.

Evidentemente a ferramenta *mor* do alcance aos objetivos do PROEJA passa pela metodologia. O PROEJA é uma proposta constituída na confluência das ações complexas. Os desafios políticos e pedagógicos estão postos e o sucesso dos arranjos possíveis só se materializará e alcançará legitimidade a partir da franca participação social e envolvimento das diferentes esferas e níveis do governo em projetos que não apenas tenham a inclusão nesta sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Claros os objetivos do programa, projeto de nação que vise uma escola vinculada ao mundo do trabalho, uma escola com perspectiva radicalmente democrática e de justiça social, ao considerar como necessidade a formação acadêmica de professores para esta nova modalidade.

Nas considerações de se levar em conta as vivências dos sujeitos, a sala de aula acaba por tornar professores e alunos complementos de aprendizagem que são reciprocidades necessárias, condições natas de motivações ao aprendizado. Freire (1996, p. 25) faz referência ao aprendizado de mão dupla, considerando que, embora sejam de mãos diferentes, é dupla porque quem forma se forma e reforma ao formar, e quem é formado, forma-se e forma ao ser formado. É uma compreensão e uma visão desafiadoras, pois o sujeito deverá ser instigado ao aprendizado, em uma continuidade na qual o sujeito em formação sempre aprende e ensina, pois ensinando aprende.

O decreto nº 5478 de 24 de junho de 2005 instituiu, no âmbito das instituições federais, as competências ao atendimento à legislação, especificamente da educação tecnológica nas várias modalidades, níveis e treinamentos, bem como o Programa de Interação da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e adultos – PROEJA.

Em 2006 o PROEJA tem uma nova emenda que abrange cursos e programas de educação profissional voltados para a formação inicial e continuada dos trabalhadores, bem como a educação profissional de nível médio (dec. 5840, de 13 de julho 2006). Os pareceres vão exigir bibliografias especializadas, bem como programas que possibilitem integrar a formação propedêutica com a profissional de jovens e adultos. O Programa PROEJA determina a carga mínima de 2400 horas, sendo que 1200 horas são para a formação geral e 1200 horas para a técnica e profissional.

O projeto determina, o respeito às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação, como a formação profissional de nível médio, fundamental e de jovens e adultos, ambos os modelos no rigor, vigília desse órgão governamental.

A qualidade do ensino nos meios acadêmicos é comentada com certa preocupação, já que uma rapidez na formação em que se busca a titulação exige cuidados, como, por exemplo, a formulação de uma grade curricular mais abrangente e inovadora, mas que tenha o tempo na contramão, ao considerar a questão: esses sujeitos poderão compreender e assimilar conteúdos numa velocidade como o supletivo? Compreendemos que o ser humano desenvolve, ao longo da vida, aprendizados como falar, ler e escrever, que sempre foram perfis da trajetória acumulativa do ser humano. O conhecer requer e precisa de muitas leituras, questionamentos e comparações, aprendendo-se à medida que houver um tempo próprio para fixação dos mesmos, um aprender que se vai acumulando gradativamente.

Em relação à educação e o conhecimento, devem servir para fazer as pessoas mais felizes, suas atitudes, suas emoções sua cidadania, por isso educar educadores do seu dever “ é mais do que dominar técnicas, métodos e teorias, é manter-se numa escuta sempre renovada porque essa leitura nunca está acabada [...] aprendizados,

com o próprio percurso de nossa formação [...] mais perto, filhos, amigos, alunos “ (ARROYO, 2004, p. 46).

A educação regular é tradicionalmente a ação adulta sobre as crianças a fim de prepará-las para a sociedade. Se considerarmos os sujeitos com suas crenças, seus padrões sociais e dificuldades existentes em seu tempo, e que provocaram sua exclusão escolar, podemos considerar o parecer de Freire (1984) em sua investigação à relevância do aprender. Ou seja, compreender os aspectos de uma “concepção bancária” de educação, referendando que, dependendo da metodologia, ela se torna um instrumento de opressão no qual o sujeito (professor) conduz os educandos à memorização mecânica dos conteúdos narrados.

As narrações transformam depósitos em vasilhas, recipientes que são preenchidos. É na educação regular que Freire (1987) questiona o ensino tradicional, comparando-o com um banco que transforma o ato de depositar em prática: os educandos são depositários e o educador o depositante, existindo uma relação fria, sem agregação dos valores que permeariam um ensino rico de diálogo.

Ao referenciar esse parecer, desejamos provocar reflexões a todos os indivíduos envolvidos, estimulando uma consciência crítica de conhecimentos, permeando meios novos de expressão e atitudes em que poderiam capacitar suas potencialidades, levando sempre em conta os aspectos emocionais, intelectuais e habilidades naturais, considerados como sustentação à educação. Sempre podemos compreender a importância do conhecimento como um caminho de liberdade, pois cultura e discernimento dos meios são ações que instigam e promovem a cidadania. O conhecimento que se apresenta na projeção do futuro dá ao indivíduo as possibilidades de qualidade de vida, por isso muitos autores sugerem o consenso de que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade de educação.

As considerações sobre a educação como norteadora das possibilidades do progresso são assim vistas como otimistas. A pergunta que sempre se faz é: qual educação, escola, aluno e qual professor se deseja ter. Diante das rápidas mudanças econômicas das últimas duas décadas do século XX, temos um cenário em que se apresentam grandes mudanças, no campo socioeconômico, político e cultural, da

ciência e da tecnologia, que desafiam a escola em como poder competir com os avanços tecnológicos e humanos que se apresentam, sendo as mudanças os grandes provocadores nos programas escolares e desafios constantes às escolas e programas de governo.

4.2 PROEJA 2007

As questões do programa foram postas na elaboração do projeto, definidas pelo projeto lei e pelos artigos que levaram à criação da Política de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Médio no EJA – Modalidade Ensino de Jovens e Adultos –, e PROEJA-2007.

Originário do Decreto nº 5.478/2005, foi denominado inicialmente de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. A decisão governamental visa atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio que, em geral, vai de encontro aos excluídos, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O programa teve inicialmente, como base de ação, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Anteriormente ao Decreto nº. 5.478/2005, algumas instituições da rede escolar já desenvolviam experiências com a Educação Profissional de Jovens e Adultos juntamente com outros profissionais da própria rede pública e instituições parceiras. Gestores educacionais e estudiosos dos temas abrangidos pelo Decreto passaram a questionar o programa, propondo sua ampliação em termos de abrangência e aprofundamento em seus princípios epistemológicos. Assim, essas experiências de diálogo com os pressupostos referenciais do programa indicavam a necessidade de ampliar seus limites, tendo como horizonte a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico de jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas.

Em resposta a alguns desses questionamentos, a revogação do Decreto nº. 5.478/2005, pela promulgação do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, trouxe diversas mudanças para o programa, entre elas a ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, pela inclusão do ensino fundamental e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, passando a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O horizonte que se almeja, porém, aponta para a perenidade da ação proposta, ou seja, para sua consolidação além de um programa, na sua institucionalização com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos.

Pensar a perenidade dessa política pressupõe assumir a condição humana da educação, que por isso mesmo não se restringe a “tempos próprios” e faixas etárias, mas se faz ao longo da vida, nos termos da Declaração de Hamburgo de 1997 (IRELAND; MACHADO; PAIVA, 2004).

Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana no seu sentido *lato*, com acesso ao universo de saberes e de conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade. Uma formação que, integrada a uma formação profissional e humana, permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade justa.

A perspectiva social precisa ser, portanto, a de formação na vida e para a vida, não apenas de qualificação do mercado ou para ele, fazendo se perceber que o declínio sistemático do número de postos de trabalho obriga redimensionar a própria formação, tornando-a mais abrangente e permitindo ao sujeito, além de conhecer os processos produtivos, constituir instrumentos para inserir-se de modos diversos no mundo do trabalho, inclusive gerando emprego e renda. Nesse sentido, a discussão acerca da identidade do trabalhador precisa ser matizada por outros aspectos da vida, aspectos constituintes e constitutivos dos sujeitos jovens e adultos, como a

religiosidade, a família e a participação social e política nos mais diversos grupos culturais.

A formação humana, que, entre outros aspectos, considera o mundo do trabalho, implica também a compreensão de elementos da macroeconomia, como a estabilização e a retomada do crescimento em curso, que são mediados pelos índices de desenvolvimento humano alcançado e a alcançar. A formação humana aqui tratada impõe produzir um arcabouço reflexivo que não atrele mecanicamente educação-economia, mas que expresse uma política pública de educação profissional integrada com a educação básica para jovens e adultos como direito, em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica.

Diante do exposto, é necessário ter uma noção mais precisa sobre quem são os sujeitos que se pretende beneficiar com a implementação dessa política pública educacional. Nas considerações dos jovens e adultos em relação à educação profissional técnica de nível médio e ao ensino médio, são possibilidades de articulação previstas no Decreto nº. 5.840/2006, sendo essa integração o foco desse documento. Destacamos aqui a síntese do IPEA (Instituto de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2010, cuja importância do destaque vem ao encontro dos objetivos de implantação do PROEJA, pois os dados mostram a necessidade urgente de programas compensadores, bem como uma urgência na quantidade e qualidade dos ensinos básicos e de nível médio.

5 IMPLANTAÇÃO DO PROEJA-IFSC-ENFERMAGEM-2009

5.1 ANTECEDENTES

Atendendo à política de expansão do então CEFET-SC, da-se início à primeira expansão da unidade Florianópolis para outro município: o Curso Regular de Enfermagem é implantado na cidade de Joinville em 1994. O Curso Técnico de Enfermagem surgiu em parceria com o hospital Dona Helena. Nessa parceria, o hospital cedeu instalações e equipamentos ao CEFET-SC que, por sua vez, participou com o quadro de docentes, e no desenvolvimento e incremento da estrutura curricular do curso.

Segundo Almeida (2010, p. 118), a partir de 1998, foi criada “ Gerência Educacional de Saúde de Joinville ”, “vinculada” à estrutura administrativa de Florianópolis. No período entre 1994 e 2004, foram diplomados 518 técnicos de Enfermagem.

Não tardou para que a Gerência Educacional de Saúde de Joinville se tornasse uma das Unidades de Ensino do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela portaria nº 1491 de 24/08/2006. A unidade passou a ofertar, no segundo semestre de 2009, dois cursos superiores de tecnologia: Gestão Hospitalar e Mecatrônica Industrial.

A importância do Curso de Enfermagem em Joinville representou caminhos novos das diversificações dos cursos tradicionais do CEFET-SC (IFSC), até então com tradição em construção civil, metal - mecânica, eletrotécnica e outros da linha industrial.

A experiência do Curso Regular de Enfermagem em Joinville representou também um facilitador para a implantação desse mesmo curso em Florianópolis.

Paralelamente, iniciavam-se no IFSC (ainda CEFET-SC) as primeiras experiências em EJA. No primeiro semestre de 2004, o CEFET-SC instituiu o EJA

(Ensino Médio para Jovens e Adultos) com denominação de EMJA. Nesse curso, foi exigida idade mínima de 21 anos, tendo o mesmo a duração de três semestres.

Segundo dados do IFSC, a partir de 2006/1, o “EMJA (Ensino Médio de Jovens e Adultos) foi sendo extinto progressivamente para dar lugar ao Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. De acordo com Almeida (2010, p.128), a iniciativa teve na ocasião, o propósito de atender o decreto nº 5478 do ano de 2005, em que determina a partir do primeiro semestre de 2006, todos os então CEFET’s deveriam oferecer 10% das vagas do ensino médio anterior do ano de 2005 ao PROEJA em 2006.

Existe o registro da oferta de PROEJA pelo IFSC no primeiro semestre do ano de 2006, o que se apresenta como uma iniciativa dessa unidade (Florianópolis). Uma pesquisa realizada por essa unidade objetivou analisar a trajetória escolar dos educandos a partir de registros escritos e da documentação oral produzida. Essa pesquisa encontra-se no acervo do laboratório de Oralidade Franklin Cascaes – LIO – do IFSC – Campus Florianópolis. Em virtude dessa determinação governamental, o IFSC procurou estimular os departamentos de seus cursos para elaborarem ofertas nesse programa. Em virtude da iniciativa da administração e orientação do IFSC, a partir de 2006, algumas unidades como a de Jaraguá do Sul passaram a oferecer essa modalidade.

O Curso Técnico de Enfermagem subsequente na unidade de Florianópolis tornou-se, mais à frente, precursor do PROEJA Enfermagem. A dedicação e a determinação de um grupo de professores da área da saúde, já lotados no Curso Técnico de Enfermagem, com outros da cultura geral, elaboraram em 2008 o Plano de Curso Técnico de Enfermagem na Modalidade PROEJA, Profissionalizante de Jovens e Adultos na unidade Florianópolis.

5.2 PROEJA-TÉCNICO DE ENFERMAGEM - UF- IFSC

5.2.1 A justificativa

A documentação do Curso Técnico em Enfermagem na Modalidade PROEJA, unidade Florianópolis (UF), foi elaborada em conformidade com o Decreto 5154 (2004), integrando o EJA (Ensino de Jovens e Adultos) do ensino médio com o ensino profissionalizante. O programa seguiu os pareceres estatísticos da falta de profissionais no Brasil e buscou atender às desigualdades socioeconômicas brasileiras que trouxeram para o cenário educacional do país a educação de jovens e adultos (EJA).

O crescente desenvolvimento tecnológico, terapêutico e do cumprimento dos princípios diretrizes do Sistema Único de Saúde no Brasil, passou a exigir qualificação dos profissionais em saúde, a falta de profissionais habilitados em enfermagem, tornou-se meta importante pelos profissionais de saúde do IFSC, que já tendo experiência nesta área, e o IFSC com bagagem em cursos de Proeja, pode atender às necessidades humanas básicas, nos mais diferentes aspectos da saúde. (IFSC-Enfermagem, 2008, p. 6).

O programa, assim levanta a necessidade da oferta do curso no sentido de suprir lacunas dessa mão de obra que pode ser associada à profissionalização dos sujeitos excluídos da cidadania plena e atender “ [...] o Sistema Único de Saúde (SUS) cujos princípios são a universalidade, a equidade, a integralidade da atuação, sendo que suas diretrizes organizacionais visam à descentralização e à participação da sociedade. (IFSC, 2008, p. 7)).

O embasamento do investimento do curso de Enfermagem na área de saúde tem indicações fortes e se justifica quando considerado o fato de que a empregabilidade da área da saúde corresponde a 8,7% do mercado formal de empregos no Brasil (IFSC, 2008). Considerar o desenvolvimento tecnológico e terapêutico exige sempre melhoria e qualificação dos profissionais de saúde que possam corresponder às diretrizes do Sistema Único de Saúde. Os dados levantados na capital catarinense revelam 11 estabelecimentos de atendimento à saúde que já são motivos claros e necessários à formação profissional na área de enfermagem com qualidade profissional, concebendo atitudes éticas do atendimento e criando a perspectiva da formação humana inclusiva dos sujeitos contidos na exclusão. É preciso:

[...] que possibilite a formação de cidadãos-profissionais preparados para se integrarem socialmente e no mundo do trabalho. Representa a possibilidade concreta de efetivar um currículo que dê conta do desenvolvimento integral do sujeito, com sólidos fundamentos científico-tecnológicos e histórico-sociais, visando à superação da dualidade entre Formação Geral e Formação Profissional, historicamente presente na educação brasileira. (IFSC-Enfermagem, 2008, p. 7).

Segundo registros do IFSC, nos exames de classificação realizados nos semestres letivos de 2004/2 e 2006/2, o curso Técnico de Enfermagem sequencial em Florianópolis apresentou a seguinte relação de candidatos vagas: 25,77 e 21,92, respectivamente; o que comprova sua grande aceitação na comunidade.

O programa PROEJA-Técnico Enfermagem-UF(Unidade Florianópolis) do IFSC traz pareceres do PNBE (2008), que relata dados importantes do programa Mais Saúde, do governo Federal. Esses dados dão a dimensão que devem ser criados, nos próximos anos, 3 milhões de novos empregos diretos e indiretos no setor da saúde, alcançando 12,5 milhões de postos de trabalho. Mas, para que isso seja realmente possível, será necessário capacitar em torno de 60 mil profissionais em todo o Brasil e ampliar para 550 o número de equipes responsáveis pela saúde de 50 milhões de pessoas (PNBE, 2008).

Em todo quadro de profissionais de nível médio, tem sido exigido constante desenvolvimento, habilidades e facilidades de se adaptarem aos avanços tecnológicos, o que inclui a área da saúde, pois auxiliares e técnicos em enfermagem necessitam muito mais atenção por lidarem com pessoas, vidas, doentes, exigindo sempre a capacitação e qualificação,

[...] para superar a atual situação dos profissionais sem habilitação que atuam no SUS. Ao lado, porém, dos caminhos legais, é fundamental traçar os caminhos pedagógicos. Não basta fornecer a esses trabalhadores um certificado ou um diploma, para que nosso país possa exibir estatísticas menos vergonhas; é preciso prepará-los de forma integral. Não precisa nos prender aos aspectos quantitativos, mas trabalhar para formar pessoas que atuem adequadamente no sistema de saúde, de modo que os objetivos que a sociedade conseguiu traçar para ele e vem lutando para tornar realidade sejam alcançados plenamente. (COELHO, 2000, p. 46).

Assim define o Programa Técnico Enfermagem – PROEJA – IFSC quanto ao perfil profissional de conclusão do curso:

O técnico em enfermagem é o profissional que atua na prevenção, promoção, recuperação e reabilitação da saúde individual e coletiva, prestando assistência supervisionada pelo enfermeiro, reconhecendo sua dimensão ética na relação com o outro, bem como seu papel socioeconômico nas políticas públicas de saúde, de acordo com a legislação vigente (IFSC-Enfermagem, 2008). O documento completa:

Diante do exposto, justifica-se a oferta do Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos pelo CEFET-SC (IFSC), considerando-se o papel sócio-educacional desta instituição na região da Grande Florianópolis, bem como em todo o Estado de Santa Catarina. (IFSC, 2008, p. 7)

O Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na especialização de Enfermagem, Unidade Florianópolis do IFSC, segue fundamentado nas experiências curriculares do curso Técnico em Enfermagem sequencial e nas experiências do IFSC em EJA e PROEJA bem como em sua vasta vivência com os cursos profissionalizantes de nível técnico. O programa ainda aponta como pertinente o registro que o:

Projeto Pedagógico de Curso está embasado nas determinações legais, presentes na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (Resolução CNE/CEB Nº 4/1999), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB Nº 3/1998), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB Nº1/2000) e nos Decretos 5.154/2004 e 5.840/2006. (Enfermagem-Proeja. 2008, p. 15)

5.2.2 Apresentação dos aspectos gráficos e tabelas conforme previstos no programa do curso.

Regime de Matrícula

Matrícula por:	Periodicidade Letiva
Fase	Semestral

Total de Vagas Anuais

Turnos de funcionamento	Vagas por turma	Número de turmas	Total de vagas anuais	Obs.
Matutino				
Vespertino				
Noturno	30	1 por semestre	60	
Total	30		60	
Obs.:				

Carga Horária

Carga Horária	Prazo de integralização da carga horária	
Total do curso	Limite mínimo	Limite máximo
2400h (6 Fases/3 Módulos)	6 Semestres	12 Semestres
Total do curso	Limite mínimo	Limite máximo
2400h (6 Fases/3 Módulos)	6 Semestres	12 Semestres

Especificidade da Enfermagem	Funções	Locais de atuação	Estabelecimentos na Região da Grande Florianópolis
Enfermagem Curativa	Atua como integrante da equipe de saúde na assistência hospitalar	Hospitais Clínicas Ambulatórios	Hospitais estaduais: 11 Estabelecimentos federais de saúde: 03 Estabelecimentos privados de saúde: 11
Enfermagem Preventiva	Atua como membro da equipe multiprofissional interdisciplinar no desenvolvimento das ações da saúde da família, ações de atenção básica, ações em unidades locais de saúde conforme seus programas de assistência.	Unidades Locais de Saúde (ULS) Estratégia da Família (EST)	Florianópolis: 60 ULS São José: 19 ULS Biguaçu: 13 ULS Palhoça: 21 ULS Antônio Carlos: 01 ULS
Enfermagem Gerontológica	Desenvolve ações multiprofissionais, relacionadas ao envelhecimento humano.	Asilos	Instituições públicas e privadas: 10
Home Care	Assistência de Enfermagem Domiciliar sob a supervisão do enfermeiro.	Serviços de Home Care	Empresas privadas: 04

Objetivo Geral

Formar cidadãos profissionais Técnicos em Enfermagem, aptos para atuarem na promoção, prevenção e recuperação da saúde da população, comprometidos com a prática profissional do cuidado em Enfermagem e com o atendimento humanizado e de qualidade.

Objetivos Específicos

- Promover a elevação do nível de escolaridade, bem como a formação técnica profissional na área de saúde a jovens e adultos, voltada às demandas sociais e de mercado da região da Grande Florianópolis.
- Oportunizar a qualificação dos trabalhadores de saúde, área Enfermagem, buscando a melhoria da qualidade da assistência nos serviços de saúde oferecidos à população.
- Oferecer Educação para Jovens e Adultos baseada na construção do conhecimento, que aponte para a resolução de problemas, para a autoaprendizagem e insista na reflexão permanente sobre a prática de forma interdisciplinar e contextualizada.

Formas de Acesso

O ingresso no curso Técnico de Enfermagem na Modalidade EJA ocorre por meio das seguintes formas:

- 1 - Sorteio Público ou
- 2 - Questionário socioeconômico e/ou
- 3 - Entrevista

quisitos de Acesso

Os candidatos ao curso Técnico de Enfermagem na Modalidade PROEJA deverão possuir idade mínima de 21 anos e Ensino Fundamental completo.

Perfil Profissional de Conclusão

O Técnico em Enfermagem é o profissional que atua na prevenção, promoção, recuperação e reabilitação da saúde individual e coletiva, prestando assistência supervisionada pelo enfermeiro, reconhecendo sua dimensão ética na relação com o outro, bem como seu papel socioambiental nas políticas públicas de saúde, de acordo com a legislação vigente.

5.2.3 Organização Curricular, conforme programa www.ifsc.edu.br/enfermagem-proeja-2008.

- 1- A organização curricular do Curso Técnico de Enfermagem na Modalidade PROEJA prima pelos aspectos relacionados ao currículo integrado, pois se entende que essa é uma possibilidade de concretizar práticas educativas que levem o aluno a perceber a realidade para além do aparente, compreendendo o sentido da totalidade do objeto de estudo.
- 2- Avaliação do curso: este currículo integrado requer um permanente movimento de avaliação, possibilitando o diálogo constante com as transformações da sociedade, do educando e da própria educação.
- 3- Essa construção de currículo, a partir de uma visão epistemológica, refere-se à integração da teoria com a prática, da Formação Geral com a Formação Profissional, objetivando a pesquisa a partir dos problemas relacionados com situações reais da vida. O que se pretende é levar o

educando a relacionar, a estabelecer significados e a compreender o sentido da Formação Geral e sua articulação com o curso técnico. Isso se dará por meio da pesquisa e de práticas pedagógicas inovadoras que lhes permitirão explorar diferentes temas e questões de forma autônoma.

- 4- Este currículo enfatiza a superação de modelos de formação de trabalhadores que privilegiam saberes técnicos instrumentais em detrimento do saber propedêutico, visto que a práxis profissional requer o domínio desses dois campos do saber, que se articulam e se complementam.
- 5- Nesta perspectiva, é pertinente registrar o pensamento de Ramos (2005, p.120) ao afirmar que “[...] no currículo integrado nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetivos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente da ciência básica.”
- 6- Neste sentido, todos os profissionais que atuarão neste curso necessitarão comprometer-se e envolver-se intimamente com ele, conhecer seu projeto pedagógico e fazê-lo acontecer na prática uma vez que foram sujeitos ativos nas discussões para concebê-lo e elaborá-lo.
- 7- A arquitetura curricular foi concebida com três módulos de 800 horas. Cada módulo é composto por duas fases (400h), perfazendo um total de 2400 horas, o que equivale a três anos letivos. Do total dessa carga horária, aproximadamente 1.180h serão trabalhadas com conhecimentos **integrados**, que estabelecem “**nexos**” entre a Formação Geral e a Formação Profissional, cujos conhecimentos serão tratados por docentes das duas áreas, com vistas à constituição do perfil profissional do técnico que se pretende formar.
- 8- Os educadores da Formação Geral atuarão mais efetivamente nas três primeiras fases, enquanto os da Formação Profissional de Enfermagem terão mais ênfase nas três últimas, garantindo-se, porém, os espaços e

momentos regulares de diálogo que contribuirão para a construção da identidade coletiva.

6 PESQUISA DE CAMPO – Depoimentos dos educadores e alunos sobre o PROEJA - Enfermagem

6.1 Objetivos

Buscar informações com os sujeitos envolvidos no programa, tanto os alunos como os professores. Nossa meta foi ver nos depoimentos desses sujeitos os prós e os contras na execução do Programa/Projeto IFSC-PROEJA-ENFERMAGEM-2008-UF, destacando-se os objetivos do programa do curso bem claros e fundamentados, a fim de garantir as *condições* da sua execução. Nosso objetivo é conferir as expectativas e resultados, problemas e soluções.

As entrevistas têm como objetivo registrar depoimentos dos sujeitos envolvidos, alunos sorteados que são a causa primeira do curso e os professores, que são os agentes que atuaram na elaboração do curso e sua participação profissional.

Além de nossa análise dos depoimentos, apresentamos anexas transcrições das entrevistas realizadas. As sequências das falas selecionadas foram orais, gravadas e transcritas, sendo as dos professores do curso ligados a área técnica marcadas com pseudônimos de x1, x2 e os da área propedêutica, matemática e pedagogia com pseudônimos de Mat. e Ped. . As quatro alunos entrevistados foram representadas com pseudônimos de y1, y2, y3, Y4

6.2 Analisando as entrevistas

Apresentamos aqui uma análise das falas dos professores e alunos divididos em três blocos:

- 1- Professores da área técnica
- 2- Professores da área propedêutica
- 3- Alunos

1- Os professores da área técnica:

São de formação acadêmica na área da saúde, trabalharam no Curso Técnico de Enfermagem de Joinville. Em Florianópolis participaram e atuaram na criação do Curso Técnico de ENFERMAGEM-IFSC-UF, criado na modalidade sequencial (pós-ensino médio). Também fizeram parte da equipe fundadora do Curso Técnico em Enfermagem na modalidade PROEJA-IFSC-UF.

Desenvolveremos as sínteses seguintes, baseados nos anexos das entrevistas, numerando os pareceres considerados.

a) A professora X1 relata seus receios, reconhecendo que *“nós tínhamos o maior receio, porque eram pessoas que passaram a vida toda na exclusão, a expectativa era formar técnicos com a mesma excelência dos que formávamos até agora, no sequencial. Na outra modalidade, sequencial, ou seja, pós-ensino médio, tivemos um público bem jovem que recém terminava o ensino médio, muitas vezes até integrado com o curso de Enfermagem. As turmas que formamos logo estavam trabalhando no mercado de trabalho e nos davam esse retorno gratificante, os que não estavam trabalhando é porque estavam indo para a graduação.”* (Professora X1-ANEXO, 2011, p. 108).

A professora X2 deu parecer vislumbrando a expectativa complementar na vida desses sujeitos e entende *“o PROEJA como uma forma de inclusão mais acelerada, e suscita a essas pessoas que não têm ensino médio completo, poder inseri-los mais facilmente ao mundo do trabalho num tempo menor. Fazendo o curso integrado em módulos, possibilita que recuperem o tempo perdido, excluído no ensino médio regular.*

Sendo um curso profissionalizante, o PROEJA suscita uma forma de inclusão acelerada. (Professora X2-ANEXO, 2011, p. 112)

- b) Quando consideradas posições sobre a qualidade e dificuldades de formação, os professores reconhecem que os alunos do PROEJA precisam de um olhar mais aprimorado, um rever dos aprendizados anteriores, considerando assim, suas dificuldades trazidas dos ensinos anteriores, que são nuances que acabam exigindo do professor atitudes novas, metodologia diferente das usadas no ensino normal e regular.

A professora X1 diz que os alunos inscritos se apresentam com “(...) *muitas dificuldades, das mais diversas ordens; financeira, social e familiar, muitas mães de família, mantenedoras do lar, que deixam seus filhos para estudar, dificuldades cognitivas de entender o processo de aprendizagem. Os desafios são constantes (...). Ocorrem muitas faltas pelas mesmas causas anteriores; sempre as dificuldades sociais próprias do seu mundo de trabalho. Temos diaristas, pedreiros, donas de casa, que chegam cansados, e acabam faltando.*” (Prof. X1-ANEXO, 2011, p. 109)

A professora X2 aponta dificuldades relativas ao corpo docente, quando ocorre a falta de profissionais da saúde no magistério e que são aspectos dificultados nas contratações desses profissionais. No IFSC “*até o final do ano deveriam ter (15) enfermeiros e estamos trabalhando com apenas sete (7). É uma defasagem que para dar conta, se trabalha muito, existe um déficit grande de professores na área da saúde.*” Prof. X2 (ANEXO, 2011, p. 113).

As dificuldades apontadas pelos professores quando se resumem na falta de professores na área técnica de enfermagem e se justificam, visto haver exigência dos acompanhamentos dos alunos nos hospitais, segundo o programa do curso, os alunos iniciam estágios paralelos já a partir da 3ª fase. Cita a professora X2 que o SUS exige

um professor para cada seis alunos no estágio paralelo, e quando “na falta de professores precisa ser diluído o acompanhamento com três professores, o sistema SUS faz essa exigência. A pendência nem sempre é favorável, porque se me deixam (aluno) dessa vez, me deixarão na próxima, tem alunos matriculados na 5ª fase que não terminaram a 4ª fase. Entendo que também as mudanças de coordenação (que já foram 3 em 2 anos e meio) não é saudável, porque não se tem continuidade e amadurecimento do curso.” (Prof.X2-ANEXO, p. 112)

A saída de professores contratados, devido a ofertas de mercado maiores, sobrecarregou os titulares. Eles reclamam da falta de mais apoio institucional e da carência de mais laboratórios. Quando perguntada sobre a abertura de novas turmas de Proeja diz a professora X1 que: “é para abrir vagas em cada semestre, mas isso não foi possível ainda por falta de professores, com a efetivação de novos professores daremos continuidade. Existe muita procura toda vez que se abrem inscrições, são muitos candidatos.” (Prof. X1 (ANEXO, 2011, p. 108)

c) Metodologia e aspectos do ensino integrado, esses são aspectos que norteiam toda a programação do PROEJA-ENFERMAGEM-UF-IFSC. Verificaremos nos enunciados dos professores que tanto da área técnica, quanto na propedêutica esta preocupação é de todos, até porque a integração é a meta do programa Proeja. A professora X2 comenta esta prática da interação da Matemática com enfermagem, e que, já, “na 1ª fase existe apenas uma disciplina de enfermagem, as demais são propedêuticas, inclusive tem disciplinas que o programa do curso programa conteúdos que se sobrepõe como por ex: dentro do conteúdo de matemática tem uma aula de gotejamento de soro, que é uma parte específica do curso de enfermagem e faz uso do conhecimento de fração e porcentagens. Para poder dar conta dos conteúdos num tempo menor ainda, deverá ser discutida a maior integralidade dos conteúdos. Existe a intenção dos professores, mas tem que ser mais amadurecida.” P. X2 (ANEXO, 2011, p. 112)

d) Percepção comportamental: todos os professores foram unânimes ao perceberem um grande esforço por parte dos alunos para superarem as suas dificuldades. Tem-se, assim, percebido um grande interesse por aprender e superar suas dificuldades econômicas e sociais, dificuldades que não devem vencer o propósito de se formar, sendo a visão do concluir o curso, o que se justifica vencer os obstáculos, comenta a professora X1 (ANEXO, 2011, p. 110) que *“eles têm muita responsabilidade, entregam seus trabalhos, fazem suas provas, relatórios, só não entregam se tiverem dificuldade de entendimento, são bastante responsáveis, já sabem bem o que querem, até porque, já não são mais tão jovens.”*

e) Perguntada como é feita a avaliação do comportamental e do conhecimento, a professora X1(ANEXO, 2011, p. 111) comenta que *“avaliamos muito a atitude, porque vão estar com médicos, enfermeiras, trabalharão em equipe e sua comunicação se faz necessária. O manejo, o trato com pacientes têm muito do comportamental.”*

f) Os professores entrevistados concordam que os alunos mais velhos são os mais compromissados com as tarefas e os trabalhos. Os mais velhos, embora tenham mais dificuldades de compreensão dos conteúdos, buscam superação, esforçam-se e aparecem superando suas dificuldades. De modo geral, muitos alunos, tanto adultos ou jovens, geralmente precisam de recuperação de conteúdos de matemática e português, a professora X1 (ANEXO, 2011, p. 110) comenta que *“eles têm dificuldades no idioma português sim, evidenciadas na leitura e escrita. (...) muito difícil de recuperar, vemos na prática (...) a responsabilidade é diferente, os com mais idade tem mais comprometimento que os jovens para superar essa dificuldade.”*

g) Proposta de melhora ou aperfeiçoamento no curso: quando perguntadas sobre as alterações, modificações no curso e paralelismo entre o Curso Técnico de Enfermagem-Proeja-UF e o Regular, com propósito de intensificar as suas validades e aceitação no mundo do trabalho, assim se posicionaram as professoras:

Quanto às alterações a professora X1 (ANEXO, 2011, p.111), acha que necessitam *“de um maior apoio da instituição, dos reitores quanto a recursos humanos, recursos materiais, equipar mais os laboratórios e também rever a forma de ingresso. Gostaríamos de mudar a questão sorteio, como regra de ingressar, e optar o ingresso através do teste de seleção e depois, sim, o sorteio.”*

Quanto à questão da igualdade das competências dos cursos e aceitação, a professora X1 (ANEXO, 2011, p. 111) disse que *“sim, caso contrário, pareceria preconceito, mas não na metodologia, digo metodologias diferentes, pois, diferentes são seus tempos de escola, aos sujeitos são convenientes formas próprias no ensinar. Com habilidade e paciência, pode o professor obter maravilhosa colaboração com o conhecimento de vida que trazem esses sujeitos.”* Prof. X1 (ANEXO, 2011, p. 118)

A professora X2 (ANEXO, 2011, p. 113) posicionou-se sobre a forma de ingresso e propõe a modificação da *“ (...) forma de ingresso de sorteio para seleção, eu critico o sorteio pelo seguinte fato: houve na primeira entrada 1779 inscritos para 30 vagas, acontece que os sorteados ganham uma bolsa e isso não garante que vão estudar e o caminho lhes exigirá muita determinação. Essa interpretação talvez esteja muito confusa na concepção deles, bolsa não garante formação. Entendo que, quando alguém demanda de um esforço para entrar, este deva ser o melhor método de ingresso, também não só uma avaliação, uma prova ou talvez um questionário socioeconômico, até porque demanda a capacidade das pessoas, a sua vida diária, que influenciará nas conquistas dos conhecimentos. Também ter condições e habilidades são importantes para a função. Percebemos muitas dificuldades dos alunos no âmbito de conhecimentos básicos, estes que precisam sempre das revisões. Para trabalhar na enfermagem você precisa saber ler e escrever bem, estas são condições importantes e necessárias, para poder interpretar uma orientação, uma receita.”* Prof. X2 (ANEXO, 2011, p. 113).

Visão do curso: disseram que o receio foi geral quando da implantação do curso, pois era necessário considerar que os alunos já vinham de uma exclusão e o desafio não se detinha só na titulação, mas em como garantir a mesma qualidade do curso sequencial. O Curso Técnico ENFERMAGEM-PROEJA- UF-IFSC foi considerado por ambas as professoras que, sendo o único grátis na região da grande Florianópolis, e sendo o IFSC uma referência de ensino de qualidade, a procura é grande, destacando-se a demanda já na primeira oferta do curso, que foi de 20 candidatos por vaga. Além disso, o campo de trabalho em enfermagem é considerado interminável visto que a saúde pública vai precisar por muito tempo de muitos profissionais na saúde.

Entrevistas da Professora de Matemática e da Pedagoga

Para a professora de Matemática usaremos pseudônimo de Prof. Mat. e para a pedagoga, Ped. As duas profissionais atuam diretamente nos Cursos de Proeja do IFSC.

1 Professora de Matemática

a) A professora Mat, doutora em Educação, está no IFSC desde 1996. Neste tempo, tem trabalhado nos cursos técnicos, superiores, EJA e PROEJA. Quando perguntada sobre sua experiência, trata do tema com muita propriedade e segurança na sua atuação. Na entrevista a Prof. Mat. (ANEXO, 2011) declara ter *“atuado no IFSC, na área da educação de jovens e adultos desde 2004 quando foi implantada. Comecei a lecionar na EJA em 2005, nesse tempo era chamado de EMJA. A transformação de EMJA para PROEJA ocorreu em 2006 e acompanhamos todos os caminhos, estudos, adaptações e considerações da implantação.”* Prof. Mat. (ANEXO, 2011, p.117)

b) A professora Mat. tem formação também em Especialização PROEJA e destaca a sua experiência, em atuação no Curso de Enfermagem , tendo trabalhado, com entusiasmo, em todas as turmas da Enfermagem pós-ensino médio, bem como nas do PROEJA-Enfermagem. Considera ser o *“PROEJA-Enfermagem um excelente curso, devemos considerar o aspecto do edital, no primeiro edital apareceram 1600 candidatos para 30 vagas.” Prof. Mat. (ANEXO, 2011, p.118)*

Quando perguntada sobre a modalidade do programa, a professora Mat., considera que *“com certeza, tudo isso, é desafiador, precisamos levar em conta, não só o fato do programa ser uma experiência nova e que, só o tempo nos apresentará como desafio, devemos considerar ser uma especialidade o PROEJA-Enfermagem. O PROEJA-Enfermagem-UF-IFSC é o primeiro nesta modalidade no Brasil, esta especialização na área da saúde requer atender grandes espaços vazios de técnicos no país.” Prof. Mat. (ANEXO, 2011, p. 118).*

c) Matemática em qualquer fase de estudo regular ou complementar é um desafio para os estudantes, indagamos sobre essa questão, ou seja, de como seria a metodologia, a prática de um matemático nas aulas do PROEJA, como viabilizar um aprendizado satisfatório. A professora de Mat argumenta que *“a Matemática, como todas as disciplinas, tem o seu caráter da experiência, no PROEJA tem que ser vista como uma atuação nova .Prof. Mat.(ANEXO, 2011, P. 118)*

Quanto à questão do novo a professora Mat argumenta que *“Eu me refiro à questão do novo, um público diferente que requer diferentes meios pedagógicos, uma ação nova nas questões didáticas e de aproveitamento das culturas dos sujeitos.” Prof.Mat. (ANEXO, 2011, p. 118).*

d) Perguntamos sobre as metodologias e os recursos empregados, visando a um melhor aproveitamento dos conteúdos, a Mat(professora) assim se manifestou:

“Devemos levar em conta a velocidade da discussão destes e a problemática desses conteúdos, respeitando sempre os perfis dos sujeitos com quem estamos trabalhando.” Prof.Mat. (ANEXO , 2011, p. 118).

Diante da questão dos perfis dos sujeitos, sugerimos indagar a professora sobre como agir com as diferenças. A professora Mat. relatou que, devido a sua prática, consegue superar *“as dificuldades dos alunos, usando outras formas de ensinar, considero as suas expectativas, desenvolvendo um outro tipo de aula.” Prof.Mat. (ANEXO, 2011, p. 118).*

e) Na formação acadêmica, os profissionais que atuam no PROEJA têm apresentado, como necessidade, a capacitação dos professores para atuarem no programa. Indagamos a professora Mat sobre como ela vê essa questão, e a mesma assim posicionou-se: *“A maioria das licenciaturas nos apresenta os conteúdos de como ensinar, mas nunca para quem vamos ensinar, ou raramente as crianças , adolescentes e adultos na sua idade regular de formação, mesmo assim, sem levar em conta suas vidas.” Prof.Mat. (ANEXO, 2011, p. 118).*

A professora Mat ressalta que concluiu o seu *“doutorado exatamente nessa área PROEJA, indo atrás das literaturas, conferimos que as dificuldades em Matemática são conferidas diferentes em seus graus, como diferentes são os sujeitos.” Prof.Mat. (ANEXO, 2011, p. 119)*

f) Sobre a necessidade de superação das dificuldades dos alunos, a professora Mat , assim, manifestou-se: *“As dificuldades dos alunos, apelo para outras formas de ensinar, considero as suas expectativas, desenvolvendo um outro tipo de aula (...) uso metodologia totalmente diferenciada visto que esses alunos têm uma outra trajetória de vida escolar; são alunos com 28, 30, 40, 50 anos que foram excluídos do ensino regular; (...) é preciso considerar a idade dos sujeitos, os alunos do Proeja têm*

vivências totalmente diferentes das dos jovens do ensino regular. O nosso aluno com mais idade tem 52 anos, esse aluno não ficou parado no tempo da vida e tem outros aprendizados.” Prof.Mat. (ANEXO, 2011, p.119).

g) Os conhecimentos que a vida ensina têm sido, quase sempre, a oratória nos ensinamentos compensatórios. Indagamos a professora sobre essa questão, que manifestasse seu parecer, como se aproveitariam esses conhecimentos, são ditados que se conceituam: a vida ensina, tudo? *“Sim, todos os conhecimentos que a escola regular geralmente não valoriza. Temos que trazer, considerar esses conhecimentos, e, a partir deles, passar os conhecimentos que os sujeitos vêm buscar na escola.” Prof. Mat. (ANEXO, 2011, p. 119):*

h) As considerações do preparo, habilitação dos professores, são temas que têm sido abordados em muitas reuniões. Trouxemos para este diálogo os questionamentos, qual seria seu ponto de vista, qual o tipo de professor para atuar no PROEJA, o profissional com habilidade específica na metodologia própria para trabalhar com esses sujeitos, ou aquele com especialização na área. A professora Mat nos respondeu *“não ser legal essa generalização. No entanto, é bom para as partes que o professor, no mínimo, já saiba que vai lidar com sujeitos diferentes daqueles do ensino regular, maduros e com outras expectativas, exigindo metodologias próprias, didáticas novas.” Prof.Mat. (ANEXO, 2011. p. 119).*

i) A questão da necessidade de Especialização em PROEJA para os professores envolvidos. Solicitamos o posicionamento da professora sobre o assunto, se o mesmo é um caso extremo, realmente necessário, ou bastaria que houvesse por parte dos professores a conscientização do programa. Segundo a professora Mat *“não se pode levar tanto ao extremo, contudo infelizmente temos muitos professores que não fizeram nenhuma capacitação e acabam não compreendendo serem necessários outros procedimentos no ensinar, embora também, tenham surgido outros que, mesmo sem a*

capacitação, conseguem se sair muito bem nas aulas e com muita interação.” Prof.Mat. (ANEXO, 2011, p. 119)

j) Questionamos a professora de Matemática sobre a qualidade e resultados dos cursos compensatórios, como a EJA e PROEJA. Questionamos se não seria essa prática compensatória um pouco enganosa, se não se deveria prever uma maior carga horária para esses cursos? A professora de Matemática nos disse que discordava: *“Reconhecer que o tempo é curto nesses cursos é um engano, visto que já se leva em conta o conhecimento que os sujeitos já trazem, são conhecimentos que a vida lhes deu das mais variadas fontes, valores, pareceres que muitas crianças e jovens ainda não vivenciaram.” Prof.Mat. (ANEXO, 201, p. 120).*

K) Levantamos questões, como saber quais seriam os procedimentos ou metodologias desses conhecimentos? A professora de Matemática disse considerar *“que tudo está na metodologia, sabendo-se para quem se está querendo ensinar, a competência do professor faz a diferença, quando usa a metodologia, didática adequada na busca da integração dos conhecimentos que trazem os sujeitos aos conteúdos que se queiram passar. O tempo extenso não garante também a qualidade, esta se apresentará, sim, na maneira de ensinar, interagindo os sujeitos e suas expectativas com os conteúdos.” Prof.Mat. (ANEXO, 2011, p. 120).*

l) A professora de Matemática apresentou muitos aspectos positivos sobre a validade e possibilidade de efetivação do PROEJA, considerando uma oportunidade ímpar de inclusão dos sujeitos; e a escola cumprindo seu papel social. Finalizando a professora nos disse que *“valeu a pena, os alunos chegaram com muitas expectativas, são declarações gerais de alegria de estarem estudando no IFSC, numa escola reconhecida por sua qualidade. Muitos alunos têm se manifestado interessados no ingresso ao terceiro grau.” Prof.Mat. (ANEXO , 2011, p. 120-121).*

2 Pedagoga

A pedagoga atua por quatro anos no PROEJA do IFSC. É mestre em educação e tem participado de todos os eventos desse programa, como também do ensino regular. Segundo ela, *“(...) conhecimentos, leituras anteriores sobre a EJA foram me enriquecendo com a experiência na lida desses programas. Na formação acadêmica não se dá a devida importância às informações, ao desenvolvimento de questões relativas ao ensinar em cursos emergenciais, como EJA ou PROEJA. Preocupa-se, sim, com o modo, a metodologia de como ensinar crianças ou sujeitos no seu tempo regular. As literaturas existem com fartura, quando relativas à pedagogia, à metodologia, à psicologia do aprendizado das crianças, mas não direcionada ao aprendizado de jovens e adultos que regressam à escola.”* Ped. (ANEXO, 2011, p. 121).

a) Quando perguntada sobre o enfoque que os cursos superiores de Pedagogia dão a essa área (PROEJA), a pedagoga Ped. respondeu que *“o enfoque é praticamente pobre, longe daquilo que nos aguarda no programa Proeja. Minha percepção e aprendizado se enriqueceram, quando comecei atuar no IFSC.”* ANEXO, 2011, p. 122).

b) Levantamos questões como a validade ou a incerteza da eficiência profissional desses formandos, principalmente quando considerada a competição desses sujeitos no mundo do trabalho, suas expectativas seriam concretizadas? A pedagoga manifestou-se da seguinte maneira: *“quando me perguntam a viabilidade de um curso, respondo com outra pergunta: viável para quem e se o curso atende as expectativas dos sujeitos.”* Ped. (ANEXO, 2011, p. 122).

Argumentamos a necessidade de se considerar o mundo do trabalho, a pedagoga respondeu que sempre questiona as questões educação x trabalho, pois são questões que *“(...) trazem certa complexidade, são feitas indagações se o campo de trabalho irá absorver os formandos. O Instituto ainda não tem dados que só o tempo e o pronunciamentos dos egressos dessa especialização poderiam enriquecer, temos*

que aguardar, pois a primeira turma se formará em fevereiro de 2012. As vagas no mundo do trabalho são maiores que as ofertas de mão de obra na saúde. Vendo os dados do Inep -2006 ou ainda os dados do Inep-2010, temos a visão do quanto é emergencial a capacitação de jovens e adultos.” Ped. (ANEXO, 2011, p. 122).

c) Quanto ao acompanhamento do aluno, a pedagoga refere-se ao seu departamento: *“a experiência tem mostrado dificuldade de acompanhamento do aluno, quando já fora da escola, nos faltam dados do seu caminho quando inseridos no mundo do trabalho, o que conseguimos fazer é a leitura desses alunos, enquanto estão na instituição; de como esses sujeitos têm passado na sociedade, suas dificuldades, desafios e expectativas. Trabalhamos sempre na busca de mais vagas, as públicas que devem sempre visar à questão social, visto que o setor privado visa ao lucro na educação, são práticas diferentes.. Ped. (ANEXO, 2011, p.122-123)*

Quando levantamos a questão da escola pública e qualidade podendo atuar com plenitude nos objetivos da inclusão, a pedagoga se pronunciou não ter dúvida de que *“a escola pública tem esse seu papel chave a inclusão e vejo que no IFSC isso é possível de fazer; temos infraestrutura, condições humanas e muita gente competente. O que nos falta é direcionar os objetivos, nos preparar para atuar com vontade e conhecimento em relação àquele que queremos ensinar; quem sabe viabilizar uma preparação pedagógica própria no lidar com este novo público, os excluídos do sistema escolar e social. Apesar das dificuldades da implantação, conseguimos viabilizar o curso, criando metodologias e práticas novas no ensinar e com qualidade, precisamos vencer a imobilidade e buscar a forma notável de lidar com esse público novo.” Ped. (ANEXO, 2011, p. 123).*

d) Indagamos a pedagoga sobre a questão do preconceito em relação a esse profissional do PROEJA. A pedagoga entende que *“questionar a não aptidão desses formandos, parece-me preconceito, sim. O trabalho merece ser mais conhecido. Qualquer interesse de formar profissionais pela educação deverá nos fazer refletir; o*

que queremos formar antes de dizer se uma pessoa vai ser apta ou não em relação a sua habilitação profissional.” Ped. (ANEXO, 2011, p. 123).

A pedagoga entende que muitos colaboradores, como professores, administrativos do curso e empresários, precisam superar questões de representação social e *“abolir os preconceitos, o que já seria um bom começo; quando as pessoas dizem que os sujeitos não são capazes, já mataram os sujeitos.” Ped. (ANEXO, 2011, p.125).*

Entende a pedagoga que “ professores mais conservadores *geralmente apresentam resistência às mudanças, as mudanças exigem quebra de paradigmas.” Ped. (ANEXO, 2011, p. 125).*

e) Quando perguntada se sugere alguma opção didática diferente, algum modo de atuação diferenciado dirigido para essa clientela, a pedagoga diz *“que as nossas concepções de aprendizagem, concepções sobre jovens e adultos devem ser revistas, bem como as nossas concepções curriculares. Ped. (ANEXO, 2011, p. 123).*

Argumentamos que um rever das concepções curriculares certamente exigiria uma grande atuação de todos e, nesse ponto, a pedagoga propõe que os professores *“destituídos da vaidade, precisam aprender para executarem o seu trabalho; a questão da revisão dos conteúdos nem sempre é levada a discussões constantes; cada professor acaba levando a esmo seus conteúdos, respeitando programas, sem questionar a validade desses conteúdos.” Ped. (ANEXO, 2011, p. 122).*

f) A pedagoga tem a concepção de que o pré-julgamento, a resistência ao novo atrapalham o processo, sendo preciso oportunizar o imprevisível e que, *“nem sempre podemos afirmar que a metodologia de ontem é apropriada para os alunos de hoje, ou dizer que uma pessoa vai ser apta ou não na sua especialização, ser apta ou não num estágio, pode ser duvidoso, as pessoas adquirem na prática resultados inesperados que só o tempo pode mostrar. Ped. (ANEXO, 2011, p. 124).*

g) Uma metodologia nova, como ferramenta necessária, pareceu ser consenso entre os professores e também na opinião da pedagoga “ *por considerar que o sujeito aprende diferente, considerar o sujeito incapaz inviabiliza qualquer tentativa metodológica. Observo que, a maioria dos professores e pedagogos optam por metodologia conservadora, a que ignora as pessoas em seus tempos, suas vidas, suas experiências e seus talentos. A metodologia formativa deve incluir o sujeito na escola, direcioná-lo ao saber, sempre, em qualquer idade.*” Ped. (ANEXO, 2011, p. 125).

h) Com relação ao enxugamento do curso, de seu programa, a pedagoga é de opinião de que “(...) *um rever do que o aluno realmente precisa aprender e qual tempo de estágio ideal, quais argumentos de avaliação nova, própria à nova clientela, garantir sempre a qualidade dos formandos. Quando falo rever as concepções do programa, entendo que nesse processo não ocorram visões particulares de cada professor, é preciso socializar todos os pensamentos daqueles que atuam no programa.*” Ped. (ANEXO, 2011, p. 123).

i) Solicitamos à pedagoga suas considerações sobre o Curso de Especialização em PROEJA, no que se refere à formação e capacitação dos professores. Segundo a pedagoga “*essa especialização que tem sido oferecida pelo Instituto, sem dúvida, é bem vinda, mas vejo também a necessidade dos professores terem uma formação contínua após essa especialização.*” Ped. (ANEXO, 2011, p. 125).

j) Alguns profissionais têm se posicionado contra o PROEJA. Têm dúvidas quanto à eficácia do profissional formado nesse modelo de curso, principalmente quando a área de atuação é a saúde. Segundo a pedagoga “*até o momento, não houve nenhuma notícia sobre incidentes profissionais, descuidos ou erros nos ensaios hospitalares que possam ter ocorrido com algum dos nossos alunos. Não pode ser afirmado que um aluno, estudante de enfermagem, não saiba aplicar uma injeção ou fazer um curativo, caso não saiba então não aprendeu a técnica, alguns dizem que podem não saber ler os rótulos, mas quem tem responsabilidade pela receita é o médico.*” 1 Ped. (ANEXO, 201, p. 125).

A pedagoga entende que, na verdade, existem preconceitos quanto aos sujeitos dessa formação; parecem não entender que são seres humanos, sendo preciso *“considerar outros aspectos, os sujeitos, qualquer cidadão como o motorista com carteira que provoca acidentes, médicos cirurgiões que esquecem tesouras nos corpos dos pacientes, gente que a falta de atenção são as causas de acidente no trabalho, mesmo em casa, quando um cidadão num descuido de tarefas domésticas se fere ao cortar uma grama; também um pintor que despenca de uma altura, quando pintava uma parede, também o engenheiro que erra num cálculo estrutural e acaba provocando uma série de vítimas.”* Ped. (ANEXO, 2011, p. 125-126).

k) Considerando os aspectos comportamentais das pessoas, perguntamos à pedagoga sobre a questão da responsabilidade no trabalho. Ela, assim, se manifestou: *“o esquecimento ou falta de atenção podem ser movimento ou lentidão de qualquer pessoa, um momento natural de qualquer ser humano, e isso independe da cultura do sujeito. A falta de atenção, esquecimento é um fardo para qualquer sujeito; a gravidade está na pessoa sem atenção e não em seus conteúdos aprendidos.* Ped. (ANEXO, 2011, p. 126)

l) Quando argumentando ser a atenção ou cuidado, uma possibilidade comportamental para qualquer estudante ou profissional, a pedagoga argumenta *“que na prática algumas pessoas, por preconceito, ficam a confirmar um parecer inoperante, incapaz, e, assim, ficam caracterizados como alunos do PROEJA, incompetentes; isso é puro preconceito de classe ou mera zombaria, uma barbárie, isso se dá também quando sujeitos vindo da EJA ou de outros cursos compensatórios. Querer confundir falta de atenção com capacidade é o mesmo que querer dizer que alguém é bom ou ruim pelo seu grau cultural, depende das considerações, sempre. Bondade, paciência são coisas do caráter da pessoa, são coisas da índole, assim como a falta de atenção pode ter outras causas.”* Ped. (ANEXO, 2011, p.126)

Entrevistas com os alunos

Os alunos entrevistados declaram que receberam como um presente a possibilidade de poderem estudar no IFSC, uma grande oportunidade única nesses tempos, e, ainda mais, sendo um ensino gratuito. A aluna Y1 (ANEXO, 2011, p. 127) argumentou, quando perguntada sobre o resultado do sorteio, que *“quando fui selecionada para estudar no IFSC, nossa, fiquei muito feliz, porque tinha a certeza de que qualquer lugar em que eu levasse meu currículo, seria selecionada na hora, só por levar o nome do IFSC. Fiquei muito feliz. E com certeza, é a realização de um sonho.”*

A aluna Y3” (ANEXO, 2011, p. 130) posicionou-se, ainda, sobre seu plano de futuro; sua expectativa é *“poder conseguir um trabalho melhor, e fazer aquilo de que gosto, porque eu trabalhava como doméstica e eu não gostava do que fazia, sem estudo é difícil conseguir oportunidades.*

Todos os alunos entrevistados sentem-se premiados por estarem no IFSC, e comentam que ainda ganhar uma bolsa para estudar, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês, é um privilégio. A bolsa tem o valor estabelecido de acordo com a avaliação socioeconômica do aluno.

Os entrevistados se dizem muito felizes por serem alunos do IFSC e consideram a Instituição uma referência forte e facilitadora, na indicação para o mercado de trabalho, sendo isso a *“realização de um sonho, poder trabalhar na área da saúde, que é a que eu sempre quis. Este curso é um presente maravilhoso. Aluna Y2 (ANEXO, 2011, p. 128)*

Os alunos, entrevistados foram unânimes com relação as suas expectativas animadoras, se manifesta o aluno Y4 ANEXO, 2011, p. 131) que deseja *“aprender cada dia mais e passar o meu conhecimento ao cuidar das pessoas, também ter uma profissão que me dê frutos e oportunidades para progredir.”*

A idade dos alunos varia de 23 a 45 anos, prevalecendo o sexo feminino. A maioria já trabalhou, principalmente, na prestação de serviço (empregada doméstica, babá, artesanato, balconista) e muitos começaram a trabalhar cedo, aos 14 anos.

As maiores dificuldades no estudo estão relacionadas à Matemática, à Física e, às vezes, à Biologia. A aluna Y1 citou dificuldades em Biologia e Comunicação, as demais entrevistadas citaram Matemática e Física. Todos os entrevistados trabalham em alguma atividade, com carga horária que varia de 13 a 30 h/ semanais.

A maioria dos alunos é casada e seus cônjuges não estudam. A maioria diz estudar em casa, e soluciona suas dúvidas com professores e amigos. Alguns usam a internet para pesquisa e comunicação.

Entre as maiores dificuldades para estudar estão: trabalho, transporte, filhos, dificuldades da volta ao estudo, estudar e pesquisar. Sentem orgulho por poderem estudar e chegar ao final do curso. Outros afirmam que precisam se esforçar, manter o entusiasmo, pois têm que resolver as tarefas do lar, deslocar-se, estudar, pesquisar e ter frequência boa nas aulas. Sobre essa situação, assim, se manifestaram as alunas:

Aluna Y1 (ANEXO, 2011, p. 127). Meu maior desafio foi voltar a estudar depois de tantos anos parada e também tive dificuldades com as pesquisas, mas agora não tenho mais.

Aluna Y2 (ANEXO, 2011, p. 129). Poder conseguir organizar meu tempo para estudar, trabalhar, cuidar da casa e da família, dando a atenção que eles mereciam.

Aluna Y3 (ANEXO, 2011, p. 130) Conseguir estudar sozinha em casa, outro problema foi deixar o meu filho pequeno com alguém e ter que pagar para alguém cuidar dele.

Aluna Y4 (ANEXO, 2011, p. 130) Foi trabalhar e estudar, a correria do dia a dia, porém, estar chegando ao término do curso me deixa muito feliz.

Procuramos saber dos alunos como agiam, como procediam para tirar suas dúvidas, como faziam suas pesquisas, como faziam seus trabalhos e, assim, obtemos informações importantes sobre suas ações :

Aluna Y1 (ANEXO, 2011, p. 129): Sempre pergunto para o professor ou uso a internet, consulto amigos, outros professores da escola.

Aluna Y2 (ANEXO, 2011, p. 129): Procuro pesquisar e anotar tudo, tirando as dúvidas com a professora. Quando não dá, procuro o reforço ou ajuda de colegas.

Aluna Y 3 (ANEXO, 2011, p. 131): Peço ajuda a alguns colegas e à monitoria. O problema é que a monitoria não é para todas as matérias, se o professor tem tempo ele oferece ajuda também.

Aluno Y4 (ANEXO, 2011, p. 132): Tirava dúvidas com os professores ou ia à sala de reforço, também vou ao laboratório de informática para as pesquisas ou para fazer trabalhos.

Perguntamos, também, às alunas, se terminando o Curso Técnico de Enfermagem, pretendiam continuar a sua vida acadêmica. Buscamos conhecer os aspectos da motivação, das novas diretrizes de vida a que esses alunos se proporiam após o curso, se os novos sonhos desses alunos vão ao encontro dos os objetivos de inclusão e continuidade que o PROEJA propõe aos excluídos. As alunas assim se manifestaram:

Aluna Y1(ANEXO, 2011, p. 128): Quando terminar esse curso pretendo fazer vários cursos e uma faculdade, se conseguir passar no vestibular. Pretendo fazer cursos de instrumentação cirúrgica e de aprimoramento de minha profissão.

Aluna Y2 (ANEXO, 2011, p.129): Pretendo continuar meus estudos, quero fazer instrumentação cirúrgica, enfermagem no trabalho. Vou fazer a prova do ENEM e prestar vestibular para Enfermagem.

Aluna Y3 (ANEXO, 2011, p.131): Quando eu acabar este curso, pretendo fazer alguma especialização na área da saúde, como, por exemplo, a de instrumentadora.

Aluno Y4 (ANEXO, 2011, p.132): Sim, ao final do curso, pretendo prestar vestibular para Enfermagem e ano que vem vou fazer um curso de instrumentação cirúrgica.

Podemos sintetizar que todos os sujeitos estavam um tempo sem estudar, que varia de três a vinte e três anos. Isso nos dá uma ideia da heterogeneidade dos sujeitos, quando da sua ausência escolar. Todos os professores conseguiram superar essas diferenças, considerando que os sujeitos tiveram se superaram, movidos pela determinação e por seus objetivos. Podemos conferir a alegria estampada nos rostos dos entrevistados, e a emoção quando entrevistados. A experiência do encontro, por vez, nos leva a imaginar o quanto cada um de nós pode fazer por uma sociedade mais fraterna, feliz e segura. É possível imaginar uma multidão de pessoas excluídas, como um exército de derrotados, vítimas do descaso, das escolas inacessíveis, e dos programas curriculares ultrapassados.

A pesquisa nos traz quesitos importantes no valor da educação para todos, confirma um caminho seguro por uma sociedade justa. O olhar estampado no rosto desses alunos entrevistados nos sugere um voar decisivo na promoção social, através da educação plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre que se apresenta uma proposta inovadora, ela passa necessariamente pelos questionamentos, dúvidas e oposição dos que resistem às mudanças, resistem ao novo. Na maioria das vezes, a comodidade parece ser melhor e mais segura; o novo vai contrariar conceitos que por tanto tempo foram cultivados. Desse modo, “o primeiro desafio para nós educadores é ampliar a nossa reflexão para fora dos muros escolares e buscar saídas no jogo das forças sociais. “ Dayrell (2007, p.65). Comumente, admitir modificar uma ideia tradicional ou uma representação social soa como negação de verdades já conceituadas. Ao comentar uma prática de diálogo na educação é preciso considerar que o “ o nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele sobre a sua e a nossa “ visão “ que dela tenhamos, educadores e povo, (...) “ é juntos ” (...) que iremos buscar os conteúdos programáticos da educação” Freire(1987, p.87). As considerações numa educação de qualidade exigem um olhar destemido cuja “ investigação implica, necessariamente, uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora.(Onde) buscar o momento deste lugar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade.” Freire(1979. p.102).

Admitindo ter o ser humano a sua sensibilidade sujeita às condições do meio, que pode sofrer com as mudanças, e quer sempre buscar segurança, satisfação com o dever cumprido, os caminhos que se apresentam na educação, certamente, vão ocorrer sempre sujeitos às oposições em relação às mudanças. As pessoas mudam e a história tem mostrado em quanto os currículos, padrões na educação, têm mudado, o que são orientações de Freire (1987, p. 69) em que

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos: não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência

intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Os planos de educação no Brasil, vencidas as resistências, vêm incrementando novos objetivos, como o de garantir aos jovens e adultos, ausentes da escola, a interação com a sociedade letrada e produtiva, mesmo que isso se dê por meio de cursos compensatórios. Buscam, assim, outros vieses metodológicos que proporcionem uma escola que consiga interagir com as diversidades sociais e culturais dos sujeitos. O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) é inovador nesse sentido, é o resultado dos diversos movimentos influenciados pelas várias correntes de profissionais e autores, como Paulo Freire e tantos outros, pedagogos, sociólogos e políticos, responsáveis por essa transformação e, por que não, ousadia que se traduz na educação para todos.

Na efetivação da oferta do PROEJA, surgiram muitos desafios, entre eles, o de vencer os obstáculos conceituais ou de preconceito ao novo modelo e seus objetivos. A busca por uma educação integrada apresentada no PROEJA como uma meta, responsável em proporcionar condições emergenciais, que ofereçam estudo/formação à clientela exclusiva da escola nos seus tempos próprios. Entendemos e reconhecemos outros momentos em que programas de governos se apresentaram na história da educação no Brasil como tentativas de imersão dos sujeitos na escola. Os professores de enfermagem reconhecem que o corpo docente do curso em questão também tem a dinâmica qualitativa daqueles que atuam nos demais cursos técnicos do IFSC. O IFSC sempre se caracterizou pela qualidade e inclusão de seus formandos.

Está muito claro para os professores do Instituto que o objetivo da EJA é oportunizar e formar, em nível de ensino médio, os jovens e adultos excluídos, por motivos vários, dessa titulação. Contudo, a opção do PROEJA, que propõe o ensino profissional integrado à Educação Básica na modalidade EJA, torna-se uma opção educacional profissional inclusiva na sua totalidade. A modalidade, como um migrar compensatório desses sujeitos para um ensino profissional de nível técnico de fato, torna-se um caminho de vitórias para o país e seus cidadãos. Concluímos, portanto, que o Decreto 5840, de 13 de julho de 2006, que apresenta claramente o princípio da

inclusão da população com a oferta do PROEJA propicia uma oportunidade inédita aos sujeitos de imersão profissionalizante de nível médio, além de se revelar um movimento de cidadania e esperança aos excluídos.

Estabelecidos os objetivos da oferta educacional e do trabalho, busca-se agora uma prática pedagógica satisfatória. A maioria dos professores entende que não se deva pensar em salas lotadas, até porque o ensinar no PROEJA requer muita aproximação do professor em relação ao aluno. Isso permite aos professores uma atuação metodológica renovadora com a finalidade de não permitir que o programa torne-se uma política de momento, ou um mero delírio governamental.

A formação técnica dos alunos do PROEJA pode proporcionar expectativas de sindicalização, o que permitirá a inclusão dos mesmos nos conselhos e associações representativos de classes, como, por exemplo, o Conselho Regional de Enfermagem. Tais associações, conselhos e sindicatos se engajam na luta por políticas de valorização do ensino profissional dos técnicos e por salários justos para os educadores. Conforme aponta Delphino (2010, p.16): “A Educação Profissional foi sempre considerada de “segundo nível” em nosso país, muito pouco se tem feito de concreto para a construção de diretrizes efetivas e duradouras que possam construir um projeto pedagógico de longa duração para ela”.

Como regra geral, todos os programas e políticas educacionais, no Brasil, que foram praticados pelo Estado, apresentam-se alicerçados fortemente nos princípios defendidos pela política econômica do momento. No entanto, quando as políticas públicas se voltam para o que tem sido chamado de “universalização do atendimento” e a escola básica deixa de ser elitizada, passando a atender também as classes populares, tal situação caracteriza-se pelo surgimento de enormes desafios. Não basta apenas garantir o acesso, mas, também, a permanência continuada do aluno na escola. A esse aluno, devem-se oferecer as condições necessárias a fim de que o mesmo se inclua com qualidade no mundo do trabalho. Esse compromisso foi assumido pelos professores do IFSC no transcorrer do processo de formação dos sujeitos do curso de enfermagem.

Os professores entrevistados do PROEJA-ENFERMAGEM-UF são contrários aos fundamentos das práticas pedagógicas que não consideram a vida dos sujeitos e seus conhecimentos. Segundo esses professores, as práticas que não levam em conta os conhecimentos dos estudantes adquiridos fora do ambiente escolar podem, às vezes, estar reproduzindo os modelos culturais das classes sociais diversas à desses alunos. Os professores são contrários às considerações pedagógicas únicas, aquelas em que todos os sujeitos são iguais, quando se trata das condições de estudo. Os docentes do curso ENFERMAGEM- PROEJA consideram que além dos fatores da condição sócio-econômica, a falta de tempo dos sujeitos para se dedicar aos estudos, tem nas metodologias não adequadas, contribuição pelo fracasso escolar. Tais metodologias não levam em conta as diferenças e acabam provocando a chamada “evasão”. Os alunos que chegam ao final dos cursos básicos, sem o domínio da leitura e escrita, são fortes candidatos à evasão. A quantidade enorme de candidatos (1800) às vagas no PROEJA-ENFERMAGEM, verificada no primeiro sorteio das vagas do curso em questão, dá uma visão do fator “ abandono escolar “ .

A prática metodológica dos professores do IFSC no curso de PROEJA-ENFERMAGEM- UF, considera que esses sujeitos são detentores de uma escolaridade descontinuada. Foram obrigados a abandonar o percurso escolar, por reiteradas repetências, ou pelas exigências de compor a renda familiar insuficiente, indicadores esses de grande relevância no fracasso escolar. Nas entrevistas foi possível constatar que os alunos aspiram por trabalhos de remuneração melhor, buscam a autoestima e a inclusão social.

As considerações e declarações dos sujeitos do PROEJA-ENFERMAGEM-UF sobre os seus trabalhos deixam claro que atuam na informalidade, ou na prestação de serviços, como cita a Aluna Y3(ANEXO, 2011, p. 138):

A minha expectativa é poder conseguir um trabalho melhor, e fazer aquilo que gosto, porque eu trabalhava como doméstica e eu não gostava do que fazia, sem estudo é difícil conseguir oportunidades.

Diante da evolução e do desenvolvimento das pesquisas sobre inclusão e metodologia escolar, fazem-se necessárias ações políticas mensuráveis e horizontes claros de ações inclusivas na educação. Os professores esperaram que os programas inclusivos não sejam vencidos pelo descaso e preconceitos. Tais preocupações vêm exigindo dos profissionais do IFSC uma constante ação inovadora em relação à didática e metodologia, tanto em sala de aula, quanto no cumprimento do programa.

Ao observar e conferir os aspectos sociais, e considerando o tempo desses sujeitos destinado às informações propedêuticas e às práticas profissionais, contidas no currículo, faz-nos pensar sobre as exigências formativas e as formas de como atendê-las, pois essas têm sido postas pelo mundo do trabalho globalizado e pela vida moderna, exigindo domínio geral dos conhecimentos dos seus colaboradores. A esse respeito assim se posicionam Fagundes e Luz (2009, p. 69) :

O processo de globalização da economia e de reestruturação produtiva, aponta-se para a superação do paradigma taylorista-fordista e para a ênfase num novo tipo de trabalhador, que se adapte a acumulação flexível tendo capacidade de comunicar-se adequadamente, com o domínio dos códigos e linguagens, incorporando, além da língua portuguesa, a língua estrangeira e as novas formas trazidas pela semiótica; finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica, da criatividade [...] esse modelo não faz sentido a formação profissional desvinculada da Educação Geral.

A integração da Educação Profissional com a Educação Geral é uma prática tradicional do IFSC. A maioria dos professores do curso entrevistados concordam que para trabalhar no PROEJA os profissionais necessitam de uma formação especial, pois cumprir o papel formativo, incluindo o sujeito excluído numa formação total requer desse professor o conhecimento do programa e de metodologias inovadoras para o mundo do trabalho e sociedade como um todo. São metas que abrem muitos caminhos que dependem de como queiramos os sujeitos participando na sociedade e de como eles assimilam o traçado dos programas, suas aspirações e condições de competir no mundo do trabalho.

No IFSC a defasagem³ do ensino regular fundamental, com deficiências nos conteúdos, sempre exigiu um tempo de nivelamento ou recuperações paralelas, um período de adaptação dos alunos e docentes com o propósito de evitar dificuldades e desânimo por parte dos sujeitos. O que se pratica no IFSC pelos professores é sempre uma revisão de conteúdos anteriores, pois a prática tem demonstrado necessária essa revisão. Leva-se “ em conta que as altas taxas de evasão e repetência ” são decorrentes de “ vários problemas, como a própria concepção da Educação Básica.” (DELPHINO, 2010, p. 16)

Os professores por unanimidade relatam que quando o aluno não acompanha as horas aulas exigidas, este sente-se desanimado, o que acaba aumentando seus obstáculos de aprendizagem e, por consequência, facilitando a evasão. Essa situação motiva o corpo docente do IFSC a buscar metodologias de inclusão, sem perder o foco da qualidade formativa integral dos sujeitos. As experiências que se acumulam vão norteando as novas metodologias viáveis ao PROEJA.

Ao olharmos as bibliografias consultadas sobre o ensino regular ou as expectativas da educação profissionalizantes de jovens e adultos , sentimos a preocupação com a qualidade, com o desempenho dos conteúdos, com a memorização dos processos, com habilidades adquiridas de horas empíricas. São momentos que sempre exigirão de seus participantes flexibilidades ao letramento e alfabetização científica. Considerar as qualidades que vão nortear o caminho de trabalho, sucesso e realizações dos sujeitos do PROEJA, em sua total inclusão na sociedade, no mundo do trabalho e da ciência, são preocupações dos professores do IFSC- PROEJA- ENFERMAGEM, que agem com afinco e determinação na prática do ensinar, interagindo com o mundo dos sujeitos, suas dificuldades e superações.

Os relatos dos professores explicitam que a educação para todos com qualidade deve ser meta de todos, sejam, professores, alunos ou governo, visto que a educação

³ “Por isso, o problema está em discutir as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão, o comprometimento profundo do caráter desses membros das novas gerações, desde cedo submetidos a uma socialização, degradante” (MARTINS, 2002, p.124).

tem sempre a influência do movimento das transformações e aspirações que uma sociedade organizada vivencia. Diante das realidades que vão se apresentando no Brasil, a presença da oferta do PROEJA, na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e por outros atores que tratam do ensino médio e da educação profissional, deve almejar romper com os processos contínuos de exclusão e das formas crescentemente perversas quando da inclusão imprópria que, segundo⁴ Martins (2002, p. 124) são [...] “vivenciados pelas classes populares no Brasil, mesmo quando conseguem emprego de carteira assinada, encaram a realidade da precariedade dos direitos trabalhistas, com o movimento sindical desgastado em seu potencial das mobilizações”.

O atual momento de crise da ordem moderna impõe o desafio de pensar as novas formas de relação com o trabalho, e novas alternativas de sobrevivência, que não passam unicamente e necessariamente pelo assalariamento, mas também pela capacidade de interação dos formandos, pelos seus aprendizados. É nesse contexto que o PROEJA e todos os cursos técnicos devem garantir aos sujeitos as suas inclusões competitivas, esses são os aspectos que se apresentam sempre desafiadores, sendo também o princípio norteador dos profissionais da educação no IFSC.

O IFSC, ao contribuir na execução da política de jovens e adultos no complemento das suas formações, vai ao encontro às considerações do IPEA (2010, p. 09) que apontam “no Brasil como um todo, cerca de 90% dos analfabetos estão numa faixa etária de 25 anos ou mais, sendo que a maior concentração, em números absolutos e relativos, recai sobre a população acima de 40 anos”. O IFSC exerce nesse contexto importante papel na divulgação, qualificação e diversificação das oportunidades de inclusão, aos que buscam formação profissional.

Estabelecidos, assim, os propósitos do IFSC, ou seja, de acompanhar o crescente desenvolvimento tecnológico, educacional e científico, tem em seu corpo

⁴ “Por isso, o problema está em discutir as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão, o comprometimento profundo do caráter desses membros das novas gerações, desde cedo submetidos a uma socialização, degradante”. (MARTINS, 2002, p. 124).

docente e pedagógico, a consciência de sua missão educacional, social e democrata, que devem avançar no caminho necessário, não só no aspecto formativo de seus alunos, mas também no fortalecimento da cidadania, incrementando-a.

A prática do IFSC na educação profissional tem na sua ação, contínuas renovações de planejamentos educacionais, que seguem a política de expansão dos Institutos Federais do Brasil, em que caracteriza como uma prática de compromisso. Na variação da oferta de cursos em todos os níveis, se apresenta o aparecimento de clientela heterogênea, caracterizada pelos seus aspectos de diversidades sociais ou idades presentes no ensino integrado, ensino médio, sequencial, PROEJA, especialização, tecnólogo (3º grau) e mestrado.. Estes aspectos das diferenças dos sujeitos assumem vulto expressivo no processo de socialização, integração e clareza da dinâmica assumida pelo Instituto, proporcionando maior valorização dos sujeitos do PROEJA.

A possibilidade de concluir o Curso Técnico de Enfermagem-Proeja-UF e de outros PROEJAs nos demais “campi” que se abrem pelo estado de Santa Catarina faz parte de uma política de desafios, sempre comprometida com a qualidade. O IFSC, com determinação e aprimoramento metodológico, detém responsabilidades que lhe são peculiares, como superar os desafios apontados e caminhar para novas conquistas das ofertas de ensino gratuito e de qualidade. Os depoimentos dos professores, alunos e da pedagoga reiteram a importância e validade do curso PROEJA-ENFERMAGEM que atende a todos os objetivos preconizados no programa PROEJA, como o de inclusão e qualidade, situação em que Freire (1998) manifesta ser:

Preciso por outro lado, reinvestir em que não se pense a prática educativa vivida com afetividade alegria, prescindida da formação científica seria da clareza política dos educadores e educadoras. A prática educativa é tudo isso, afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente de permanência do hoje. (FREIRE,1998, p.159-161).

A capacidade de inovação sugeridas pelas tecnologias, e sua adequação nos programas do IFSC, o reconhecimento das possibilidades da continuidade dos estudos, a abertura que no mundo do trabalho se apresenta, a satisfação dos alunos por estar

no Proeja-Enfermagem-IFSC, e o manifesto dos professores, quer sejam nos seus aspectos interativos, nas dinâmicas metodológicas, ou nas avaliações, existir a possibilidade de questionar as grades curriculares, são vieses no adequar das necessidades, que dinamizem os aspectos à inclusão dos jovens e adultos, no mundo do trabalho e da sociedade.

O PROEJA-ENFERMAGEM-UF-IFSC, caracterizado em seu papel escolar, tem uma política educacional de encontro aos princípios da inclusão, viabilizadas, pela profissionalização, titulação e cidadania dos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Luis Enrique. **Estado desertor**: Brasil – Argentina nos anos de 1982 – 1992. Campinas: FE/UNICAMP, 2000.

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Da escola de aprendizes de artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: Publicações IFSC, 2010.

ABRIC, J. C. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D.(org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Est. RJ, 2001.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artemed, 2000.

CANDOTTI, Ennio. **Notícias**: entrevistas com Ennio Candotti. Jornal da Ciência. Órgão da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência, 18 jan. 2006. Disponível em <www.jornaldaciencia.org.br/index2.jps?id=1018>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2080, de junho de 2005**. Dispõe sobre diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – Eja no âmbito da rede federal de educação tecnológica. Brasília, DF: 13 de junho de 2005.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Propostas gerais para Elaboração de projetos pedagógicos de Curso de Especialização. Brasília: MUC/mimeo, 2006c.

_____. **Portaria nº 2080, de junho de 2005**. Dispõe sobre *diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio*, na modalidade de educação de jovens e adultos – Eja no âmbito da rede federal de educação tecnológica. Brasília, DF: 13 de junho de 2005.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Propostas gerais para Elaboração de projetos pedagógicos de Curso de Especialização. Brasília: MUC/mimeo, 2006c.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho. Nota Rais/2005.

_____. www.mte.gov.br/rais/resultado_2006.pdf Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - Visualização rápida instituído pelo Decreto nº 76.900/75, de responsabilidade do Ministério.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Ed. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____, **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005.** Instituiu, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005.

_____. **Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006.** Instituiu, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: 13 de julho de 2006.

_____. Parecer 11 CEB/2000. DCN. Brasília, 2000.

_____. Relatório do Planejamento Estratégico do PROEJA 2007. De programa a Política Pública. Brasília: MEC/SETEC/DPI, 2007.B Disponível em: [HTTP//portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/planejamentoproeja2007.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/planejamentoproeja2007.pdf).

CEFET-SC. Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina. **Organização Didático-Pedagógica.** Florianópolis, 2004.

_____. Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina. **Projeto Pedagógico do PROEJA.** Florianópolis, 2007.

COELHO, C. A. G. **Proposta Pedagógica: o campo de ação.** Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, 2000. (Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem; módulo

DAYRELL, J. T. A juventude e a educação de jovens e adultos: reflexões iniciais novos sujeitos. In: SOARES, L. (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Autêntica, 2005.

DECLARAÇÃO DE HAMBURGO E AGENDA PARA O FUTURO. V CONFINTEA. **Anais**. Hamburgo (Alemanha), 1997.

DELPHINO, Fátima Beatriz de Benedicts. **A educação profissional: contraponto entre as políticas educacionais e o contexto do mundo produtivo**. Brasil: Icone editora, 2010.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Educação e alfabetização científica**. Campinas: Papirus, 2010.

_____. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

DOMINGUES, J. L. **Interesses humanos e paradigmas curriculares**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, 1986.

FAGUNDES, Edson Domingos; LUZ, Nanci Stanckli da (org.). **Universidade tecnológica, política educacional e organização dos trabalhadores**. Curitiba: SINDUTF-PR, 2009.

FARIAS, Adriana M.; CAMPOS, Silmara de. Conversando com o Educador da EJA. In: GIUBILEI, Sonia (org.). **Abrindo diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **A política de educação profissional no Governo Lula**: um percurso histórico controvérsico. Edu. Soc. (online), out. 2005.

FNDE. **Projeto Brasil Alfabetizado**. Disponível em:
<http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=brasil_alfabetizado.html>.

GADOTTI. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. Série Práticas Educativas. Curitiba: Positivo, 2005

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GANDIN, Danilo. **Escola e transformação social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GEVAERD, Esterzinha A. P.; OLIVEIRA, Sidnei Dias de. **Proeja**: o aluno. Florianópolis: Publicação do IFSC, 2009.

GIUBILEI, Sonia – **Trabalhando com adultos, formando professores**, Tese de doutorado – FE – UNICAMP

_____, **Projeto Educativo de Integração Social (PEIS)**. mimeo, 2000.

IFSC –www.ifsc.edu.br- PROEJA-2008

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação a pesquisa. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

KOCH, Zenir Maria; HANFL, Beatriz B; Collere; BARBOSA, Raquel. Classes de aceleração: “pedagogia da exclusão ou inclusão?”. Ponto de Vista. **Revista da Educação e Processos Inclusivos**. Florianópolis: UFSC, NUP: CED, 2001.

LIMA FILHO, Domingos Leite; TAVARES, Adilsom Gil (org.). **Universidade tecnológica**: concepções, limites e possibilidades. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 2006.

LIMA FILHO, Domingos Lima. Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mundo do trabalho: elementos para discussão da reconfiguração e formação de educadores. In: MACHADO, M. M. (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: Secad/Mec, UNESCO, 2008.

_____. **A desescolarização da escola**: impactos da reforma da educação profissional (período 1995 a 2002). Curitiba: Torre de Papel, 2003.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MACHADO, L. R. S. Organização do currículo integrado: desafios à elaboração e implementação. In: **Reunião com Gestores Estaduais da Educação Profissional e do Ensino Médio**. Brasília: 2005.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, Livro III, tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MEC. **Seminário de educação tecnológica debate expansão do ensino profissional**. Portal da SETEC/MEC. Disponível em www.portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=. Acesso em 17 jan. 2006.

MENEZES, Débora. Combate à defasagem, secretarias municipal e estadual de São Paulo. In: **revista Nova Escola**, 2008. Disponível em: "novaescola@atleitor.com.br".

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MOURA, D. H. **La autoevaluación como instrumento de mejora de calidad: um estudo de caso** (EL Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte/CEFET-RN/Brasil). 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Complutense de Madri. Madri: 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. São Paulo: CEBRAP, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. **O terciário e a divisão social do trabalho**. São Paulo: s/d, (estudos CEBRAP, 2004).

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Trabalho apresentado na XXII Reunião da ANPED, Caxambu, setembro de 1999.

OLIVEIRA, Ramon de. Empregabilidade e competência: conceitos novos sustentando velhos interesses. In: **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, UFMG, n. 5, jan/jun. 1999.

SOARES, L. J. G. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In Ribeiro, V. M. (org.). **Educação de jovens e adultos**: novos leitores, novas leituras. Campinas: mercado de letras/Associação de leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001.

PASCOALI, Suzy. **EJA e o mundo do trabalho. Educação de Jovens e Adultos**, Florianópolis: Publicação do IFSC, 2010

PELUSO, Teresa C. L. **Dialogo & conscientização**: alternativas pedagógicas nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos. Campinas, 2003 - Tese de doutorado – FE – Unicamp.

PINTO, Álvaro V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo, Cortez, 1994.

PNAD 2009. **Primeiras análises**: Situação da educação brasileira- avanços e problemas: IPEA, 18. Nov de 2010.

PROEJA-CEFETSC. Disponível em
<<http://www.cefetsc.edu.br/~boletim/proeja/PROEJA.htm>>.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

REVISTA DA EDUCAÇÃO E PROCESSOS INCLUSIVOS. **Aceleração**: pedagogia da exclusão ou inclusão? . Ponto de Vista. Florianópolis: UFSC, NUP: CED, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

A N E X O S

ANEXO - PESQUISA DE CAMPO

ENTREVISTAS COM PROFESSORES E ALUNOS DO CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM-PROEJA. IFSC-FPOLIS

2.1 Objetivos:

Buscar informações com os sujeitos envolvidos no programa, tanto os alunos como os professores.

Nossa meta foi ver nos depoimentos desses sujeitos, os prós e os contras da execução do programa PROEJA-ENFERMAGEM-2008 na Unidade Florianópolis, destacando a clareza dos objetivos dos mesmos.

Apresentaremos, na sequência, duas falas selecionadas, sendo elas as dos professores do curso, usando pseudônimos de X1 e X2 para os professores da área técnica, num segundo momento as entrevistas com a professora de Matemática e a Pedagoga, usamos os pseudônimos de Prof.Mat. e Ped. . As quatro alunos usaremos os pseudônimos de y1, y2 , y3 e Y4.

3.2 Professoras:

Professora: X1

- Girlei (**pesquisador**): O objetivo de nossa entrevista é buscar subsídios que possam clarear e nortear as questões sobre Proeja-Técnico de Enfermagem no IFSC. Você ocupa cargo administrativo no momento?

- Professora: Sou apenas professora e sou enfermeira, tendo duas especializações na área de psicopedagoga, na área de formação de tutores para educação a distância, mestrado na área de enfermagem, e na 5ª disciplina de doutorado UFSC – (não fiz especialização em PROEJA).

- Girlei: Você participou da elaboração deste programa – 2008, que está acontecendo agora?

- Professora: Participei do plano de curso em 2008 o ano inteiro, bem como na implantação em 2009 quando iniciou o curso.

- Girlei: Quantas vagas foram previstas para o curso?

- Professora: Eram 60 vagas – 30 para 1ª chamada e 30 sorteados para 2ª chamada, caso houvesse desistência.

- Girlei: Há quanto tempo está participando do curso?

- Professora: Desde que iniciou o curso 2009 (como coordenadora), sendo a 1ª coordenadora do PROEJA Enfermagem na história do Campus. A turma que está mais avançada está na 5ª fase, sendo que no semestre que vem termina o curso na 6ª fase.

- Girlei: Qual sua expectativa com relação ao curso?

- Professora: Nós tínhamos o maior receio, porque eram pessoas que passaram a vida toda na exclusão, a expectativa era formar técnicos com a mesma excelência dos que formávamos até agora, no sequencial. A outra modalidade, sequencial, ou seja, no pós - ensino médio, tivemos um público bem jovem que recém terminava o ensino médio, muitas vezes até integrado com o curso de enfermagem. As turmas que formamos, logo estavam trabalhando no mercado de trabalho e nos davam este retorno gratificante, os que não estavam trabalhando é porque estavam indo para a graduação.

- Girlei: O curso continua abrindo vagas todo ano?

- Professora: Não, tivemos uma lacuna porque não havia corpo docente suficiente para dar continuidade aos dois cursos.

- Girlei: Então neste curso de PROEJA, que está acontecendo agora e termina no próximo semestre, será tomada uma decisão sobre se irão abrir novas vagas?

- Professora: No PROEJA é para abrir vagas em cada semestre, mas isso não foi possível por falta de professores, agora com a efetivação de novos professores,

daremos continuidade. E existe muita procura toda vez que se abrem inscrições, são muitos candidatos.

- Girlei: Quais as dificuldades apontadas pelos alunos do PROEJA?

- Professora: Tem muitas dificuldades, das mais diversas ordens; financeira, social e familiar, muitas mães de família, mantenedoras do lar, que deixam seus filhos para estudar, dificuldades cognitivas de entender o processo de aprendizagem. Os desafios são constantes.

- Girlei: Seriam as mesmas dificuldades do ensino regular?

- Professora: é uma experiência totalmente diferente, tem jovens de 21 anos até senhoras de 55 anos em sala de aula, tornando-se, assim, bem complicado.

- Girlei: Todos já trabalham na área de saúde?

- Professora: Ninguém nunca trabalhou, todos são de fora dessa área.

- Girlei: Como é a frequência dos alunos?

- Professora: Ocorrem muitas faltas, pelas mesmas causas anteriores; sempre as dificuldades sociais próprias do seu mundo de trabalho, temos diaristas, pedreiros, donas de casa, que chegam cansados, e acabam faltando.

- Girlei: Qual sua disciplina curricular?

- Professora: Sou bastante generalista, sem uma especialidade, já ministrei psicologia ética, obstetrícia, clínica médica, pediatria, e agora estou em estágio no HU na maternidade.

- Girlei: Chegando agora ao final do curso, houve muita desistência?

- Professora: Não houve muitas desistências (não tenho uma estatística), existem sim os reprovados, ficam em recuperação por dificuldades de acompanhamento e ficam em pendências, mas não desistem.

- Girlei: No aspecto comportamental, os alunos conseguem entregar os trabalhos, tarefas em tempo?

- Professora: Eles têm muita responsabilidade, entregam seus trabalhos, fazem suas provas, relatórios, só não entregam se tiverem dificuldade de entendimento, são bastante responsáveis, já sabem bem o que querem (até porque já não são mais tão jovens).

- Girlei: Fazendo uma retrospectiva do curso; você concluiria que o curso atingiu seus objetivos esperados?

- Professora: Estamos para fazer uma avaliação do plano de curso agora no final, para serem bem coerente os objetivos que estão sendo alcançados, porém existem coisas a serem revistas, foi um curso que deu certo, e somente agora temos a visão do público que está vindo.

- Girlei: Este PROEJA-Enfermagem é de quanto tempo?

- Professora: Tempo de 3 anos, 6 fases, no 1º e 2º ano (1ª/2ª/3ª fase) fazem parte da formação geral e algumas unidades curriculares da parte profissionalizante, mas é a partir da 4ª fase que começam os estágios, distribuídos um número bom nos postos de saúde e hospitais.

- Girlei: Em que os alunos têm dificuldades no idioma português? Você teria alguma opinião?

- Professora: Eles têm dificuldades no Português sim, evidenciando em leitura e escrita.

- Girlei: Tem como recuperar os alunos que vão ficando pra trás?

- Professora: Muito difícil de recuperar, vemos isso na prática, mas quanto à responsabilidade é diferente, os com mais idade têm mais comprometimento que os mais jovens.

- Girlei: Mesmo não terminado o curso faltando uma fase, estão ainda bem motivados, ou ainda não lhe parece claro?

-Professora: Eles se apresentam com muita vontade de mudar a sua condição social, isso os motiva a persistirem, notamos que os alunos sentem-se muito gratos ao ingressar no curso.

- Girlei: É feita uma avaliação comportamental e outra de conhecimento?

- Professora: Avaliamos muito a atitude, porque vão estar com os médicos, enfermeiras, trabalharão em equipe e sua comunicação, o manejo com clientes, é muito comportamental, mais que a própria avaliação da aprendizagem, considero.

- Girlei: Nos hospitais como tem sido a aceitação dos alunos de Enfermagem do IFSC?

- Professora: A gente ainda não tem isso concluído, no caso, alunos do PROEJA, temos sim uma responsabilidade maior visto que é necessário continuarmos cobrando o status que sempre tiveram os formados pelo CEFET/IFSC em sua aceitação no mundo do trabalho.

- Girlei: Se você pudesse alterar alguma coisa do curso, qual seria?

- Professora: Um maior apoio da Instituição, dos reitores quanto a recursos humanos, recursos materiais, equipar mais os laboratórios e também rever a forma de ingresso. Gostaríamos de mudar a questão sorteio, como regra de ingressar, e optar pelo ingresso através do teste de seleção e depois sim um sorteio.

- Girlei: O Ensino Regular de Enfermagem e o Ensino de Enfermagem PROEJA, podem caminhar juntos?

- Professora: Não podem, porque os trabalhos técnicos são de risco, e pelo seus ritmos, os alunos são diferentes, eles têm que ser tratados com metodologias próprias no ensinar, compensando suas diferenças de escola, vácuo de tempo sem estudar.

- Girlei: Os alunos têm bolsa?

- Professora: Sim, eles tem uma bolsa de R\$ 100,00 de março a dezembro.

- Girlei: Você acha que teriam que ser turmas menores, então?

- Professora: Deveriam ser.

- Girlei: Agradeço sua colaboração a esta pesquisa, você teria mais alguma coisa a acrescentar?

- Professora: Sim, que apesar das dificuldades, nosso trabalho é gratificante.

Professora X2:

- Girlei: Qual a sua ocupação hoje aqui no curso?

- Professora: Sou professora e coordenadora do curso desde fev/2011.

- Girlei: Qual a sua formação?

- Professora: Auxiliar de enfermagem, técnica de enfermagem, enfermeira, especialização em saúde da família, e algumas disciplinas do mestrado.

- Girlei: Tem especialização no PROEJA?

- Professora: Não

- Girlei: Quais as suas *expectativas em relação ao curso*?

- Professora: Eu vejo o PROEJA como uma forma de inclusão mais acelerada ao mercado de trabalho, suscita a essas pessoas que não têm ensino médio completo, poder inseri-los mais facilmente no mundo do trabalho num tempo menor . Fazendo o curso integrado em módulos, possibilita recuperarem o tempo perdido, excluído no ensino médio regular. Sendo um curso profissionalizante, o PROEJA suscita uma forma de inclusão mais acelerada.

- Girlei: Você diz ser o ensino integrado, poderia descrever como se interagem estes conteúdos?

- Professora: Na 1ª fase existe apenas uma disciplina de enfermagem, as demais são propedêuticas, inclusive tem disciplinas que o programa do curso programa conteúdos que se sobrepõe como por ex: dentro do conteúdo de matemática tem uma aula de gotejamento de soro, que é uma parte específica do curso de enfermagem e faz uso do conhecimento de fração e porcentagens. Para poder dar conta dos conteúdos num tempo menor ainda, deveriam ser discutidos maior integralidade dos mesmos.

Existe a intenção dos professores, mas tem que se amadurecer mais, haverá em breve uma semana de atividades pedagógicas, esta reunião será de avaliação (dia 29) para discutir a integralidade do curso.

- Girlei: Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades do curso?

- Professora: As dificuldades estão no corpo docente, até o final do ano deveríamos ter quinze (15) enfermeiros e estamos trabalhando com apenas sete (7). É uma defasagem que para dar conta se trabalha muito, existe um déficit grande de professores na área da saúde.

- Girlei: O que você mudaria nos cursos?

- Professora: A forma de ingresso do sorteio para seleção, mas eu critico o sorteio pelo seguinte fato: houve na primeira entrada 1779 inscritos para 30 vagas , aconteceu que ao serem sorteados, ganham uma bolsa e não o direito de estudar... Essa interpretação talvez esteja muito confusa na concepção deles. Entendo que,

quando alguém demanda de um certo esforço pra entrar, este deva ser o melhor método de ingresso, também não só uma avaliação, uma prova ou talvez um questionário socioeconômico, até porque demandam a capacidade das pessoas que vão ter condições e habilidades para a função. Percebemos muitas dificuldades no âmbito de conhecimentos básicos que precisam ser vistas. Para trabalhar na enfermagem você precisa saber ler e escrever bem, isso é necessário para poder interpretar um medicamento.

- Girlei: Em 2011 então, no segundo semestre se formam os alunos da 1ª turma? Existem ainda outras turmas que se formarão mais tarde?

- Professora: Temos 27 alunos na 2ª fase, temos 08 alunos na 3ª fase, 22 alunos na 4ª fase e 20 na 5ª fase.

- Girlei: Desses, existem alunos repetentes?

- Professora: Se formam os da 5ª fase.

- Girlei: Tem alunos que podem passar para a 2ª fase com alguma dependência?

- Professora: Tem sim, devido às 600 horas de estágio obrigatório, e nessa questão de estágio paralelo vai um professor com no máximo 6 alunos, e tendo falta de professores, precisa ser diluído o acompanhamento com três professores, o sistema SUS faz essa exigência. A pendência nem sempre é favorável, porque se me deixam (aluno) dessa vez, me deixarão da próxima, tem alunos matriculados na 5ª fase que não terminaram a 4ª fase. Entendo que também a mudança de coordenação (que já foram 3 em 2 anos e meio) não é saudável, porque não se tem continuidade e amadurecimento do curso.

- Girlei: Como é o aprendizado, rendimentos dos alunos do PROEJA?

- Professora: Sei de alguns casos de alunos com dificuldades e que vieram de EJA, e tem mais uma característica, houve uma gafe, até alunos que já tinham 2º grau

(foram 17 alunos dos 30), mas mesmo assim precisaram cursar as disciplinas propedêuticas novamente.

- Girlei: Como é o nível dos alunos?

- Professora: É heterogêneo, alguns são rápidos independente de terem o 2º grau ou não. Tem pessoas que pararam de estudar por 30 anos, mas que também aprendem muito rápido e acredito ser o comprometimento que dá força.

- Girlei: A entrega de tarefas, trabalhos, a idade faz a diferença?

- Professora: Em geral todas as turmas são bastante relapsas, porque também o professor tem dificuldades de agir como um professor PROEJA, acabando ser mais complacente. Eu penso haver uma falta de comprometimento e justificativa.

- Girlei: Você pode comparar o trabalho com aluno do ensino regular com o do aluno do PROEJA?

- Professora: Ao querer igualar fica difícil, nota-se que o aluno que vem do regular tem diferença gritante se comparado aos do PROEJA, a turma é mais homogênea. No PROEJA, o professor tem que se instrumentalizar e ter mais tempo para se adequar às paralelas, e muito mais.

- Girlei: Então você acredita que o professor do PROEJA tem que ter um perfil diferente?

- Professora: Sim, tem que se adequar às necessidades dos alunos, tem muitas recuperações paralelas

- Girlei: Os professores que dão aula no PROEJA têm esta visão?

- Professora: Uns são até um pouco preconceituosos, porque exige mais tempo, tem que investir mais tempo no aluno.

Girlei: Qual sua unidade curricular?

- Professora: Anatomia e fisiologia humana, técnica, aulas práticas, clínica médica, clínica cirúrgica.

- Girlei: O que você apontaria como influenciador no resultado dos alunos do PROEJA?

- Professora: Todos têm uma história de vida dificultosa, sendo que a grande maioria são mulheres que engravidaram e não puderam estudar, tiveram que se dedicar aos filhos, e só depois voltar a estudar, muitos por distância da escola, outros por dificuldades financeiras, tendo hoje empregos mais braçais, o que também dificulta os resultados na escola. A bolsa fornecida pelo governo é vinculada a uma visão distorcida.

- Girlei: Os formados em ensino regular e PROEJA têm a mesma capacidade para competir?

- Professora: Depende do aluno, mas a formação que buscamos passar tem o mesmo padrão, a cobrança aqui é a mesma, até porque todos os que se formaram (2010/2), do ensino sequencial, já estão empregados, todos.

- Girlei: Já foi feita uma avaliação de como estão se sentindo hoje?

- Professora: Desses do sequencial não, mas vamos convidar na semana da enfermagem, nos preocupamos de como vão se sair depois.

Girlei: Os professores da área técnica têm uma preocupação com o conteúdo que é passado, você percebe que os de cultura geral também têm esta preocupação?

- Professora: A preocupação é maior, porque a responsabilidade envolve muito mais, a vida de uma pessoa está em jogo. Nosso comprometimento do ensino integrado tem que ter muitas exigências.

- Girlei: O corpo docente do curso tem a preocupação de que o aluno seja inserido no mundo de trabalho com a maior competência e ética?

- Professora: É uma preocupação bem discutida, de como um aluno que não se porta de uma forma ética, a atitude do aluno tem que ser incutida de forma a garantir o código de ética da profissão, tem que ter uma atitude condizente, é esta a nossa exigência e preocupação.

- Girlei: Estes técnicos de enfermagem têm um Conselho?

- Professora: Tem o Conselho Regional de Enfermagem. Dentro da categoria de enfermagem temos duas categorias profissionais: o enfermeiro, que é graduado, e o técnico de enfermagem, que é a nível médio. Hoje foram extintos os auxiliares e atendentes de enfermagem. A categoria tende a *aumentar isto para garantir o bem estar da sociedade* se colocando estes na situação de amenizar riscos. O conselho só aprova a atuação após passarem por um conselho de classe e receberem uma carteira profissional.

- Girlei: A infraestrutura do IFSC está atendendo as necessidades?

- Professora: Teríamos que ter pelo menos cinco pias, braços para treinamento de pulsão venosa, às vezes um aluno treina um no outro, isso pode ocasionar um acidente biológico. Temos necessidade de mais laboratórios, não temos uma estrutura adequada. No semestre passado, levei os alunos ao Hospital Nereu Ramos para aula prática. Um só departamento atende a vários cursos, bem adverso.

- Girlei: O grupo docente do Curso Técnico de Enfermagem é formado por professores apenas do Curso Técnico Enfermagem?

- Professora: Temos do corpo docente técnico, 4 professores, mas esses professores não trabalham só no curso de enfermagem .

- Girlei: Você tem algo para acrescentar? Acredita que o PROEJA vai atender os objetivos previstos da inclusão?

- Professora: Acredito no PROEJA com ressalvas, pois somos uma categoria que está buscando uma formação mais qualificada, que não envolvam acidentes. Não podemos deixar que, por conta desta inclusão a qualquer preço, se deixar entrar todos os alunos que tem interesse no sorteio simplesmente. Se eu tenho 1700 alunos para entrar e só deixamos 30 entrar, seria preferível uma prova, que pegássemos 30 que tem perfil, condições de serem bons técnicos de enfermagem. A exclusão sempre vai acontecer, seja por seleção ou sorteio. É bom estar atento, qualquer erro pode ser fatal.

II-ENTREVISTAS PROFESSORA MATEMÁTICA E PEDAGOGA

As entrevistas foram feitas em dezembro de 2011. O objetivo desse segundo momento visa fazer comparações de análise e compromissos do ponto de vista dos profissionais que atuam na área técnica com os da cultura geral.

Para a professora de Matemática usaremos pseudônimo de " Prof. Mat " e para a Pedagoga o de " Ped.". Ambas profissionais atuam diretamente nos Cursos de Proeja do IFSC.

I-Entrevista com a professora de Matemática - Prof. Mat.

1-Girlei: Quanto tempo você atua no IFSC ?

Prof.Mat.: Estou desde 1996, tenho trabalhado nos cursos técnicos, superior, Eja e agora Proeja.

2-Girlei: Fale da sua experiência na Eja e Proeja

Prof.Mat.: Tenho atuado no IFSC, na área da educação de jovens e adultos desde 2004, quando foi implantado. Comecei a lecionar na Eja em 2005, neste tempo era chamado de Enja. A transformação de Enja para Proeja ocorreu em 2006 e acompanhamos todos os caminhos, estudos, adaptações e considerações da implantação.

3-Girlei: Sua atuação no Curso de Enfermagem como tem sido ?

Prof. Mat.: Tenho trabalhado em todas as turmas da Enfermagem pós segundo grau bem como as do Proeja-Enfermagem.

4-Girlei: Como você considera o Proeja-Enfermagem ?

Prof.Mat.: Vejo o Proeja-Enfermagem como um excelente curso, devemos considerar o aspecto do edital, no primeiro edital apareceram 1600 candidatos para 30 vagas.

5-Girlei: Considera você esta modalidade como desafiadora ?

Prof.Mat.: Com certeza se apresenta como desafiadora, precisamos levar em conta não só o fato do Programa, ser uma experiência nova que só o tempo nos apresentará como desafios, devemos considerar a especialidade ser um Proeja-Enfermagem. O Proeja-Enfermagem- IFSC é o primeiro nesta modalidade no Brasil, esta especialização na área da saúde requer atender grandes espaços vazios de técnicos no país.

5-Girlei: Matemática em qualquer fase de estudo regular ou complementar é para estudantes um desafio ?

Prof.Mat.: Acho que a Matemática, como todas as disciplinas, tem o seu caráter da experiência, no proeja tem que ser visto como uma atuação nova.

6-Girlei: O que você quer dizer com experiência nova ?

Prof.Mat.: Eu me refiro à questão do novo, um público diferente requer diferentes meios pedagógicos, uma ação nova nas questões didáticas e de aproveitamento das culturas dos sujeitos.

7-Girlei: Como se poderiam viabilizar estes aproveitamentos?

Prof.Mat.: Considerando não apenas os conteúdos por lecionar ou programa, devemos levar em conta a velocidade da discussão destes e a problemática desses conteúdos respeitando sempre os perfis dos sujeitos que estamos trabalhando.

8-Girlei: A formação acadêmica dos professores os prepara com esta visão?

Prof. Mat: Bom, entendo que a maioria das licenciaturas nos apresentam os conteúdos de como ensinar, mas nunca para quem vamos ensinar, ou raramente as crianças , adolescentes e adultos na sua idade regular de formação, mesmo assim sem levar em conta suas vidas.

9-Girlei: Você poderia complementar mais, sobre essa sua consideração?

Prof. Mat.: Acabei o meu doutorado exatamente nessa área, Proeja, indo atrás das literaturas conferimos também que as dificuldades em Matemática são conferidas diferentes seus graus, como diferentes os sujeitos.

10-Girlei: Como você supera as dificuldades dos seus alunos?

Prof. Mat.: Supero as dificuldades dos alunos usando outras formas de ensinar, considero as suas expectativas, desenvolvendo, um outro tipo de aula.

11-Girlei: Então você age com um outro tipo de metodologia ?

Prof. Mat.: Perfeito, uso metodologia totalmente diferenciada visto que estes alunos tem uma outra trajetória de vida escolar, são alunos com 28, 30, 40, 50 anos que foram excluídos do ensino regular.

12-Girlei: Você considera a idade característica importante por levar em conta ?

Prof. Mat.: Com certeza é preciso considerar a idade dos sujeitos, os alunos do Proeja tem vivências totalmente diferentes das dos jovens do ensino regular. O nosso aluno com mais idade tem 52 anos, este aluno não ficou parado no tempo da vida e tem outros aprendizados.

13-Girlei: São os conhecimentos que a vida ensina ?

Prof. Mat.: Sim, todos os conhecimentos que a escola regular geralmente não valoriza. Temos que trazer, considerar estes conhecimentos e partir deles passar os conhecimentos que os sujeitos vem buscar na escola.

14-Girlei: Como você sugere o tipo de professor para atuar no Proeja, uma formação com habilidade específica na metodologia própria a estes sujeitos, necessário uma especialização na área ?

Prof. Mat.: Não é bom essa generalização, é no entanto confortável as partes que o professor no mínimo já saiba que vai lidar com os sujeitos diferentes as do ensino regular, maduros e com outras expectativas exigindo metodologias próprias, didáticas novas.

15-Girlei: Você afirma então ser necessário antes de qualquer formação específica do professor, que haja uma conscientização do programa ?

Prof. Mat.: Também não tanto ao extremo, contudo infelizmente temos muitos professores que não fizeram nenhuma capacitação e acabam não compreendendo ser necessário outros procedimentos no ensinar, embora também tem surgido outros, que mesmo sem a capacitação conseguem se sair muito bem nas aulas, e com muita interação. Certamente, quando ocorre que o profissional é capacitado na Especialização Proeja e tem sua aptidão natural na lida com sujeitos excluídos do ensino regular, então seriam as condições favoráveis.

16-Girlei: Geralmente os cursos que buscam formação compensativa, como a Eja ou Proeja optam por tempo muitas das vezes menores que o corresponde nível de ensino regular, não seria essa prática compensatória um pouco enganosa, não deveriam seus tempos de programa preverem maior tempo de carga horária?

Prof. Mat.: Discordo, reconhecer que o tempo é curto nesses cursos que já se levam em conta o conhecimento que já trazem os sujeitos, são conhecimentos que a vida lhes deu das mais variadas fontes, valores, pareceres que muitas crianças e jovens ainda não vivenciaram.

17-Girlei: Como podem ser aproveitados esses conhecimentos dos sujeitos ?

Prof. Mat.: Tudo está na metodologia e sabendo prá quem se está querendo ensinar, a competência do professor faz a diferença quando usa a metodologia, didática adequada na busca da integração dos conhecimentos que trazem os sujeitos aos conteúdos que se queira passar. O tempo extenso não garante também a qualidade, está se apresentará sim na qualidade do ensinar interagindo os sujeitos e suas expectativas aos conteúdos.

18-Girlei: Essa primeira turma se formará em fevereiro de 2012, como você conclui essa sua experiência com o Proeja-Enfermagem-IFSC ?

Prof. Mat.: Valeu a pena, os alunos chegaram com muitas expectativas, são declarações gerais da alegria de estarem cursando no IFSC, considerando terem muito orgulho por estarem estudando numa escola reconhecida por sua qualidade. Muitos alunos se manifestam interessados por ingressarem no terceiro grau.

19-Girlei: Na sua opinião, qual seria o melhor método de qualificação ao ingresso nos cursos Proejas ?

Prof. Mat.: Como tem ocorrido, considero o sorteio muito mais democrático sendo assim o melhor método visto que, estes sujeitos já vêm de um histórico de exclusão e preconceitos, qualquer outro meio de seleção seria uma outra barbárie.

20-Girlei: Qual o critério do auxílio da bolsa escolar ?

Prof. Mat.: No início todos ganhavam R\$ 100,00 (cem reais) por mês, hoje o Mec adotou outra política de auxílio , o valor da bolsa varia de R\$ 100,00 a R\$ 500,00, o valor está submetido a uma avaliação socioeconômica do aluno.

2- Entrevista: Com a pedagoga de acompanhamento do proeja- Ped.

1-Girlei: Quanto tempo você atua no Proeja-IFSC ?

Ped.: Estou participando por quatro anos seguidos de todos os proejas.

2-Girlei : Qual sua experiência no Proeja ?

Ped.: Trago já da faculdade conhecimentos, leituras anteriores da Eja e que foram me enriquecendo com a experiência na lida desses programas. As informações, desenvolvimentos de questões relativas ao ensinar em cursos emergências como; Eja ou Proeja não é ainda dado a relativa importância na formação acadêmica, preocupa-se com o modo, metodologia de como ensinar crianças ou sujeitos no seu tempo regular. As literaturas existem com fartura quando relativas à pedagogia, metodologia,

psicologia do aprendizado das crianças, exceto uma metodologia aos jovens e adultos que regressam à escola.

3-Girlei : Qual enfoque se dá nos cursos de pedagogia sobre Proeja ?

Ped.: Enfoque praticamente pobre, longe do que se espera no programa Proeja. Minha percepção e aprendizado se enriqueceram quando comecei atuar no IFSC.

4-Girlei: Existe a discussão ou seminários a respeito do tema Proeja no seu setor ?

Ped.: Sim, tem sido o maior foco de discussão, contudo meu setor também tem outras opções de cursos para acompanhar, mas tem se dado ênfase nas pautas das discussões dos cursos Proejas de todo IFSC. No nosso setor de pedagogia somos três pedagogas.

5-Girlei: Como você vê, interpreta; é viável o curso Proeja-Enfermagem ?

Ped.: Quando me perguntam a viabilidade de um curso, retorno a outra pergunta: Viável para quem, o curso atende as expectativas dos sujeitos ?

6-Girlei: As indagações não são relativas ao mundo do trabalho ?

Ped.: Sempre o questionamento das questões educação-trabalho trazem certa complexidade, são feitas indagações se o campo de trabalho irá absorver os formandos. O Instituto ainda não tem dados que só o tempo e o pronunciamentos dos egressos dessa especialização poderiam enriquecer, temos que aguardar pois a primeira turma se formará em fevereiro de 2012. As vagas no mundo do trabalho são maiores que as ofertas de mão de obra na saúde. Vendo os dados do Inep -2006 ou ainda os dados do Inep-2010 temos a visão do quanto é solícito, emergencial capacitação de jovens e adultos, a estes que se encontram na exclusão lhes é oportuno os cursos proejas.

7-Girlei: Como o setor da pedagogia acompanha os alunos ?

Ped.: A experiência tem mostrado dificuldade de acompanhamento ao aluno quando já fora da escola, nos faltam dados do seu caminho quando inseridos no mundo do trabalho, o que conseguimos fazer é a leitura desses alunos enquanto dentro da Instituição.

8-Girlei: Poderia nos relatar mais sobre o acompanhamento ?

Ped.: Sim, leituras de como esses sujeitos têm passado na sociedade, suas dificuldades, desafios e expectativas. Trabalhamos sempre na busca de mais vagas, as públicas que devem sempre visar à questão social, visto que, o setor privado visa ao lucro na educação, são práticas bem diferentes.

9-Girlei: A questão pública e de qualidade pode atuar então com plenitude nos objetivos da inclusão ?

Ped.: Sem dúvida, a escola pública tem esse papel chave a inclusão e vejo que no IFSC isso é possível de fazer, temos infraestrutura, condições humanas e muita gente competente. O que nos falta é direcionar os objetivos, nos preparar para atuar com vontade e conhecimento a quem queremos ensinar, quem sabe viabilizar uma preparação pedagógica própria no lidar com este novo público, os excluídos do sistema escolar e social. Apesar das dificuldades da implantação conseguimos ir viabilizando os cursos, criando metodologias e práticas novas no ensinar e com qualidade, precisamos vencer a imobilidade e buscar a forma notável de lidar com esse público novo.

10-Girlei: O curso Proeja-enfermagem corre algum risco de fragilidade operacional, atividade final na inclusão comprometida seja na desconfiança ou preconceitos quanto à clientela que se forma ?

Ped.: Questionar haver fragilidade desses formandos só pelo fato de lidarem com saúde, me aparece com pintura de preconceito. O trabalho merece ser mais conhecido, o que é trabalho e educação para o trabalho. Qualquer interesse de formar profissionais pela educação deverá nos fazer refletir; o que queremos formar

antes de dizer se uma pessoa vai ser apta ou não em relação a sua habilitação profissional.

11-Girlei: Você sugere alguma opção didática, modo de atuação diferenciada?

Ped.: Proponho que as nossas concepções de aprendizagem, concepções sobre jovens e adultos sejam revistas bem, como as nossas concepções curriculares.

12-Girlei: Rever as concepções curriculares certamente exigiriam uma grande atuação de todos, não ?

Ped.: Certamente é preciso rever estas concepções curriculares, afinal buscar com afincos, clareza destituídos da vaidade de suas cadeiras, disciplinas com objetivo final de concordar com o que precisam esses profissionais aprenderem para executarem o seu trabalho, a questão dos conteúdos nem sempre são levadas a discussões constantes, cada professor acaba levando a esmo seus conteúdos, respeitando programas sem questionar a validade dessas informações.

13-Girlei: Você propõe a revisão periódica de conteúdos e currículos ?

Ped.: sim, como rever os conceitos e práticas da lida com qualquer público. Nem sempre podemos afirmar a metodologia de ontem, ser própria aos alunos de hoje, dizer que uma pessoa vai ser apta ou não na sua especialização, ser apta ou não num estágio pode ser duvidoso, as pessoas adquirem na praticidade resultados inesperados que só o tempo pode mostrar.

14-Girlei: Então as convicções no ensinar de jovens e adultos devem ser revistas ?

Ped.: sim, a questão do estágio, qual seu tempo ideal e como avaliar, os currículos mais objetivos e como fazê-los, rever as convicções sobre quem são os sujeitos e o com sinceridade apontar o que realmente esses sujeitos precisam para se profissionalizar e atuar no mundo do trabalho, são situações que nem sempre são questionadas no tempo escolar.

15-Girlei: Você sugere o que é essencial aprender, enxugar o curso ?

Ped.: Sugiro rever o que o aluno realmente precisa aprender, qual tempo de estágio ideal, garantir sempre a qualidade dos formandos. Quando falo rever as concepções do programa, justifica-se pelo fato de que, não ocorram visões particulares de cada professor, é preciso socializar todos os pensamentos dos que atuam no programa.

16-Girlei: A Especialização em Proeja, não seria um início ?

Ped.: Esta especialização que tem sido oferecida pelo Instituto, sem dúvida é bem vinda, mas vejo a necessidade dos professores terem uma formação contínua após esta especialização. Quando na oferta dos cursos de expansão, principalmente na área do Proeja, verificamos que pouquíssimos professores do IFSC se candidataram e ocorreram por conta, a vinda de muitos profissionais externos bem como técnicos administrativos. O desinteresse dos professores técnicos incomoda um pouco, com certeza por não conhecerem o programa e terem formação apenas técnica, acabam agindo com preconceito ao programa. É preciso considerar que público diferente necessita ações diferentes no contexto didático, pedagógico bem como interação dos objetivos propostos do programa.

17- Que tipo de procedimentos você sugere tenham os professores no proeja, quando atuando no curso ?

Ped.: Abolir os preconceitos seria um bom começo, quando as pessoas dizem que os sujeitos não são capazes, já mataram os sujeitos. Professores mais conservadores geralmente apresentam resistência às mudanças, as mudanças exigem quebra de paradigmas.

18-Girlei: Do jeito que você fala, necessário se faz uma nova metodologia?

Ped.: Minha metodologia começa por considerar que o sujeito aprende diferente da que o considera incapaz, considerar o sujeito incapaz inviabiliza

qualquer tentativa metodológica. Observo que a maioria dos professores e pedagogos optam por metodologia conservadora, a que ignora as pessoas em seus tempos, suas vidas, suas experiências e seus talentos. A metodologia formativa deve incluir o sujeito na escola, ao saber sempre em qualquer idade.

19-Girlei: A questão no trato da saúde, requer atenção e cuidados mais aprimorados que outras formações, o que lhe parece essa consideração ?

Ped.: Não tenho, até o momento, notícia nenhuma sobre incidentes profissionais, descuidos ou erros nos ensaios hospitalares que possam ter ocorrido com algum dos nossos alunos. Não pode ser afirmado que um aluno, estudante da enfermagem não saiba aplicar uma injeção ou fazer um curativo, caso não saiba então não aprendeu a técnica, alguns dizem que podem não saber ler os rótulos, mas quem tem responsabilidade com a receita é o médico. Afirmar falta de atenção, aí seria por considerar outros aspectos, sujeitos qualquer cidadão como o motorista com carteira que provocam acidentes, médicos cirurgiões que esquecem tesouras nos corpos dos pacientes, gente que a falta de atenção são as causas de acidente no trabalho, mesmo em casa quando um cidadão, num descuido de tarefas domésticas se fere ao cortar uma grama, também um pintor que despenca de uma altura quando pintando uma parede, também o engenheiro que erra num cálculo estrutural e acaba provocando tantas vítimas. Vejo que o esquecimento, ou falta de atenção podem ser movimento ou lentidão de qualquer pessoa, um momento natural de qualquer ser humano, e isso independe da cultura do sujeito. A falta de atenção, esquecimento é fardo a qualquer sujeito, a gravidade está na pessoa sem atenção e não em seus conteúdos aprendidos.

20-Girlei: Seu jeito de argumentar a atenção ou cuidados é conferir uma possibilidade comportamental para qualquer estudante ou profissional ?

Ped. Exatamente, visto que na prática, algumas pessoas por preconceitos ficam a confirmar um parecer inoperante, incapaz que caracteriza que: aluno vindo do PROEJA é incompetente, isso é puro preconceito de classe ou mera zombaria, uma

barbárie, isso se dá também quando sujeitos vindo da Eja ou outros cursos compensatórios. Querer confundir falta de atenção com capacidade é o mesmo querer dizer que alguém é bom ou ruim pelo seu grau cultural, depende as considerações sempre, levando em conta de que lado você está. Bondade, paciência são coisas do caráter da pessoa, são coisas da índole, assim como falta de atenção pode ser de outras causas ou da natureza do ser.

3.3 - ALUNOS

As entrevistas foram feitas através de formulário do qual, após a apresentação do propósito da entrevista, autorizaram-nos a utilizar os dados para essa pesquisa. O local do encontro foi um laboratório do curso. Apesar de autorizarem exibir seus nomes, manteremos sigilo.

3.3.1 - Aluna Y1 (42 anos- 5ª fase):

P.01- Quais eram suas expectativas quando você se matriculou no Curso?

Aluna: Quando fui selecionada para estudar no IFSC, nossa, fiquei muito feliz, porque tinha a certeza de que em qualquer lugar que eu levasse meu currículo seria selecionada na hora, só por levar o nome do IFSC. Fiquei muito feliz. E com certeza, é a realização de um sonho.

P.02- Quantos anos você ficou sem estudar até matricular-se no curso?

Aluna: 23 anos.

P.03- Em qual unidade curricular você teve sua maior dificuldade?

Aluna: Biologia e Comunicação.

P.04- Você começou trabalhar com que idade?

Aluna: 14 anos.

P.05- Há quanto tempo você trabalha na área de enfermagem?

Aluna: Não trabalho nessa área.

P.06- Quantas horas você trabalha por semana?

Aluna: no mínimo 13 horas.

P.07- Você sempre trabalhou na área da saúde?

Aluna: Nunca trabalhei.

P.08- Que outros tipos de atividades você já desempenhou?

Aluna: Dava aula de artesanato no meu bairro.

P.09- Seu cônjuge e filhos estudam?

Aluna: Meu marido não, mas minha filha mais nova sim.

P.10- Quais foram seus maiores desafios para concluir o curso?

Aluna: Meu maior desafio foi voltar a estudar depois de tantos anos parada e também tive dificuldades com as pesquisas, mas agora não tenho mais.

P.11- Você estuda quando está fora da escola?

Aluna: Sim.

P.12- Quando você precisava ou precisa tirar dúvidas, como tem procedido?

Aluna: Sempre pergunto para o professor ou uso a internet, consulto amigos, outros professores da escola.

P.13- Você, terminando o Curso Técnico de Enfermagem, pretende continuar a sua vida acadêmica?

Aluna: Quando terminar esse curso, pretendo fazer vários cursos e uma faculdade, se conseguir passar no vestibular. Instrumentação cirúrgica e cursos de aprimoramento de minha profissão.

3.3.2 Aluna Y2 (40 anos- 5ª fase)

P.01- Quais eram suas expectativas quando você se matriculou no curso?

Aluna: A realização de um sonho e poder trabalhar na área da saúde, que é o que eu sempre quis. Esse curso foi um presente maravilhoso.

P.02- Quantos anos você ficou sem estudar até matricular-se no curso?

Aluna: Três anos.

P.03- Em qual unidade curricular você teve sua maior dificuldade?

Aluna: Matemática.

P.04- Você começou trabalhar com que idade?

Aluna: 15 anos.

P.05- Há quanto tempo você trabalha na área de enfermagem?

Aluna: Não trabalho ainda na área.

P.06- Quantas horas você trabalha por semana?

Aluna: 30 horas.

P.07- Você sempre trabalhou na área da saúde?

Aluna: Não, apenas no meu primeiro emprego, que foi onde me apaixonei pela profissão.

P.08- Que outros tipos de atividades você já desempenhou?

Aluna: Vendedora comercial.

P.09- Seu cônjuge e filhos estudam?

Aluna: Somente os filhos.

P.10- Quais foram seus maiores desafios para concluir o curso?

Aluna: Poder conseguir organizar meu tempo para estudar, trabalhar, cuidar da casa e da família, dando a atenção que eles mereciam.

P.11- Estuda quando está fora da escola?

Aluna: Sim, sempre.

P.12- Quando você precisava ou precisa tirar dúvidas, como tem procedido?

Aluna: Procuro pesquisar e anotar tudo, tirando as dúvidas com a professora. Quando não dá, procuro o reforço ou colegas.

P.13- Você, terminando o Curso Técnico de Enfermagem, pretende continuar a sua vida acadêmica?

Aluna: Pretendo continuar meus estudos, quero fazer instrumentação cirúrgica, enfermagem no trabalho. Vou fazer a prova do Enem e prestar vestibular para Enfermagem.

3.3.3- Aluna Y3 (27anos- 5º fase)

P.01- Quais eram suas expectativas quando você se matriculou no curso?

Aluna: A minha expectativa foi poder conseguir um trabalho melhor, e fazer aquilo de que gosto, porque eu trabalhava como doméstica e eu não gostava do que fazia, sem estudo é difícil conseguir oportunidades.

P.02- Quantos anos você ficou sem estudar até matricular-se no curso?

Aluna: 8 anos.

P.03- Em qual unidade curricular você teve sua maior dificuldade?

Aluna: Matemática e Física.

P.04- Você começou a trabalhar com que idade?

Aluna: 13 anos.

P.05- Há quanto tempo você trabalha na área de enfermagem?

Aluna: Nunca trabalhei,

P.06- Quantas horas você trabalha por semana?

Aluna: Não trabalho.

P.07- Você sempre trabalhou na área da saúde?

Aluna: Não.

P.08- Que outros tipos de atividades você já desempenhou?

Aluna: Mais nenhuma.

P.09- Seu cônjuge e filhos estudam?

Aluna: Só meu filho.

P.10- Quais foram seus maiores desafios para concluir o curso?

Aluna: Conseguir estudar sozinha em casa, outro foi deixar o meu filho pequeno com alguém e ter que pagar para alguém cuidar dele.

P.11- Estuda quando está fora da escola?

Aluna: Sim.

P.12- Quando você precisava ou precisa tirar dúvidas, como tem procedido?

Aluna: Peço ajuda a alguns colegas e à monitoria. O problema é que a monitoria não é para todas as matérias, se o professor tem tempo ele oferece ajuda também.

P.13- Você, terminando o Curso Técnico de Enfermagem, pretende continuar a sua vida acadêmica?

Aluna: Quando eu acabar este curso, pretendo fazer alguma especialização na área da saúde, como exemplo instrumentadora.

2.3.4- Aluno Y4 (23 anos- 5º fase)

P.01- Quais eram suas expectativas quando você se matriculou no curso?

Aluna: Em poder aprender cada dia mais e passar o meu conhecimento ao cuidar das pessoas e que dele necessitem. E também ter uma profissão que me dê frutos e oportunidades de crescer.

P.02- Quantos anos você ficou sem estudar até matricular-se no curso?

Aluno: 3 anos.

P.03- Em qual unidade curricular você teve sua maior dificuldade?

Aluno: Foi em Matemática e Física.

P.04- Você começou a trabalhar com que idade?

Aluno: Com 12 anos.

P.05- Há quanto tempo você trabalha na área de enfermagem?

Aluna: Não trabalho.

P.06- Quantas horas você trabalha por semana?

Aluno: 20 horas por semana.

P.07- Você sempre trabalhou na área da saúde?

Aluno: Nunca trabalhei.

P.08- Que outros tipos de atividades você já desempenhou?

Aluno: Era operador de caixa, babá e atendente em lanchonete.

P.09- Seu cônjuge e filhos estudam?

Aluno: Não tenho filho nem esposa.

P.10- Quais foram seus maiores desafios para concluir o curso?

Aluno: Foi trabalhar e estudar, a correria do dia a dia, porém, estar chegando ao término do curso muito feliz.

P.11- Estuda quando está fora da escola?

Aluno: Sim.

P.12- Quando você precisava ou precisa tirar dúvidas, como tem procedido?

Aluno: Tirava dúvidas com os professores ou ia à sala de reforço, também vou ao laboratório de informática para as pesquisas ou fazer trabalhos.

P.13- Você, terminando o curso, pretende continuar a sua vida acadêmica?

Aluno: Sim. Ao final do curso pretendo prestar vestibular para enfermagem e pretendo fazer um curso de instrumentação cirúrgica.